REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Orçamento Geral do Estado

2014

Panorama Orçamental

Livro 1

"Seja um bom cidadão, seja um novo héroi para a nossa Nação"

Livro 1 Panorama Orçamental

Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a aumentar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2014, promulgada por Sua Excelência o Presidente da República no seguimento do debate na sessão plenária do Parlamento Nacional.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2014 consiste na Lei do Orçamento Geral do Estado, publicada no *Jornal da República*, bem como em seis livros orçamentais de apoio:

Livro 1 Panorama Orçamental
Livro 2 Planos Anuais
Livro 3 Distritos
Livros 4a e 4b Rubricas Orçamentais
Livro 5 Parceiros de Desenvolvimento
Livro 6 Fundos Especiais

O Livro 1 sobre *Panorama Orçamental* descreve a estratégia orçamental geral do do Governo, dando informações sobre o panorama económico internacional e doméstico, as receitas esperadas a nível doméstico e com a base no petróleo, incluindo rendimento sustentável esperado, bem como a despesa geral a médio prazo e as principais novas iniciativas no próximo ano.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl. Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Director Nacional do Orçamento, Sr. Salomão Yaquim, através do correio electrónico syaquim@mof.gov.tl ou do telefone +670333 9520.

Numa altura em que Timor-Leste diz "*seja um bom cidadão, seja um novo héroi para a nossa Nação"*, acredito que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, dando ao povo de Timor-Leste, à sociedade civil e aos nossos parceiros de desenvolvimento informações relevantes a respeito do Orçamento do Estado para 2014.

Emília Pires
Ministra das Finanças

Índice

ÍNDICE **1**

PARTE 1: DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO **3**

PARTE 2: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2014 ..... **16**

2.1: SUMÁRIO EXECUTIVO 16
2.1.1: Metas e Políticas do Governo *16*
2.1.2: Panorama Económico *19*
2.1.3: Despesas *20*
2.1.4: Receitas *20*
2.1.5: Financiamento *21*
2.2: ANÁLISE DAS REFORMAS RECENTES 21
2.3: PANORAMA ECONÓMICO 22
2.3.1: Economia Internacional *22*
2.3.1.1: Tendências do Crescimento Internacional 22
2.3.1.2: Tendências dos Preços Internacionais 24
2.3.2: Economia Doméstica *25*
2.3.2.1: Produto Interno Bruto Total 25
2.3.2.2: PIB Não-Petrolífero 26
2.3.2.3: Inflação Doméstica 31
2.3.2.4: Emprego 33
2.3.2.5: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 35
2.3.3: Perspectivas no Curto a Médio Prazo (2013 a 2018) *37*
Caixa de Foco: Estudo dos Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares de 2011 38
2.4: DESPESAS E COMPROMISSOS DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO 39
2.4.1 Despesas por Fundo *39*
2.4.2 Despesas do FCTL *39*
2.4.2.1: Salários e Vencimentos 40
2.4.2.2: Bens e Serviços 41
2.4.2.3: Transferências Públicas 44
2.4.2.4: Capital Menor 47
2.4.2.5: Capital de Desenvolvimento 49
2.4.3: Fundo das Infra-estruturas *50*
2.4.4: Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano *53*
2.4.5: Parceiros de Desenvolvimento *54*
2.5: RECEITAS 55
2.5.1: Panorama de Projecções de Receitas *55*
2.5.2: Receitas Domésticas *56*
2.5.2.1: Panorama 56
2.5.2.2: Impostos 56
2.5.2.3: Taxas e Pagamentos 58
2.5.2.4: Outros Fluxos de Receitas 60
2.5.2.5: Serviços e Fundos Autónomos 60
2.5.3: Receitas e Investimentos Petrolíferos *61*
2.5.3.1 Entrada de Receitas Petrolíferas 61
2.5.3.2 Riqueza Petrolífera e Cálculo do RSE 66
2.5.3.3 Gestão do Fundo Petrolífero 72

2.6: FINANCIAMENTO 76
2.6.1 Introdução *76*
2.6.2 RSE e Transferências Superiores ao RSE *77*
2.6.3 Empréstimos *77*
2.6.4 Uso do Saldo de Dinheiro *79*
2.6.5 Parcerias Público-Privadas *80*

PARTE 3: LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2014 81

3.1 TEXTO DA LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 81

PARTE 4: DOCUMENTAÇÃO DE APOIO PARA 2014 111

4.1 JUSTIFICAÇÃO PARA A TRANSFERÊNCIA A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO 111
4.2 RELATÓRIO DA DELOITTE 121

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Senhores Deputados

Caros colegas, membros do Governo
Senhoras e senhores,

É com todo o respeito que me dirijo, e pela última vez na qualidade de Primeiro- Ministro, a esta que é por excelência a Casa-mãe da nossa democracia, para apresentar um Orçamento Geral do Estado.

A consolidação do exercício democrático em Timor-Leste tem-se vindo a fazer por todos os que aqui nos encontramos, em representação de uma cidadania que tem aído fortalecida do diálogo e interacção institucionais, que têm marcado estes últimos anos.

Foi do estabelecimento de fundações sólidas de paz e estabilidade que se pôde erguer uma arquitectura institucional que hoje amadurece pela dinâmica fluida de debate e 'checks and balances', mas também da busca de consensos e de esforços conjuntos que nos unam a todos num mesmo projecto.

Todos temos afinal um objectivo comum: promover o crescimento de Timor- Leste de forma inclusiva, equilibrada e sustentável. Para tal, acredito que esta Casa Magna deve servir de lugar de encontro de posições e de busca de soluções que
sirvam, antes de mais, aquele que é o interesse nacional.

O debate do OGE é aquele que, antecedendo um novo período fiscal, nos obriga a estabelecer metas, objectivos a cumprir, com um plano claro de actividades e financiamento que lhes corresponda. Este é o debate onde aclaramos o trabalho dos doze meses subsequentes: deve por isso ser reflectido e ponderado de forma a que os recursos de que dispomos sejam maximizados em função do bem-estar de todos os timorenses.

E é por esse objectivo maior, o do bem-estar das famílias timorenses, que uma solução abrangente e conjunta, que saia desta Casa, terá mais significado para se materializar num país melhor.

Queremos que o Orçamento Geral do Estado de 2014 seja uma solução encontrada entre as várias vontades que fazem Timor-Leste, procurando alargar um consenso que nos permita falar com equidade em democracia participada. Privilegiemos aquilo que nos une, que é tão mais forte do que aquilo em que divergimos. Todos queremos que as nossas crianças

possam ir à escola, que cresçam adultos apazes, que desenvolvam a sua profissão e possam dar à sua família os meios necessários para viver de forma saudável e feliz. Queremos que os nossos velhos e mais frágeis possam ser acolhidos por serviços especiais. Queremos que a nossa economia prospere. Queremos que cada timorense possa cumprir sonhos novos, nascidos daquele que foi o sonho mais alto de nos tornarmos independentes. Dessa mesma raiz nasce hoje um futuro inteiro.

Excelências,

O contexto internacional em que nos atrevemos a sonhar não é auspicioso. Assistimos a um quadro económico global em que o despesismo levou à crise e as soluções paliativas centradas na austeridade não a estão a travar. A espiral de recessão que países desenvolvidos hoje enfrentam tem a sua origem numa acção governativa que se esquece de olhar para as pessoas. Mas, quanto a mim, as instituições do Estado, daqueles países desenvolvidos, não conseguiram cumprir os padrões que as suas leis prescreveram, em termos de gestão financeira e controle orçamental das despesas e sobretudo das suas dívidas soberanas. O mais interessante é que, como país novo, nós fomos tentados a aprender deles, tentados a copiar os seus 'standards'; hoje, aprendemos que, para evitar situações emelhantes, devemos reforçar as nossas instituições para uma boa prática de 'checks and balances'.

Aprendemos com a lição de outros e reiteramos um compromisso que é antes de mais com as famílias timorenses, com os homens e mulheres que contribuem para um crescimento que se quer inclusivo e sustentável, com os mais vulneráveis quemerecem cuidados especiais, com os jovens que são a base fundamental do nosso futuro e que merecem a oportunidade de fazer agora um país novo.

Esse é o nosso compromisso último.
Timor-Leste tem sido capaz de crescer apesar da crise, enviando sinais modestos, mas positivos de arranque económico. Muito desse crescimento é impulsionado pela imensa riqueza dos nossos recursos energéticos, mas Timor-Leste tem que saber aproveitar o vento a favor. É premente beneficiar deste momento para investir na diversificação da economia que permitirá a médio prazo o seu amadurecimento.

Porém, importa termos em conta que nenhum vento é favorável quando não sabemos para onde vamos.

Hoje, sabemos o caminho que queremos trilhar, sabemos bem que país queremos ser. Temos um plano que nos permite hoje olhar em frente, para as metas concretas que queremos alcançar. Daqui a vinte anos, queremos um Timor-Leste de rendimentos médio-altos, com uma população próspera, instruída e saudável. Para lá chegarmos, traçámos um plano que é hoje matriz essencial da nossa acção governativa. O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 está hoje emcurso e este Orçamento Geral do Estado para 2014 não é mais do que a materialização muito concreta da etapa presente desse Plano.

Este Plano sugere uma abordagem que encadeia o curto, o médio e o longo prazo, numa visão de conjunto para o país que quer crescer, mas crescer bem, com fundações sólidas. A

proposta de Orçamento para 2014 que hoje aqui presentamos responde plenamente à etapa que temos pela frente, num presente que prepara e sustenta o futuro. Inclui políticas e projectos com um impacto mais imediato, complementadas com programas cuja visibilidade poderá ser notória apenas em alguns anos, mas que não deixam por isso de fazer parte de um propósito amplo de crescimento do país como um todo.

Queremos, com este plano bem traçado, aproveitar o vento favorável em prol de um desenvolvimento económico antes de mais inclusivo e sustentável.

Inclusivo porque tem que responder às necessidades de todos os timorenses por igual, nomeadamente dos que mais precisam, assim como às necessidades desde as nossas comunidades costeiras aos sucos nas montanhas do interior.

Sustentável porque não pode responder apenas às demandas imediatas da nossa população, mas deve antes conjugar uma resposta mais premente com uma visão de longo prazo que não hipoteque os recursos que temos para as gerações futuras.

É por um imperativo de sustentabilidade que Vossas Excelência também insistem no rigor e no profissionalismo na gestão das contas públicas. Para tal, vai-se continuar a encorajar as já existentes instituições do Estado, a melhorarem o seu empenho pela garantia de uma maior eficácia e transparência.

Este compromisso com o rigor, com a responsabilidade e com a transparência tem aliás sido reconhecido internacionalmente em diferentes fóruns. Em 2012, subimos 30 posições no ranking mundial da transparência, medida pelo Índice de Percepção da Corrupção e, em 2013, o relatório do Índice de Gestão de Recursos do Instituto "Revenue Watch" valorizou a transparência dos sistemas adoptados por Timor-Leste no quadro da gestão da sua riqueza petrolífera classificando o nosso país no 13º lugar, à frente dos nossos vizinhos mais desenvolvidos, no que toca a salvaguardas e controlo de qualidade.

O cumprimento exemplar de Timor-Leste da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas tem, mais ainda, despoletado pedidos de países irmãos, com recursos similares aos nossos, para aprenderem com a nossa experiência e recuperar as boas práticas que temos vindo a implementar de forma a replicar os mecanismos de transparência e rigor que imprimimos no nosso país.

Excelências,

Este quadro de rigor e ponderação que exigimos na gestão administrativa e na execução financeira vem também reflectida nesta Proposta que hoje aqui apresentamos.

O Orçamento Geral do Estado para 2014 proposto é assim de 1,5 mil milhões de dólares, num esforço realístico de adequação à nossa capacidade de execução, atendendo às necessidades prementes de desenvolvimento, mas também à necessidade de observar a inflação.

Reconhecemos que o cenário de crescimento económico dos últimos anos tem tido como efeito indesejado o aumento da inflação, afectando o poder de compra dos imorenses. Face a este aumento, temo-nos comprometido com melhores mecanismos de monitorização e análise da inflação de forma a que esta possa ser reduzida.

Sabemos hoje que a razão para este aumento se compõe de diferentes factores, nem todos controláveis pela acção do Estado, e estamos por isso a criar condições para estarmos mais preparados para a combater. Queremos com isto que esta não dispare de forma descontrolada, mas que ao mesmo tempo não invalide o investimento crucial nos programas de desenvolvimento.

Este é, portanto, o momento de construir o futuro, mas em constant ponderação com aqueles que são os nossos objectivos de política macroeconómica.

Foi com esse intuito que, relativamente a 2013, voltámos a conseguir, pelo segundo ano consecutivo, uma redução considerável na importância total do Orçamento, como parte de um esforço continuado de sustentabilidade fiscal e de maximização dos recursos.

Neste esforço, a definição de prioridades é fundamental para evitar a prodigalidade e o desnorte das contas públicas e essas prioridades estão bem definidas, num spírito de continuidade com os anos anteriores:

-Desenvolvimento do capital social, com um investimento determinante orientado para as pessoas, no que respeita fundamentalmente à saúde, à educação e à formação profissional.

- Desenvolvimento das Infra-estruturas básicas.

- Crescimento económico integrado, inclusivo e sustentável, com base na agricultura, no turismo e na indústria petrolífera.

- Consolidação do quadro institucional, que tem sido garante da boa governação, da paz e da estabilidade, base imprescindível para que todos os outros sectores possam singrar.

Se observarmos a alocação de fundos por Ministério, identificamos com evidência a prioridade atribuída pelo V Governo Constitucional às questões sociais e de infra-estruturas deste Orçamento Geral do Estado. Os quatro Ministérios com uma contribuição financeira mais significativa são o Ministério das Obras Públicas, o Ministério da Solidariedade Social, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

Assim, o Orçamento Geral do Estado para 2014 reflecte proporcionalmente a atenção dada aos grandes sectores prioritários para o V Governo Constitucional que, se por um lado dão continuidade aos grandes investimentos feitos em anos anteriores, aposta em novos projectos e programas para dar uma resposta mais eficaz às necessidades de curto, médio e longo prazo dos timorenses.

Neste contexto, no que respeita aos grandes vectores sociais, este Orçamento acentua particularmente as despesas com a saúde e a educação, num quadro geral de luta contra a pobreza.

O Orçamento previsto para o Ministério da Saúde aumenta de 64,3 em 2013 para 67,2 milhões em 2014.

Este acréscimo vai permitir nomeadamente implementar plenamente a Política de prestação de serviços de saúde ao nível da atenção primária e construir 39 postos de saúde no âmbito do pacote de saúde integrado nos sucos, programas que visam o reforço dos serviços primários alargando a sua cobertura nacional, mas vai permitir igualmente apostar em serviços especializados de excelência em traumatologia, pneumologia, oncologia, cardiologia entre outros, num esforço prioritário para alargar os cuidados especializados de saúde nacionais. O Orçamento atribuído ao Ministério da Educação aumentou de 92 milhões em 2013 para 106,6 milhões em 2014, constituindo-se hoje como mais de 15% do OGE, vincando aquela que é a prioridade nacional com o reforço educativo das nossas crianças e jovens. Este pacote financeiro vai garantir a construção de 100 novas pré-escolas, a reabilitação de 50 escolas centrais do ensino básico e a construção de 4 novas escolas modelo para o Ensino Secundário Geral. A complementar o investimento na melhoria das infra-estruturas escolares, o montante atribuído ao Ministério de Educação sera dedicado também ao aperfeiçoamento curricular, assim como a uma aposta firme no desenvolvimento das capacidades pedagógica e educativa dos professores. Só em 2014 esperamos que 1500 novos docentes terminem o curso de formação complementar para efeitos de integração na carreira docente.

Os dois fundos especiais – o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano e o Fundo das Infra-estruturas - espelham igualmente aquelas que são as necessidades primeiras.

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano continua a beneficiar de um montante significativo, tendo alocado um total de $40 milhões, capaz de dar resposta às necessidades imperativas de melhoria dos nossos recursos humanos. Neste quadro, a grande diferença é uma reorganização na alocação de fundos que permita privilegiar a formação técnica e profissional, duplicando esta última de 4,8 para 10,1 milhões. O montante atribuído às bolsas de estudo mantém-se muito expressivo num espírito de continuidade com anos anteriores com a aposta na formação profissional no estrangeiro.

No que respeita às infra-estruturas, um dos números que emerge com grande evidência desta proposta de Orçamento é a redução do montante investido neste Fundo especial, em comparação com os números de 2013. Esse decréscimo de 604,4 milhões para 425,1 milhões encontra a sua explicação, por um lado, nos resultados já alcançados nestes anos, por outro, numa gestão financeira diferente, racionalizada, dos projectos em curso.

No que concerne aos resultados alcançados, o sucesso conseguido no quadro do projecto da Electricidade, com o funcionamento pleno das Centrais Eléctricas de Hera e Betano, possibilitará uma distribuição eléctrica nacional mais eficiente, com um impacto evidente na

qualidade de vida do nosso Povo, mas igualmente no desenvolvimento das actividades económicas que dependem da energia.

Quanto aos grandes projectos ainda em curso, como o projecto Tasi Mane, a construção e reabilitação de estradas e pontes, e as melhorias em termos de infraestruturas portuárias e aeroportuárias, estes verão implementadas as fases consequentes respectivas, mas uma vez que as despesas correspondentes vão ser
desembolsadas gradualmente, em vez de grandes pagamentos de uma só vez, a afectação anual para cada um será também reduzida, gerando um volume total inferior ao do ano passado.

Não quer isto dizer que o propósito do Estado de alavancar o crescimento económico no desenvolvimento de infra-estruturas de base tenha sido alterado, mas antes que uma maior racionalização dos recursos existentes, em consonância com a nossa capacidade de execução, imprimirá um maior rigor na gestão sustentável da despesa pública.

Assim, este Orçamento para 2014 cobrirá nomeadamente infra-estruturas básicas viradas muito em especial para as nossas zonas rurais e remotas, como a instalação de sistemas de água em 25000 lares rurais, a reabilitação de 200 km de estradas rurais nos 13 distritos ou a construção de 3000 unidades de painéis solares e sistemas de energia eólica em Ataúro e Oecussi.

A pensar nas necessidades do nosso mercado, iremos investir 10,5 milhões na extensão e construção do novo Terminal do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato a par com um montante de 13,2 para os novos Portos, incluindo a preparação do novo Porto de Tíbar, iniciativas que no seu conjunto reforçarão a confiança do investimento estrangeiro em Timor-Leste ao criar condições essenciais de acesso a mercadorias e serviços.

20,9 milhões do Fundo das Infra-estruturas serão também alocados ao desenvolvimento de Oecussi, que como sabem, beneficiará da criação este ano de uma Zona Económica Especial numa iniciativa liderada pelo Dr. Mari Alkatiri que transformará a paisagem económica, social e cultural do nosso enclave, num esforço necessário de aproximação ao crescimento do resto do país.

A contenção nos investimentos em infra-estruturas permitiu compensar o orçamento previsto para os nossos sectores tradicionais, como a Agricultura e as Pescas, uma intenção que o Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Programa do Govern patenteiam: a de diversificar a economia não-petrolífera tendo como sectores privilegiados a Agricultura e o Turismo. A agricultura beneficia assim de uma alocação de 25,25 milhões.

Excelências,

A Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2014 sugere afinal uma abordagem diversificada de curto, médio e longo prazo para a causa nacional que substituiu a luta pela independência e que é hoje, acima de tudo, o combate ao flagelo da pobreza.

Nesse combate, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, continuando a servir de ferramenta de análise, estão hoje a ser revistos mundialmente para um novo arranjo pós-2015, num debate no qual Timor-Leste tem vindo a participar com uma postura crítica, pelas lições que aprendemos, como país em transição, juntamente com outros 17 países do grupo 'g7+'.

Até à data conseguimos atingir progressos nos Objectivos relacionados com a Taxa de Mortalidade Infantil, a Taxa de Mortalidade de Crianças com Menos de 5 Anos e os casos de tuberculose detectados e tratados.

A redução considerável destes indicadores manifesta o efeito positivo das reformas implementadas para melhorar as condições dos serviços de saúde, nomeadamente pelo esforço em aumentar o número de profissionais ligados à saúde, ou as parcerias com a sociedade civil na criação de campanhas de informação com forte impacto na população.

Em 2012, alcançámos também o ODM vinculado com a percentagem de assentos ocupados por mulheres no Parlamento.

Hoje, estamos bem posicionados para conseguirmos melhorar os resultados nacionais relativos a mais dois ODM: a taxa líquida de matrículas no ensino primário, que se aproxima já dos 90%, e a percentagem de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados.

O alcance destas melhorias, ainda que modestas, num cenário nacional que ainda é dramaticamente afectado pela pobreza, são sinais de um esforço colectivo, de uma abordagem de todo o Governo, com vista ao crescimento económico inclusive capaz de melhorar hoje e amanhã as condições de vida de todos os timorenses.

Esse imperativo está na origem daquele que é um Plano articulado que abrange da reabilitação de estradas para facilitar o acesso das famílias aos centros de saúde, à construção de escolas onde se poderá formar o país do futuro; da criação de sistemas de irrigação para melhorar a produção agrícola à formação nas indústrias do turismo a pensar na diversificação da nossa economia.

É esse imperativo, o imperativo social, o imperativo do interesse nacional, o imperativo do bem-estar de todos os timorenses que é afinal transversal a todo o Orçamento de Estado. Nenhum programa faz sentido implementado de forma isolada e só na articulação do todo que aqui projectamos poderemos, de uma forma responsável e sensata, responder aos desafios que juntos temos pela frente.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Senhores Deputados,

Uma alteração deste OGE relativamente ao ano passado é o aumento de 11% das três categorias de dotação a nível de despesas recorrentes. Cálculos simplistas não servem, porém, para explicar o projecto nacional contido neste documento financeiro, o que obriga a observar com mais detalhe o que vem reflectido nesta proposta de Orçamento.

Uma primeira análise simplista do aumento das despesas recorrentes pode ser enganadora. É fundamental compreender que grande parte deste aumento se verifica no acréscimo de investimentos sociais e físicos em áreas prioritárias como a saúde ou a educação. Se observarmos cada categoria de despesa, podemos compreender que o objectivo está longe de ser o de alimentar um aparelho estatal, mas antes de garantir uma série de serviços públicos basilares para as famílias timorenses.

Se a categoria 'salários e vencimentos' beneficiou de acréscimos é porque consideramos que profissionais como o pessoal médico tem direito a um regime de carreira especial, para o qual foram alocados 4,7 milhões. O mesmo se reflecte no
sector da educação, para o qual é decisivo motivar os funcionários para elevar os standards existentes no país.

Igualmente a categoria salários e vencimentos irá abrigar o pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação que irá estabelecer as novas embaixadas de Timor-Leste previstas para 2014 no Laos, Camboja, Brunei e Myanmar. Será através destas novas representações de Timor-Leste no estrangeiro que conseguiremos reforçar a capacidade de influência e a reputação do país, em especial num quadro de adesão à ASEAN.

Compreendamos também em que se traduz o aumento na categoria Bens e Serviços, também englobada no que se intitula de despesas recorrentes.

O investimento em bens e serviços permitirá assegurar, por exemplo, os custos operacionais e de manutenção das centrais de Hera e Betano, garantindo a distribuição de energia eléctrica que consideramos absolutamente imperativa não apenas para a melhoria das condições de vida de todos os timorenses, mas também como factor primário do desenvolvimento da actividade económica.

No sector da Educação, 26,9 milhões são destinados ao Programa da Merenda Escolar, que se por um lado mantém as nossas crianças na escola, por outro assegura uma maior equilíbrio nutricional no seu quotidiano, combatendo por isso a malnutrição. Ainda no sector da educação, esta parcela permite contribuir 9,5 milhões de dólares para os salários dos professores em regime de transição beneficiando 4220 professores em todo o país, reforçando o papel daqueles que são os primeiros educadores das nossas crianças e por isso modeladores do nosso futuro.

Também o sector da saúde beneficia desta categoria, uma vez que abrange 3 milhões para a compra de produtos alimentares para os pacientes dos nossos hospitais, elevando assim os cuidados médicos nacionais. Comporta igualmente 13 milhões que estão previstos para a compra de medicamentos como forma de assegurar melhores condições para os nossos pacientes, assim como as pessoas portadoras de deficiências.

Os nossos sectores económicos tradicionais são também visados pela rubrica orçamental "Bens e serviços" seja com os Programas de compra de sementes do Ministério da Agricultura no valor de 4,6 milhões, componente indispensável como garante da segurança alimentar, seja pela continuidade do Programa "Suku ida, produto ida" que com o contributo de 3 milhões encoraja a especialização territorial da produção.

Dentro das despesas recorrentes, podemos também identificar uma série de investimentos sociais básicos no quadro das transferências públicas

Um dos grandes canais receptores das transferências públicas é o Ministério da Solidariedade Social, ao qual é alocado um montante financeiro de 139,4 milhões, que engloba programas imprescindíveis para o nosso tecido social como a "Bolsa de mãe" a famílias vulneráveis, ou o apoio financeiro em forma de subsídios que são atribuídos aos heróis da nação, aos nossos Veteranos.

No quadro das transferências públicas, os sectores prioritários da Educação e da Saúde beneficiam de investimentos essenciais que garantirão o funcionamento imprescindível dos serviços. 25 milhões serão atribuídos ao Ministério da Educação para reabilitar escolas nos 13 distritos, incluindo equipamento, instalações de água e saneamento e electricidade. O Ministério da Saúde contará por sua vez com 9 milhões para subsidiar clínicas em todo o país.

Esta categoria engloba ainda 10 milhões atribuídos à SEPFOPE para o desenvolvimento de estradas rurais, permitindo favorecer as infra-estruturas ao service das nossas populações rurais ao mesmo tempo que irá gerar emprego um pouco por todo o país. Com vista ao desenvolvimento rural, as transferências públicas abarcam também 11 milhões para o Programa "Ita nia Rai" do Ministério da Justiça relativo à compensação de terras, assim como 13,7 milhões para o Programa Nacional para o Desenvolvimento dos Sucos, o programa plurianual de grande monta orientado para um desenvolvimento equilibrado dos nossos sucos através de subsídios de acordo com as necessidades particulares de cada um.

Importa ainda mencionar a contribuição dessa categoria orçamental para o desenvolvimento de cooperativas e pequenos grupos industriais, pelo MCIA, ou o apoio prestado através da SEPFOPE a pequenas indústrias locais de materiais de construção.

Esta descrição detalhada permite concluir que este Orçamento é abrangente, nos propósitos do Governo, desde a componente de capital de desenvolvimento, virado para o investimento físico, aos incentivos que o Estado dá para o crescimento económico e geração de emprego, sob o investimento social, provindo das despesas recorrentes.

Excelências,
Reconhecemos que a taxa de Execução orçamental ficou aquém do que desejávamos, devido aos obstáculos que ainda hoje encontramos na implementação de alguns projectos. Porém, temos vindo a corrigir o necessário e queremos que este Orçamento Geral do Estado para 2014 reflicta também a premência do aperfeiçoamento dessa capacidade de implementação.

Sabemos que para tal teremos que fortalecer os instrumentos de fiscalização e de monitorização do Programa do Governo e do Plano Estratégico de Desenvolvimento, para assegurar uma correcta adequação entre o que planeámos e o seu resultado prático.

Nesse contexto, este ano tomámos a decisão de criar um instrumento que nos vai permitir monitorizar mais de perto a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Assim, foi estabelecido o Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento que, antes de mais, olha para o Plano de Desenvolvimento Estratégico de forma integrada, entrelaçando sectores que não podem ser autónomos, mas que só fazem sentido articulados.

Em última análise, este mecanismo pretende tornar a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento mais eficiente de ano para ano, favorecendo uma melhor coordenação interministerial. Pretende concretizar uma abordagem de todo o Governo– whole-of-government – para fazer frente aos desafios que temos pela frente.

No seu conjunto, esta Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2014 Timor- Leste beneficia nesta altura da possibilidade de usar a enorme riqueza dos seus recursos naturais para alavancar o crescimento económico de forma a estimular por
arrasto o sector privado.

Também nisso o Plano Estratégico de Desenvolvimento é muito claro: na ausência ainda de um sector privado dinâmico e capaz de por si só fazer crescer a economia, cabe ao Estado, nesta primeira fase, assegurar a liderança desse crescimento pela criação das condições necessárias em termos de infra-estruturas, desenvolvimento do capital humano, fortalecimento institucional, etc. para que em lguns anos as empresas possam ir assumindo o protagonismo.

Na realidade, creio que essa dinâmica começa a dar os primeiros sinais positivos de que estamos no caminho certo. Várias iniciativas têm sido levadas a cabo com o fim de estimular o sector empresarial timorense, assim como o investimento externo privado no nosso país.

Os PDDs I e II tinham já permitido fomentar o sector privado em todo o país, pela implementação de projectos a nível local de construção de pequenas obras de infra-estruturas. Posteriormente o Programa de Desenvolvimento Integrado Distrital (PDID) possibilitou a extensão de programas dessa natureza que agora culminam com a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, com a implementação de projectos inicialmente em 30 sucos que tratam de, a par do estímulo ao sector privado local, promover a tomada de decisão desconcentrada absorvendo as necessidades específicas de cada comunidade.

A par com estes grandes Programas, uma série de outras iniciativas têm potenciado o dinamismo do mercado nacional.

Como sabem, em Junho deste mesmo ano, o balcão único de registo de empresas SERVE entrou em funcionamento, facilitando as questões administrativas relativas à criação de um tecido empresarial nacional. Os números apresentados pelo SERVE espelham que essa iniciativa tem, de facto, permitido acelerar o desenvolvimento do sector privado sendo que nos primeiros três quartos de 2013 já 1470 empresas tinham sido criadas, destas uma grande maioria de base nacional.

Estes números demonstram que algumas condições mínimas começam a existir para dar confiança aos profissionais timorenses para abrirem os seus próprios negócios. Abrir um negócio requer um esforço e um investimento significativo, requer capacidade técnica, requer acima de tudo um sentido de confiança de que teremos o retorno desse investimento pessoal e financeiro.

Essa confiança, excelências, é um dos melhores sinais de que o país olha para o futuro, que começa a ultrapassar o medo de um passado penoso, incerto que antes obstaculizava cada timorense na sua capacidade para empreender um modo de vida próprio. Mas devo dizer que é crucial e premente que, em 2014, se promova um debate profundo sobre mecanismos de apoio ao crédito aos empresários nacionais, com regras rigorosas quanto ao cumprimento das suas obrigações.

O dinamismo do Sector privado permitirá gradualmente aumentar também a receita fiscal. Esta tem aliás vindo a ser incrementada, esperando-se que em 2014 tenha um acréscimo de 13,5% relativamente a 2013.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Senhores Deputados

Senhoras e senhores,
Se esta confiança começa a existir internamente, também começa a reconfigurar o papel de Timor-Leste no mundo.
O perfil do país tem vindo a mudar aos olhos de quem nos vê de fora, de país beneficiário de ajuda internacional de grande monta a país resiliente que persiste em encontrar o seu lugar num espaço regional e mundial próprio.

Estamos a cumprir um ano da saída da Missão Internacional das Nações Unidas em Timor-Leste e da ISF e em muitos aspectos estamos a superar as expectativas.

Bem recentemente éramos sobretudo receptores de ajuda ao desenvolvimento, vistos como um Estado frágil. Especialistas não acreditaram no nosso projecto nacional, pensando que íamos precisar de mais tempo de intervenção internacional até conseguirmos assumir os desígnios da nossa Nação sozinhos.

Em pouco tempo, essa visão foi alterada de forma radical. Hoje Timor-Leste é visto como um parceiro confiável e comprometido. Os bons resultados que temos apresentado, com uma visão pragmática, endógena do que será o nosso futuro, tem
cativado a confiança dos nossos parceiros internacionais.

Nesse diálogo com os parceiros tem facilitado o facto de termos estabelecido o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. Timor-Leste tem um Plano traçado e sabe que caminho quer seguir.

Muitos julgavam que o país não tinha ainda alicerçado os pilares necessaries para se manter sozinho. Um ano depois, creio que provámos o contrário. A economia não se ressentiu como o previsto, a segurança e a estabilidade mantêm-se e creio que todos estamos comprometidos com este esforço colectivo que não é partidário, que não é circunstancial de construir o país que queremos.

Este Orçamento espelha essa autonomia gradual conseguida, pela redução consecutiva com anos anteriores da dependência dos parceiros de desenvolvimento. Para 2014, o seu contributo para as despesas do Estado será de 10,6%, comparativamente aos 11,0% em 2013.

Num contexto mais amplo da posição de Timor-Leste no mundo e na região, este dado, como outros, é promissor.

Hoje começamos a ser atractivos para o investimento internacional, como é exemplo a decisão da RICOH PENTAX japonesa de se instalar em Timor-Leste. A substituição gradual da ajuda internacional ao desenvolvimento pelo investimento privado internacional, demonstra que os esforços continuados em estabelecer as condições básicas para o desenvolvimento do sector privado estão a ter um impacto não apenas nacional, mas também junto dos nossos parceiros internacionais. Timor-Leste é um dos países mais competitivos da CPLP em termos fiscais, facto que foi referido no recente relatório “Paying taxes 2014” validando a opção política feita por este Governo de manter reduzida a taxa total de tributação, estando esta nos 11%.

Para o espírito de confiança no mercado global tem vindo a contribuir também a responsabilidade que nos foi atribuída em vários foros internacionais, responsabilidade que temos vindo a cumprir com rigor e elevado compromisso.

Ainda no ano transacto, fomos convidados a assumir a Presidência da UNESCAP e em 2014 assumiremos a Presidência da CPLP. A presença activa de Timor-Leste nestas esferas tem possibilitado o desenvolvimento de pontes cruciais com algumas áreas regionais do mundo em que temos parcerias privilegiadas.

Como país-ilha, temos apenas ligação por terra com os nossos irmãos Indonésios, com quem temos vindo a desenvolver uma relação excepcional. Mas beneficiamos de uma série de ligações que vão muito além da fronteira terrestre que poderão vir a ser capitalizadas pelo potencial da adesão à ASEAN.

Com a Indonésia, paralelamente a estáveis relações bilaterais, estamos agora a estabelecer uma relação triangular, com a Austrália como terceiro vértice desta parceria estratégica. A iniciativa de crescimento triangular entre Timor-Leste, as províncias vizinhas da Indonésia e o Northern Territory da Austrália tem em vista o desenvolvimento integrado dos três Estados, nesta sub-região, reforçando sectores económicos tão diversos como o turismo, a energia, a agricultura ou a I&D, com a complementaridade de iniciativas de cariz social e cultural que apenas estreitarão laços de amizade com os nossos vizinhos mais próximos.

Continuamos também a liderar um novo paradigma para o desenvolvimento dos Estados considerados frágeis, que vivem em situações de conflito ou de transição, no âmbito do g7+. Esta liderança tem também ela potenciado uma forma diferente de Timor-Leste se pôr no mundo. Foi neste quadro que este ano estabelecemos uma Agência de Cooperação de Timor-Leste e que temos prestado ajuda a vários países irmãos.

O caso último da Guiné-Bissau, de Novembro deste ano, consubstanciou-se num montante financeiro de 6 milhões de dólares e no envio de uma equipa técnica de apoio ao processo de recenseamento eleitoral, num espírito de cooperação interinstitucional e de partilha da experiência valiosa que o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral timorense tem já acumulado.

Em todas estas vertentes, vamos fazendo um país renovado, atento também ao exterior ao mesmo tempo que olha para dentro e cuida das gentes que o compõem.

Excelências,
A proposta de Orçamento Geral de Estado para 2014 que hoje aqui apresentamos retrata na sua plenitude o projecto nacional que temos para Timor-Leste.

Num compromisso com o rigor, a ponderação e a transparência, este Orçamento responde às necessidades que temos pela frente, considerando também o future que nos espera, assegurando uma atenção cuidada à sustentabilidade fiscal e à boa gestão das contas públicas.

Os desafios que temos pela frente são imensos, mas hoje sabemos que percurso queremos fazer, para que as aspirações de todos os timorenses possam ter um lugar no país presente e no país futuro.

Começa hoje aqui mais uma etapa desse caminho!

Uma etapa que deve ser elevada por um debate construtivo, num espírito de compromisso comum com aquele que é o interesse nacional, o bem-estar de todos os timorenses.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão
Díli, 9 de Janeiro de 2014

Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento Geral do Estado para 2014

2.1: Sumário Executivo

2.1.1: Metas e Políticas do Governo

O Orçamento Geral do Estado estabelece as políticas do Governo de Timor-Leste para o ano seguinte com vista a concretizar as suas prioridades, nomeadamente proporcionar melhores condições de vida a todos os cidadãos através de um crescimento económico inclusivo, sustentável e equilibrado. Isto significa dar prioridade aos sectores da saúde, educação e segurança, ao mesmo tempo que se desenvolvem infra-estruturas de grande e de pequena escala e asseguram-se transferências públicas sustentáveis para os sectores mais vulneráveis da população. O Livro 1 do Orçamento Geral do Estado para 2014 estabelece a forma como o Governo tenciona levar a cabo estas políticas no próximo ano.

Tabela 2.1.1.1: Orçamento de Fontes Combinadas 2012 a 2018, em milhões de dólares[1]

	Concreto em 2012	LO1[2] de 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Orçamento de Fontes Combinadas	**1.451,2**	**1.892,3**	**1.684,9**	**1.969,1**	**2.060,7**	**1.715,8**	**1.576,8**
Despesas Governamentais por Fundo	*1.197,6*	*1.647,5*	*1.500,0*	*1.893,5*	*2.009,9*	*1.714,2*	*1.575,2*
FCTL	789,3	1.000,7	1.091,4	1.135,1	1.180,5	1.227,7	1.276,8
FDCH	32,2	42,4	40,0	45,0	45,0	49,0	49,0
Fundo das Infra-estruturas	376,1	604,4	368,6	713,4	784,4	437,5	249,4
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	*253,6*	*244,8*	*184,9*	*75,6*	*50,8*	*1,6*	*1,6*

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parcerias para o Desenvolvimento

[1] Nota relativamente aos dados contidos em tabelas e gráficos: No presente Livro 1 do OGE, os valores tendem a ser indicados até uma casa decimal em tabelas e gráficos, geralmente em milhões de dólares ou em percentagens. Ocasionalmente uma leitura mais atenta pode sugerir erros ao nível das casas decimais aquando da adição dos valores para se obter um 'total'. Isto é resultado de um "erro" de arredondamento, o que é inevitável quando se apresentam valores tão elevados de uma forma fácil de ler. Um erro de arredondamento não é realmente um erro, é apenas a forma como a aritmética funciona quando se apresentam valores extensos até poucas casas decimais.

[2] No presente Livro os valores indicados para 2013 em diversas tabelas e gráficos são idênticos aos que constam do Livro 1 do OGE para 2013, excepto se referido em contrário. Isto acontece uma vez que aquando da redacção do presente documento ainda não havia dados finais disponíveis relativamente a 2013, pelo que se utilizaram os mesmos valores por uma questão de consistência. Não obstante isto, foram utilizadas as tendências em 2013 até à data, especialmente ao nível de despesas e receitas, para orientar o processo orçamental de 2014 e as projecções para os anos seguintes.

A Tabela 2.1.1.1 indica as duas fontes de despesas em Timor-Leste em 2014: o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento. O total das despesas é de 1.684,9 milhões de dólares; 1.500,0 milhões do Governo e 184,9 milhões dos Parceiros de Desenvolvimento. Isto representa uma diminuição continuada da dependência em relação aos Parceiros de Desenvolvimento, tanto em termos absolutos como enquanto proporção do total de gastos (11,0%, comparativamente com 12,9% em 2013). Deve-se notar que a diminuição acentuada nos anos futuros se deve ao facto de os parceiros não saberem ainda quanto irão alocar nesses anos (o Livro 5 do Orçamento Geral do Estado contém mais detalhes sobre isto).

Tabela 2.1.1.2: Tabela Fiscal com Itens do Memorando, em milhões de dólares

	Concreto em 2010	Concreto em 2011	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Despesa Total por Categoria de Dotação	**760,3**	**1.097,1**	**1.197,6**	**1.647,5**	**1.500,0**	**1.893,5**	**2.009,9**	**1.714,2**	**1.575,2**
Recorrentes	*506,1*	*508,8*	*782,4*	*841,0*	*992,5*	*1.035,6*	*1.075,3*	*1.120,5*	*1.163,3*
Salários e Vencimentos	91,5	111,5	130,9	160,5	176,8	183,8	191,2	198,8	206,8
Bens e Serviços (inc. FDCH)	245,9	254,4	341,9	441,5	480,3	502,9	521,2	544,3	564,1
Transferências Públicas	168,7	142,9	309,7	239,0	335,5	348,9	362,9	377,4	392,5
Capital	*254,3*	*588,3*	*506,4*	*806,5*	*507,5*	*857,9*	*934,6*	*593,7*	*411,9*
Capital Menor	38,3	27,3	42,0	49,6	52,1	54,2	56,4	58,6	61,0
Capital e Desenvolvi-mento (inc. FI)	215,9	561,0	464,4	756,9	455,3	803,7	878,3	535,1	350,9
Receitas Domésticas ***	**96,6**	**111,7**	**137,7**	**146,3**	**166,1**	**181,0**	**196,1**	**211,2**	**226,4**
Saldo Fiscal Não-Petrolífero	**-663,7**	**-985,4**	**-1.059,9**	**-1.501,2**	**-1.333,9**	**-1.712,5**	**-1.813,8**	**-1.503,0**	**-1.348,8**
Financiamento	**663,7**	**985,4**	**1.059,9**	**1.501,2**	**1.333,9**	**1.712,5**	**1.813,8**	**1.503,0**	**1.348,8**
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	502,0	734,0	665,3	787,0	632,3	638,7	625,8	610,8	604,9
Transferências superiores ao RSE	309,0	321,0	829,6	0,0	270,6	956,5	1.029,5	724,8	707,0
Uso do Saldo de Dinheiro	-147,3	-69,7	-478,1	670,6	400,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	0,0	0,0	21,7	43,6	31,1	117,3	158,5	167,5	37,0
Indicadores Económicos Seleccionados									
PIB Nominal (Sector Não-Petrolífero)	934,3	1.128,3	1.349,8	1.534,3	1.773,1	2.068,5	2.429,7	2.865,5	3.324,5
Défice Fiscal / PIB (Sector Não-Petrolífero)	71,0%	87,3%	78,5%	97,8%	75,2%	82,8%	74,7%	52,5%	40,6%

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento, Direcção Nacional das Políticas Económicas, Unidade de Administração do Fundo Petrolífero e Secretariado dos Grandes Projectos, Ministério das Finanças.

A Tabela 2.1.1.2 apresenta as despesas governamentais em maior detalhe. O aspecto mais assinalável é que o OGE sofre um corte acentuado em relação ao ano anterior, diminuindo 147,5 milhões de dólares pelo segundo ano consecutivo3. Isto faz parte da política do Governo para garantir Sustentabilidade Fiscal. As despesas recorrentes aumentaram, mas muito desse aumento pode ser classificado como de capital humano e investimento social. O investimento em capital humano permitirá aos cidadãos trabalhar com maior

[3] A despesa orçamentada em 2011 era de 1.806,5 milhões de dólares.

produtividade no sector formal. Além do mais, o investimento social assegura que o crescimento seja inclusivo e beneficie a população mais vulnerável.

2.1.2: Panorama Económico

A economia de Timor-Leste cresceu 7,3% em 2011 em termos reais. O sector petrolífero do PIB cresceu 6,0%, metade da taxa de crescimento do sector não-petrolífero (12,0%)[4]. Ainda assim, o sector petrolífero continua a dominar a economia timorense, representando 76,9% do PIB total do país.

A taxa de crescimento muito elevada do PIB não-petrolífero em 2011 pode ser atribuída ao forte aumento nas despesas governamentais durante esse ano, em especial despesas ao nível de Capital de Desenvolvimento. Parte destas despesas acrescidas reflectiram a política de "antecipação" do Governo, destinada a criar as condições necessárias para o desenvolvimento económico a médio e longo prazo do país através de melhorias a curto prazo em infra-estruturas essenciais e em capital humano. Isto está em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED).

Todavia esta elevada taxa de crescimento económico trouxe consigo o aumento substancial da inflação. Os preços no final de Dezembro de 2011, tal como são medidos pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), eram 15,4% mais elevados do que em período homólogo do ano anterior, estando por conseguinte muito acima do alvo do PED de 4 a 6%.

Com as despesas governamentais concretas ao nível de Capital de Desenvolvimento a descerem em termos nominais em 2012, sobretudo devido a baixas taxas de execução, prevê-se que sectores económicos essenciais que fomentaram o crescimento em 2011, como por exemplo a construção civil, tenham descido. A taxa de crescimento do sector não-petrolífero do PIB, prevista nos 8,2% para 2012, continua a ser forte, porém está substancialmente aquém da taxa de 2011. A taxa de inflação desceu durante 2012, situando-se nos 10,9% em Dezembro de 2012.

A médio prazo, o Governo espera que a política de antecipação, juntamente com várias reformas (por exemplo a aprovação de uma Lei sobre Terras, o Balcão Único SERVE, Parcerias Público-Privadas, etc.), crie um ambiente propício ao surgimento de um sector privado forte que se torne a principal fonte de crescimento e que permita assim manter as taxas globais elevadas de crescimento económico e aumentar as receitas domésticas. O Governo está concentrado em despesas de alta qualidade que por um lado apoiem o sector privado e que por outro apoiem o desenvolvimento social do país. Isto será alcançado através de aumentos nas despesas recorrentes orientados para a área da educação assim como aumentos nas transferências públicas que proporcionarão uma mão-de-obra melhor e mais produtiva assegurando, ao mesmo tempo, uma maior inclusividade. Deste modo, o

[4] Contas Nacionais de Timor-Leste 2000 a 2011, DGE (2013). No texto as referências a 'petróleo' incluem tanto petróleo como gás.

OGE para 2014 foi preparado dentro de um quadro de despesas de elevada qualidade, consistente com o controlo da inflação e o regresso a um caminho de despesas sustentáveis ao nível fiscal.

2.1.3: Despesas

O total das despesas governamentais em 2014 é de 1.500,0 milhões de dólares, o que representa uma diminuição de 9,0% comparativamente a 2013. O Governo está determinado em prosseguir políticas que conduzam à sustentabilidade. Assim sendo, o declínio em despesas deve-se sobretudo a reduções ao nível de Capital de Desenvolvimento, sobretudo no Fundo das Infra-estruturas, cuja alocação foi inferior à do ano anterior em 368,6 milhões de dólares, ou em 39,0%.

O Governo reduz o orçamento do Fundo das Infra-estruturas por duas razões. Primeiro, o Governo pretende concentrar a capacidade institucional nos projectos mais importantes para o desenvolvimento de Timor-Leste. Esta estratégia apoiará uma melhor implementação dos projetos e uma melhor relação qualidade/preço.

As despesas recorrentes continuam a sua tendência de subida, aumentando 18,0% sobretudo devido a aumentos ao nível de Transferências Públicas e Bens e Serviços. A maioria desse aumento pode ser considerado como investmento social ou investimento em capital humano. O Governo considera que estas despesas são essenciais para se ter uma Função Pública eficaz, aumentar a produtividade dos trabalhadores (que irá assegurar o crescimento futuro). Além do mais, o incremento do investimento social assegura um crescimento económico equilibrado e inclusivo, que irá assegurar o apoio aos segmentos da população que, de outra forma, beneficiaram menos do crescimento económico.

2.1.4: Receitas

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) para 2014 está calculado nos 632,3 milhões de dólares, o que representa uma redução de 165,6 milhões comparativamente com o RSE estimado no orçamento do ano anterior. Esta revisão em baixa deve-se ao facto de a produção esperada do Bayu-Undan dever ser menor que a inicialmente prevista. Os cálculos do RSE para 2014 começaram a utilizar o petróleo Brent em vez do petróleo WTI como índice de referência de preço, já que segue os produtos do Bayu-Undan de forma mais fiel. Não há quaisquer outras alterações na metodologia de cálculo do RSE.

A produção petrolífera global atingiu o pico em 2012, porém as receitas permanecem fortes em 2013 devido aos preços elevados do petróleo. Estima-se que o saldo do Fundo Petrolífero seja de 14,1 mil milhões de dólares até final do ano. Prevê-se então que as receitas petrolíferas caiam de forma acentuada para os 1.443,1 milhões de dólares em 2014, após o que deverão estabilizar temporariamente até 2016. Estima-se que o saldo do Fundo

Petrolífero atingirá os 15,4 mil milhões de dólares até ao final de 2014, partindo do princípio que serão levantados 270,6 milhões de dólares acima do RSE.

Em termos de receitas domésticas prevê-se que a tendência de crescimento se mantenha em 2014 relativamente a impostos e outros pagamentos, aumentando em relação à estimativa para 2013 no orçamento do ano anterior para 166,1 milhões de dólares, o que representa uma subida de 13,6%. Este aumento projectado deve-se sobretudo a subidas ao nível de impostos, mormente impostos indirectos como sejam o imposto selectivo de consumo e o imposto sobre vendas. O Governo está empenhado em aumentar as receitas domésticas em prol de uma economia menos dependente do petróleo e de uma melhor integração na economia global.

2.1.5: Financiamento

A secção de financiamento do presente Livro delineia e explica os vários componentes que pagam o défice não petrolífero em 2014 e nos anos futuros (definido como as receitas domésticas menos o total das despesas). Os componentes do financiamento do Orçamento Geral do Estado para 2014 são RSE, transferências superiores ao RSE a partir do Fundo Petrolífero, empréstimos ou utilização do saldo de dinheiro.

2.2: Análise das Reformas Recentes

O sistema de Gestão das Finanças Públicas (GFP) consiste nas instituições, leis e infra-estruturas de tecnologias de informação através das quais o Governo gasta, cobra e gere dinheiro. A existência de um sistema sólido e efectivo de GFP é essencial para permitir a Timor-Leste manter um forte crescimento económico, controlar a corrupção e prestar serviços governamentais eficazes.

Em Timor-Leste a existência de um sistema efectivo de GFP é essencial para transformar recursos minerais em riqueza pública. O Governo implementou um programa de reformas amplas e sustentadas ao nível de GFP. Este programa de reformas é complexo e abrange vários aspectos diferentes da GFP, pelo que o presente documento só descreve alguns aspectos fundamentais seleccionados. Existem outros documentos disponíveis ao público, como por exemplo o Plano Estratégico do Ministério das Finanças, que descrevem a totalidade do programa de reformas de um modo mais detalhado. As principais metas e componentes do programa de reformas do Governo aqui descrito são: a) auditoria fiscal petrolífera, b) provisão de documentação orçamental que descreva o Orçamento Geral do Estado de forma transparente, c) melhoria da gestão das despesas, d) transparência e e) melhoria de políticas e despesas com base em análises e em dados concretos.

Entre as reformas de GFP acima referidas, as reformas actuais incluem três elementos principais: Em primeiro lugar, um paradigma novo e único para o “Orçamento Geral do Estado”, introduzido em 2013. Este consiste no consenso entre o Governo e a Oposição,

através do qual foi estabelecida uma comissão composta por representantes de comissões do Parlamento Nacional com o objectivo de discutir o orçamento proposto com o Governo, o que levou à aprovação unânime da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2013 no Parlamento Nacional. Esta situação única é representativa do estilo e cultura de democracia de Timor-Leste em prol do desenvolvimento, uma vez que o país ainda se encontra numa fase inicial do desenvolvimento. O paradigma não é contrário ao equilíbrio de poderes entre Governo e Parlamento, dado que continua a haver debates ao nível de comissões. Em segundo lugar, a manutenção da cultura de "consenso em prol do programa nacional de desenvolvimento." Pela primeira vez o Governo convidou membros do Parlamento Nacional, incluindo membros da Oposição, a participar no "Yellow Road Workshop de 2013" para discutir desafios e oportunidades e para definir prioridades e o envelope fiscal para 2014. O "Yellow Road Workshop de 2013" foi também alargado a parceiros de desenvolvimento e a outras entidades relevantes. Em terceiro lugar, o estabelecimento de uma "Câmara de Contas" para projectos governamentais com valores contratuais acima de 5,0 milhões de dólares.

2.3: Panorama Económico

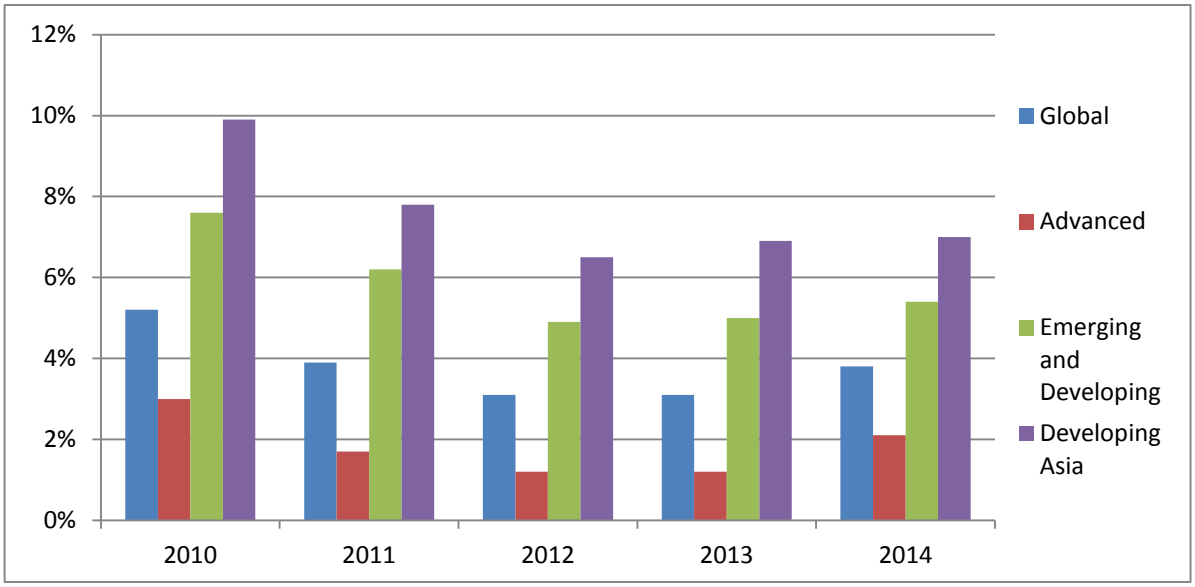
2.3.1: Economia Internacional

2.3.1.1: Tendências do Crescimento Internacional

Após crescer 5,2% em 2010 e 3,9% em 2011, o crescimento global em 2012 continuou a abrandar, ficando-se pelos 3,1% (Gráfico 2.3.1.1.1). Isto deveu-se sobretudo a uma redução no crescimento por parte dos países que vinham a liderar a recuperação global em relação à crise financeira; isto é, as chamadas 'economias emergentes e em vias de desenvolvimento'. O crescimento nas economias emergentes e em vias de desenvolvimento caiu abaixo dos 5% em 2012, a taxa mais baixa desde 2001, se excluirmos o ano da recessão global (2009). Esta redução ficou-se a dever sobretudo a uma menor procura por parte das principais economias avançadas importadoras e a políticas domésticas mais apertadas (por exemplo houve mais entraves ao crédito na China devido a receios de uma "bolha" no sector imobiliário e registaram-se aumentos acentuados nas taxas de juro para controlar a subida da inflação na Índia e no Brasil).

Prevê-se que o crescimento global continue lento em 2013 (3,1%) e em 2014 (3,8%). Estas taxas baixas reflectem o fraco desempenho continuado de economias emergentes e em vias de desenvolvimento devido tanto a factores externos (como por exemplo a baixa procura por parte das economias avançadas e os baixos preços das matérias-primas) como internos (por exemplo políticas mais apertadas), sem esquecer a recessão prolongada na Zona Euro e o crescimento inferior ao esperado nos EUA.

Gráfico 2.3.1.1.1: Crescimento Económico Real 2010 a 2014



Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas e PEM do FMI Julho de 2013

A Tabela 2.3.1.1.1 ilustra as taxas de crescimento do PIB em relação às principais economias na Ásia e em Timor-Leste. Esta área inclui economias a crescer a velocidades muito elevadas, com Timor-Leste a não ser excepção. Timor-Leste apresentou o maior crescimento económico da região em 2011. Para a maior parte destes países as projecções para 2013 e 2014 estão em linha com 2011 e 2012 e por conseguinte abaixo das taxas em 2010 e antes da crise financeira. As razões principais são semelhantes às indicadas acima para a região emergente e em vias de desenvolvimento, nomeadamente uma combinação de factores domésticos (políticas mais apertadas) e de factores externos (baixa procura por parte dos importadores e baixos preços das matérias-primas).

Tabela 2.3.1.1.1: Taxas de Crescimento Real do PIB Regional (%)

País	Concreto			Projecção	
	2010	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
China	10,4%	9,3%	7,8%	8,0%	8,2%
Austrália	2,6%	2,4%	3,6%	3,0%	3,3%
Singapura	14,8%	5,2%	1,3%	2,0%	5,1%
ASEAN-5	7,0%	4,5%	6,1%	5,9%	5,5%
Indonésia	6,2%	6,5%	6,2%	6,3%	6,4%
Vietname	6,8%	5,9%	5,0%	5,2%	5,2%
Filipinas	7,6%	3,9%	6,6%	6,0%	5,5%
Tailândia	7,8%	0,1%	6,4%	5,9%	4,2%
Malásia	7,2%	5,1%	5,6%	5,1%	5,2%
Timor-Leste*	**9,5%**	**12,0%**	**8,2%****	**8,0%****	**8,8%*****

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas, Ministério das Finanças 2003 e PEM do FMI Abril de 2013
* O PIB de Timor-Leste diz respeito somente ao sector não petrolífero
** Estimativa preliminar
*** Alvo

2.3.1.2: Tendências dos Preços Internacionais

A inflação global diminuiu durante 2012 e deverá continuar abaixo dos 4% durante 2013 e 2014. Em 2012 a taxa de aumento dos preços ao consumidor tinha diminuído relativamente a 2011 de 2,7% para 2,0% em economias avançadas e de 7,1% para 6,1% em economias emergentes e em vias de desenvolvimento. As projecções do FMI[5] indicam que esta taxa deverá continuar a cair em economias emergentes e em vias de desenvolvimento em 2013 e 2014, chegando aos 5,5% em 2014, devido sobretudo a reduções nos preços de alimentos e de energia. Não obstante isto, é esperado que os preços ao consumidor comecem a subir em 2014 em economias avançadas, motivados pelo aumento esperado nos preços no Japão devido a aumentos nos impostos sobre o consumo.

Preços do Petróleo[6]

Após aumentarem 31,6% em 2011 os preços internacionais do petróleo subiram apenas 1,0% em 2012. Ainda assim os preços permaneceram elevados, na ordem dos 105,0 dólares, devido sobretudo à instabilidade geopolítica no Médio Oriente e no Norte de África, bem como aos embargos e sanções de países ocidentais ao Irão e à Síria. É esperado que os preços em 2013 e 2014 desçam com a subida da produção em países fora da OPEC e com a redução da procura em economias avançadas. Os mercados de futuros indicam reduções de quase 5% em 2013 e 2014. Até 2014 prevê-se que os preços do petróleo desçam abaixo da marca dos 100 dólares e se situem nos 95,36 dólares.

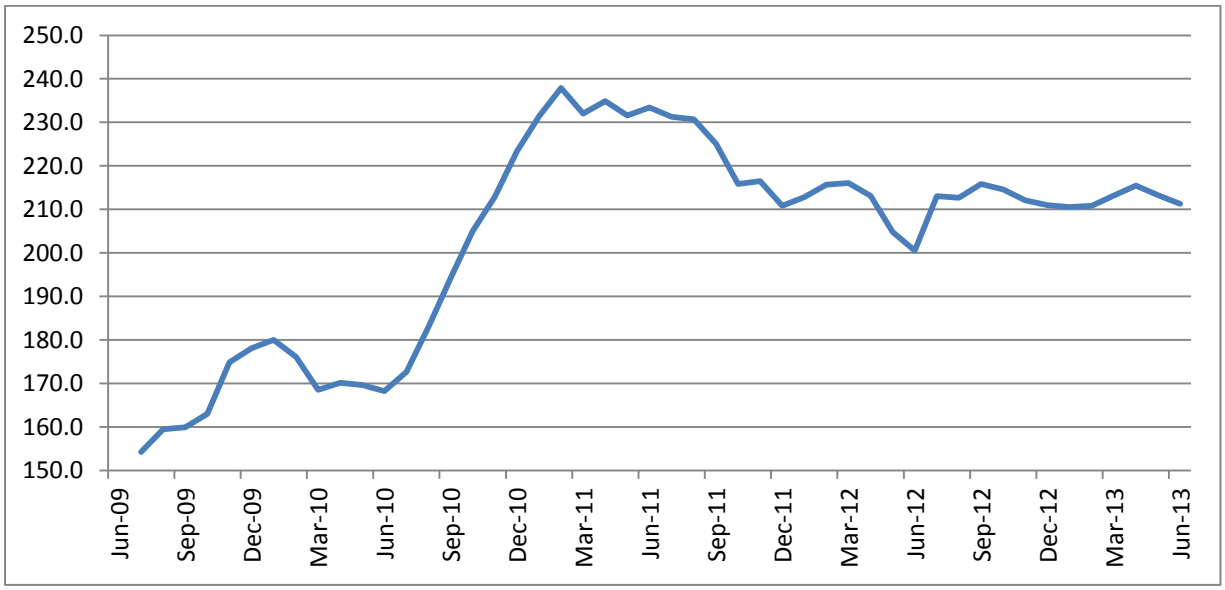
Preços de Bens Agrícolas

Após a queda em Junho de 2012 e o subsequente aumento nos preços internacionais dos bens agrícolas, o que alertou os mercados globais para a possibilidade de uma crise nos preços dos alimentos, os preços estabilizaram no final de 2012 e no início de 2013. Após subir nos meses de Março e Abril de 2013 devido ao aumento dos preços dos lacticínios, resultante da baixa produção na Nova Zelândia, o índice de preços dos alimentos da FAO desceu em Maio e em Junho de 2013 (Gráfico 2.3.1.1.2), reflectindo preços mais baixos de cereais como milho e trigo. Prevê-se que a produção global destes bens será forte este ano. Os produtos agrícolas têm estado estáveis desde o início do ano, ainda que os preços variem consoante a origem. Até ao final de 2013 a produção global deverá subir 2,0%, impulsionada por condições climáticas favoráveis nalguns dos principais países produtores na Ásia. É de prever que isto contribuirá para fazer com que os preços baixem.

[5] PEM do FMI Abril e Julho de 2013.

[6] A secção 2.5.3, intitulada 'Receitas Petrolíferas e Investimentos', descreve a forma como os preços do petróleo afectam as receitas em Timor-Leste.

Gráfico 2.3.1.1.2: Índice de Preços dos Alimentos entre Junho de 2009 e Junho de 2013



Fonte: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

2.3.2: Economia Doméstica

Em Maio de 2013 foram publicadas as Contas Nacionais de Timor-Leste de 2000 a 2011[7]. Esta publicação reflecte o esforço forte por parte do Governo, através do Ministério das Finanças e da Direcção-Geral de Estatística (DGE), em particular, no sentido de providenciar uma série de dados temporais consistentes de 2000 a 2011. As contas Nacionais de 2000 a 2011 apresentam três adições importantes à publicação anterior em 2012. Em primeiro lugar, prolongam a série de 2004 a 2010 até 2000, oferecendo assim ao público mais quatro anos de dados para as três abordagens de medição do PIB (produção, despesas e rendimentos). Em segundo lugar, a existência de novas fontes de estatísticas permitiu à DGE actualizar a série de 2004 a 2010 e apresentar um retrato mais fiel da economia durante esses anos. Por fim, a publicação oferece os primeiros dados oficiais de contas nacionais para o ano 2011. Esta secção fornece assim informações com base sobretudo na edição das Contas Nacionais de 2000 a 2011.

2.3.2.1: Produto Interno Bruto Total

As Contas Nacionais de 2000 a 2011 reforçam o facto de que a economia timorense continua muito dependente do sector petrolífero. A Tabela 2.3.2.1.1 mostra que mais de 75% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011 provem do sector petrolífero.

[7] Direcção-Geral de Estatística (DGE), 2013.

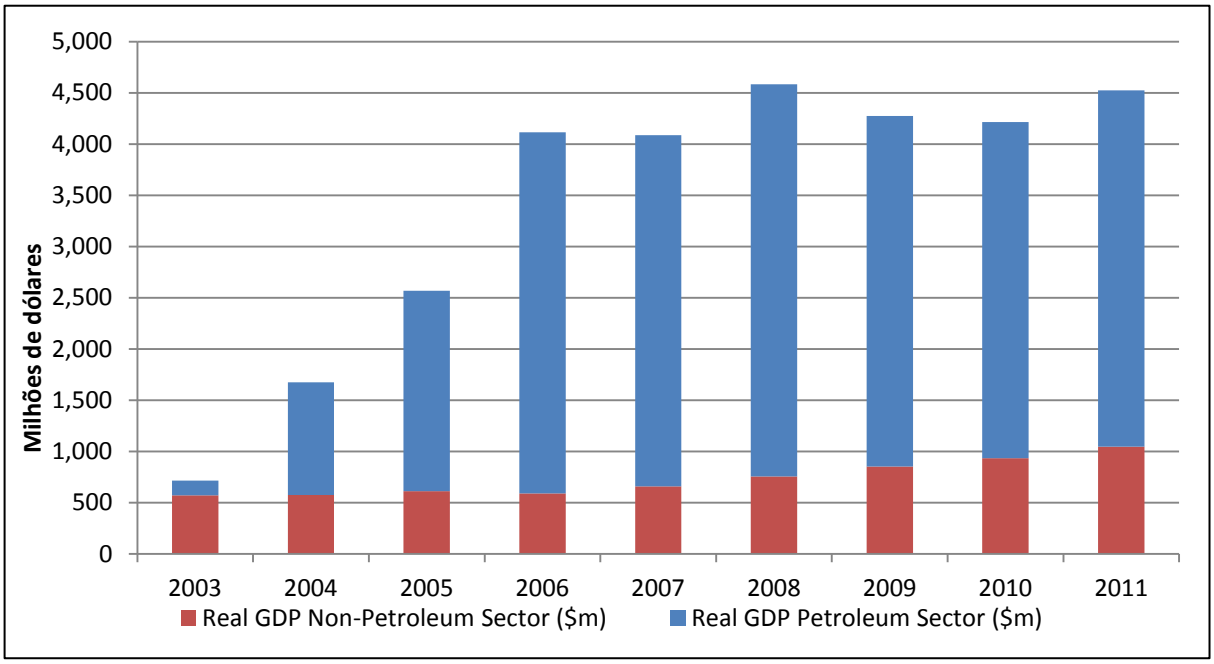
Tabela 2.3.2.1.1: PIB por Sector, Timor-Leste 2011

	PIB em milhões de dólares	Percentagem do total
Toda a Economia	**4.525,1**	**100,0%**
Sector Petrolífero	3.478,4	76,9%
Sector Não-Petrolífero	1.046,7	23,1%

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

Isto pode ser observado em maior detalhe no Gráfico 2.3.2.1.1., que mostra a evolução do PIB a preços constantes por sectores globais (petrolífero e não-petrolífero) entre 2003 e 2011. Durante 2004, o ano em que arrancou a produção do sector petrolífero, o sector petrolífero ultrapassou o sector não-petrolífero em termos de contribuição para o PIB total. O domínio do sector petrolífero tornou-se mais acentuado em 2005 e atingiu o pico em 2006. A contracção do PIB não-petrolífero durante esse ano e a maior expansão do sector petrolífero fizeram com que este último chegasse a representar 87,4% do PIB total. Desde então a contribuição do sector petrolífero estabilizou em torno dos 80% do PIB total.

Gráfico 2.3.2.1.1: PIB Real entre 2003 e 2011, em milhões de dólares



Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

2.3.2.2: PIB Não-Petrolífero

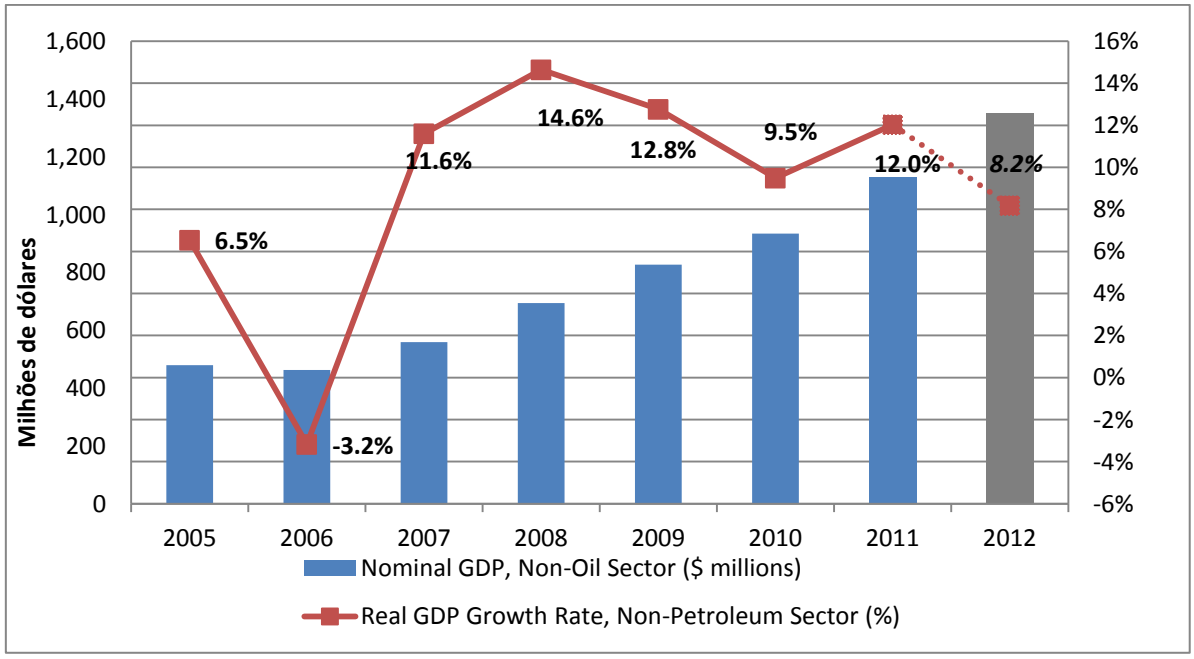
O Gráfico 2.3.2.2.1 ilustra a evolução do PIB concreto (sector não-petrolífero) entre 2005 e 2011, mostrando também as projecções preliminares para 2012. Tal como se pode ver no gráfico, a taxa de crescimento do PIB não-petrolífero tem sido impressionante, registando um valor médio de 12,1% entre 2007 e 2011.

Os dados concretos mais recentes disponíveis revelam que o sector não-petrolífero do PIB atingiu os 1,1 mil milhões de dólares, tendo crescido 12,0% em termos reais desde 2010.

Este crescimento supera as estimativas preliminares do crescimento do PIB não-petrolífero em 2011, publicadas no Livro 1 do OGE de 2013, as quais projectavam uma taxa de crescimento real de 10,8%. A revisão deveu-se sobretudo a um aumento no nível de despesas de capital por parte do Governo, as quais tinham anteriormente sido subestimadas, e, ainda que menos, a uma redução no défice comercial.

O ano de 2012 registou uma redução substancial na taxa de crescimento de despesas governamentais, e em especial um crescimento negativo nas despesas de Capital de Desenvolvimento devido a taxas de execução baixas, o que veio exercer uma pressão descendente sobre o crescimento económico (através de um declínio em actividades de construção civil no lado de produção da economia). Para lá disto, outras actividades no sector privado formal não têm sido especialmente fortes, sendo esperadas taxas de crescimento baixas para a produção e para o comércio grossista e de retalho. Todavia, a forte recuperação do sector agrícola em 2012 após uma redução muito acentuada em 2011, juntamente com o elevado crescimento continuado das despesas recorrentes do Governo e do consumo de capital fixo, deverão ter levado a uma taxa elevada de crescimento em 2012, situada um pouco acima dos 8%.

Gráfico 2.3.2.2.1: PIB Não-Petrolífero entre 2005 e 2012



Fontes: Direcção-Geral de Estatística (DGE) e Direcção Nacional das Políticas Económicas (DNPE)
Os valores relativos a 2012 são uma estimativa preliminar.

Os três sectores amplos apresentados na Tabela 2.3.2.2.1. são o sector primário, que engloba as actividades relacionadas com os bens obtidos da natureza (por exemplo agricultura de subsistência e agricultura comercial, silvicultura, pesca, extracção mineira e exploração de pedreiras), o sector secundário, que inclui actividades de construção civil e a produção de bens fabricados, e o sector terciário, composto pela indústria dos serviços (privados e públicos).

Tabela 2.3.2.2.1: PIB Real, Percentagens dos Sectores na Economia Não-Petrolífera entre 2005 e 2011

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB Não-Petrolífero Real	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**
Primário	30,0%	32,5%	28,5%	25,1%	24,1%	21,6%	15,9%
Secundário	8,2%	6,5%	9,2%	15,5%	19,9%	19,5%	23,3%
Terciário	60,7%	62,5%	61,3%	58,4%	58,8%	59,6%	59,4%
Mais Impostos menos Subsídios sobre Produtos	1,1%	-1,5%	1,0%	1,0%	-2,8%	-0,7%	1,4%

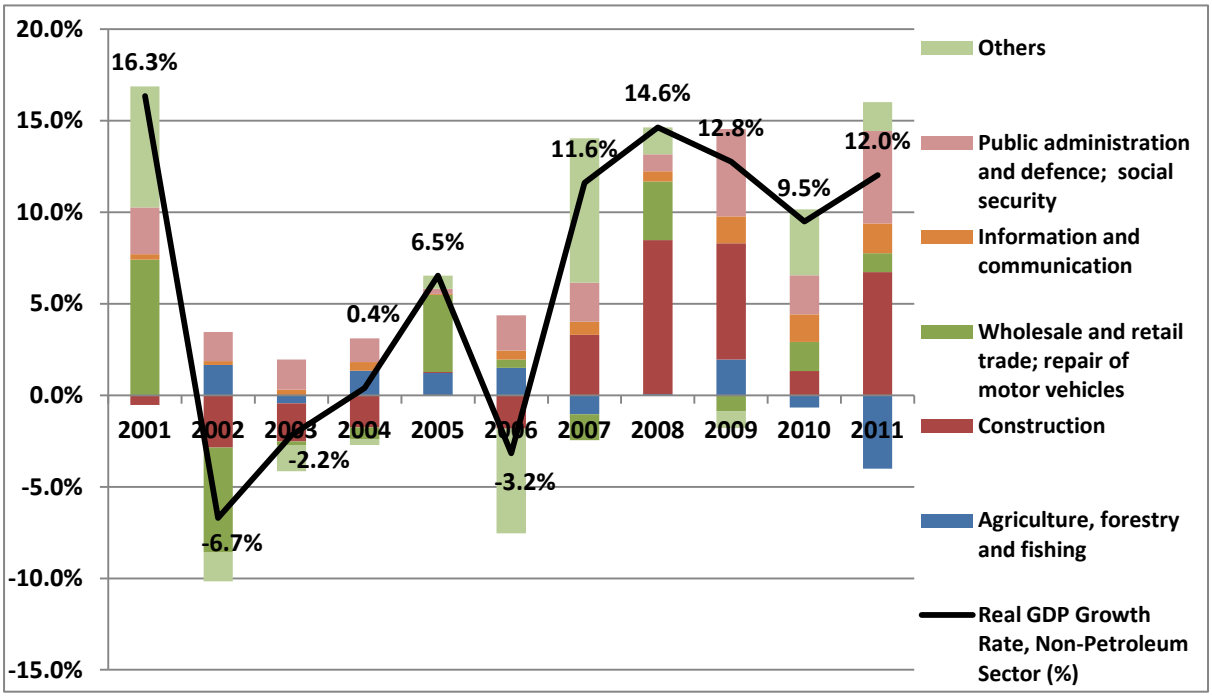
Fontes: Direcção Nacional das Políticas Económicas e Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças.

Esta tabela mostra que o sector terciário continua a dominar a economia não-petrolífera, com uma fatia de cerca de 60%. A fatia do sector primário no PIB (não-petrolífero) caiu durante os últimos cinco anos, em benefício do sector secundário, cuja fatia aumentou de 6,5% em 2006 para mais de 23% em 2011. Embora tenha descido ligeiramente em 2010, a fatia do sector secundário no PIB (não-petrolífero) teve uma recuperação espectacular em 2011 e ultrapassou pela primeira vez a fatia do sector primário. Isto pode representar um desenvolvimento positivo para a economia de Timor-Leste, uma vez que a transição do sector primário para o sector secundário é uma característica comum de economias cujos rendimentos estão a aumentar. Ainda assim, é necessário fazer duas notas relativamente a esta evolução no contexto de Timor-Leste.

A primeira nota diz respeito às razões subjacentes ao declínio da fatia do sector privado. A segunda nota prende-se com a natureza do aumento da fatia do sector secundário no PIB (não-petrolífero). Em Timor-Leste o sector primário é dominado pela agricultura, a qual representa mais de 90% deste sector. A forma comum em como um declínio na *fatia* do sector privado em benefício do sector secundário ou do sector terciário pode ser visto como um desenvolvimento positivo é quando há um *aumento* nos *níveis* do sector secundário ou do sector terciário superior ao *aumento* nos *níveis* do sector primário. Isto não parece ter acontecido em Timor-Leste: é certo que houve uma expansão assinalável dos *níveis* do sector secundário nos últimos cinco anos, porém esta foi acompanhada por um mau desempenho da actividade agrícola. Entre 2006 e 2011, a agricultura (que engloba também a silvicultura e as pescas) desceu em termos absolutos (e a preços – ou volumes – constantes) mais de 18%, sendo que apenas num ano durante este período se registou um crescimento significativo (2009, quando houve um crescimento de aproximadamente 8%). Este declínio ficou a dever-se a más condições atmosféricas. Assim sendo, o crescimento relativo do sector secundário em 2011 parece dever-se em grande medida à má actividade agrícola ao longo dos últimos cinco anos. Por outras palavras, se o crescimento agrícola tivesse acompanhado o crescimento do PIB (não-petrolífero), o sector primário teria mantido o seu domínio em relação ao sector secundário.

A segunda nota refere-se à natureza do crescimento dentro do sector secundário. Tal como se referiu acima, este sector engloba actividades de produção e de construção civil. Muitos países em vias de desenvolvimento, nomeadamente vários países em vias de desenvolvimento na Ásia em décadas recentes, registaram um aumento no PIB com a expansão de actividades de produção. Em Timor-Leste, porém, a produção representa uma pequena parte da actividade económica, tendo na verdade descido em termos reais entre 2009 e 2011. O crescimento do sector secundário deve-se assim ao aumento nas actividades de construção civil. Esta distinção é importante, já que o crescimento resultante da produção pode ser mantido a médio prazo (desde que as indústrias permaneçam competitivas ou desde que surjam novas indústrias), ao passo que o crescimento resultante da construção civil, sobretudo num país pequeno como Timor-Leste e quando financiado em grande medida por despesas governamentais, terá eventualmente de abrandar. Isto implica que para o crescimento continuar forte no futuro é necessário fazer uma transição para outros motores de crescimento. Em particular, o sector privado terá de se tornar a força principal por detrás da actividade económica.

Gráfico 2.3.2.2.2: Contribuição por Sector para as taxas de crescimento real do PIB (Sector Não-Petrolífero) entre 2001 e 2011



Fontes: Direcção Nacional das Políticas Económicas e Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças.

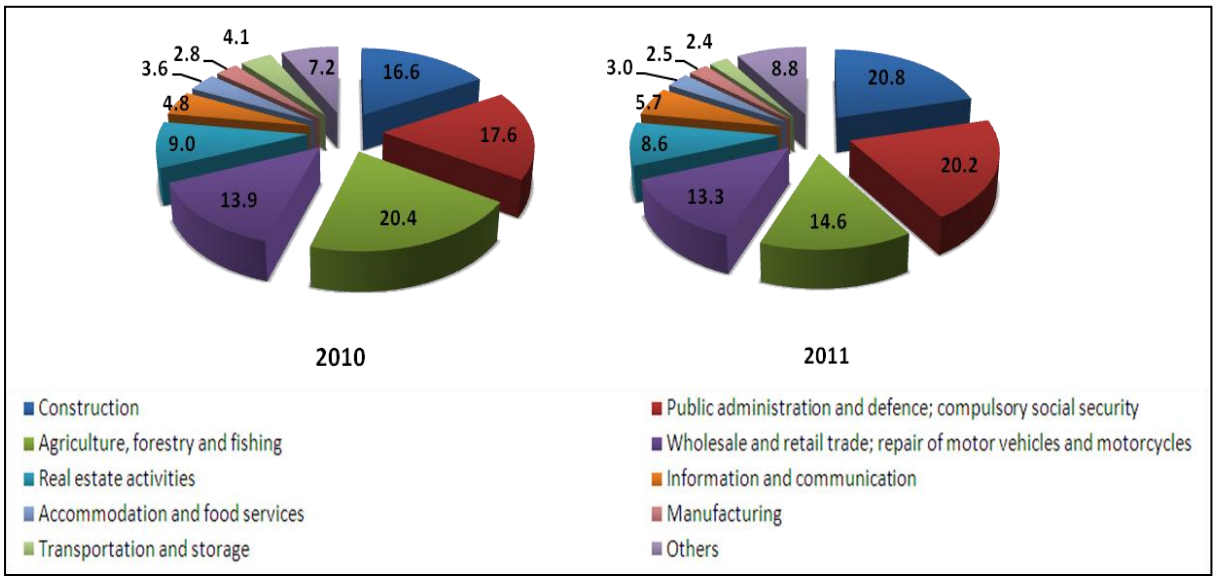
O Gráfico 2.3.2.2.2 mostra que os dois principais motores de crescimento ao longo dos últimos cinco anos foram de facto a 'Administração Pública' e a 'Construção Civil', as quais foram impulsionadas por despesas governamentais. As outras categorias têm sido

inconsistentes na sua contribuição para o crescimento económico. A 'Agricultura', que impulsionou o crescimento em 2009, teve um contributo negativo nos dois anos seguintes.

De igual modo, o 'Comércio Grossista e de Retalho' teve um contributo positivo em 2008, 2010 e 2011 e um contributo negativo em 2007 e 2009. A única outra categoria com um registo consistentemente positivo nos últimos cinco anos foi a de 'Informações e Comunicações', a qual deverá continuar com um percurso positivo a médio prazo em resultado da liberalização do sector das telecomunicações em 2012.

O Gráfico 2.3.2.2.3 apresenta a contribuição das principais categorias para o PIB (não-petrolífero) em 2010 e 2011. Em 2011 a 'Construção Civil' ultrapassou a 'Agricultura' como a categoria principal, com a sua fatia no PIB (não petrolífero) a aumentar dos 16,6% para perto de 21%. Na verdade, devido ao mau tempo que provocou uma diminuição muito acentuada na produção em 2011 (nomeadamente de milho), a agricultura foi somente a terceira maior categoria em 2011, com a sua fatia a descer para os 14,6%. As outras categorias parecem ter permanecido relativamente em linha com o ano anterior, sendo que apenas a categoria de 'Informações e Comunicações' aumentou a sua fatia, ao passo que a categoria de 'Transportes e Armazenamento' registou uma quebra acentuada resultante em grande medida da inflação elevada, a qual fez aumentar os custos com os transportes durante 2011.

Gráfico 2.3.2.2.3: PIB, Sector Não-Petrolífero por Categoria (%) em 2010 e 2011



Fontes: Direcção-Geral de Estatística (DGE) e Direcção Nacional da Política Económica (DNPE)

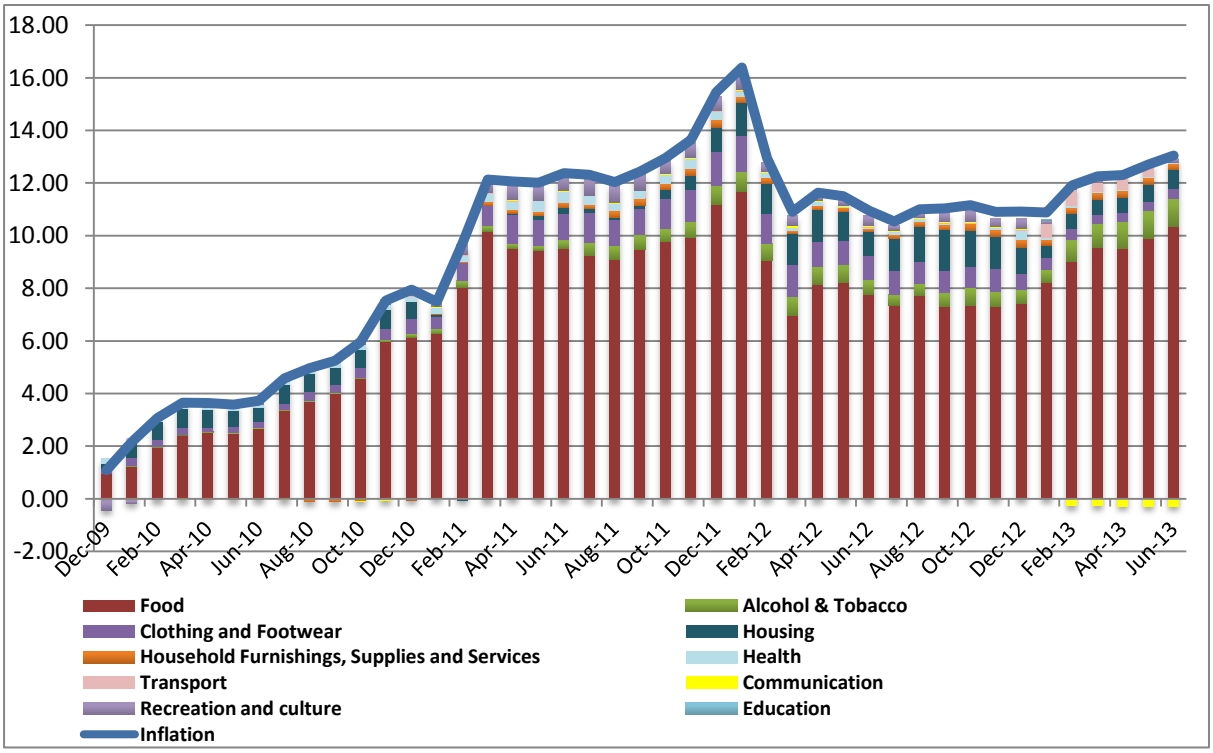
Em jeito de conclusão, nos últimos anos Timor-Leste conseguiu uma das taxas de crescimento económico mais elevadas no mundo inteiro. O ano de 2011 não foi excepção, com uma taxa de crescimento de 12,0% (no sector não-petrolífero). Todavia a maior parte deste crescimento deveu-se a despesas governamentais. Isto é justificável em face da necessidade de fazer arrancar a economia e está em linha com a política de antecipação do

Governo, reflectida em investimentos na melhoria de infra-estruturas e no desenvolvimento de capital humano, duas condições fundamentais para o desenvolvimento a longo prazo. Contudo as taxas de crescimento económico muito elevadas não poderão ser mantidas de forma sustentável apenas pelo Governo, já que isso teria implicações ao nível da sustentabilidade fiscal a longo prazo e da taxa de inflação, a qual se quer dentro dos valores estabelecidos no PED (isto é, entre os 4 e os 6 porcento).

2.3.2.3: Inflação Doméstica

Recentemente a inflação em Timor-Leste tem estado de forma consistente acima dos 4 a 6% estabelecidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento. Nos últimos dois anos a inflação tem estado sempre nos dois algarismos, ainda que se encontre agora consideravelmente abaixo do valor máximo já atingido. Em Dezembro de 2012 a inflação homóloga em Timor-Leste foi de 10,9%, comparativamente com uma taxa de inflação de 15,4% em Dezembro de 2011 (Gráfico 2.3.2.3.1). Taxas de inflação elevadas têm um impacto negativo na competitividade do país e no poder de compra da sua população. Deste modo, uma inflação baixa andará provavelmente lado a lado com um crescimento inclusivo e sustentado.

Gráfico 2.3.2.3.1: Alteração no IPC Homólogo de Díli por Categoria (%)



Fontes: Direcção Nacional das Políticas Económicas e Direcção de Estatística

O aumento geral entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2012 foi de dois dígitos tanto nos distritos como em Díli, ainda que tenha sido ligeiramente mais elevado em Díli. Porém nem todas as categorias que contribuem para a taxa de inflação geral cresceram à mesma velocidade. O facto de a categoria de "alimentos e bebidas não-alcoólicas" ter registado um aumento desproporcionalmente elevado de 33,5% entre Dezembro de 2010 e Dezembro de

2012 é preocupante, uma vez que engloba diversos bens essenciais e é passível de ter um impacto forte sobre o consumidor médio.

As subcategorias dentro da categoria “alimentos e bebidas não-alcoólicas” que registaram aumentos substanciais nos seus níveis de preços foram as subcategorias de “arroz”, “bebidas não-alcoólicas”, “fruta” e “vegetais”.

Para lá dos alimentos, outras categorias que registaram aumentos incluem as categorias de “transportes” e de “vestuário e calçado”. A primeira registou um aumento de 10,6% ao longo de 2012 em todo o território de Timor-Leste, o que ainda assim reflecte um abrandamento quando comparado com o aumento de 15,5% entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011. No que diz respeito à categoria de “vestuário e calçado” há diferenças substanciais na taxa de aumento de preços entre Díli e os distritos. Embora a taxa de inflação geral nesta categoria tenha sido moderada (6,0% entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2012), foi muito mais elevada em Díli (16,3% ao longo do mesmo período), devido em grande medida ao aumento dos preços no vestuário masculino. Seja como for, este aumento continua a ser mais baixo do que o registado entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011 (19,8%).

Temos assim que, embora a maior parte das categorias apresente um abrandamento da inflação comparativamente com o que se verificou durante o ano de 2011, a inflação continuada do preço dos alimentos é preocupante, sobretudo porque os preços de alguns produtos continuaram a aumentar a velocidades muito elevadas apesar de se terem feito esforços para controlar esta inflação. Será talvez recomendável investigar de forma mais detalhada os factores subjacentes a este aumento.

Estas tendências poderão provavelmente ser explicadas pelos efeitos conjuntos de factores domésticos e internacionais, ainda que a inflação em 2012 se deve a factores domésticos, uma vez que os factores internacionais foram no geral razoavelmente favoráveis (comparativamente com 2011), como por exemplo a valorização (no cômputo geral) do dólar e a redução dos preços internacionais de alimentos.

Durante o ano de 2012, embora os preços internacionais de alimentos tenham sido bastante voláteis, permaneceram ainda assim bem aquém dos picos de 2011 ou 2010, o que deve implicar aumentos menores nos preços de alimentos em 2012 (ainda que alguns dos níveis de preços altos em 2011 possam ter sido transportados para 2012).

Para lá disto, o dólar valorizou-se durante 2012, em especial nos primeiros seis meses, o que deverá também reduzir a pressão inflacionária, em especial ao nível de bens importados.

Os preços internacionais do petróleo dispararam no primeiro trimestre de 2012, porém no geral ficaram abaixo dos níveis de 2011.

É assim muito provável que a oferta e a procura domésticas tenham impulsionado a inflação em 2012. As elevadas despesas governamentais em 2011 e durante 2012, especialmente ao nível das despesas recorrentes, podem explicar parte da inflação com o estímulo da procura doméstica.

Na primeira metade de 2013 a inflação homóloga tem permanecido constantemente nos dois algarismos. Há também vários itens que continuaram a aumentar. Por exemplo, o preço dos "alimentos e bebidas não-alcoólicas" subiu 5,6% entre Dezembro de 2012 e Junho de 2013. Vale também a pena referir que o IPC foi revisto no início de 2013, com vista a alterar alguns dos pesos e classificações de determinados bens. Estas alterações deverão conduzir a um cabaz de compras mais preciso, retratando assim melhor a inflação.

2.3.2.4: Emprego

Considerados em conjunto, os Censos de 2004 e 2010 e o Estudo da População Activa de 2010 sugerem um padrão interessante no que se refere ao emprego agrícola. Em 2004 o censo estimou que 76,2% da população estava dependente da agricultura. Todavia, em 2010 as estimativas foram dos 51,2% (Estudo da População Activa de 2010) aos 63,1% (Censo de 2010). Isto implica que, apesar de as estimativas divergirem, ambos os estudos parecem concordar que houve uma mudança para fora do sector "tradicional" sem que se tivesse registado uma quebra na produção da maior parte das principais colheitas, o que sugere um aumento da produtividade do sector agrícola.

Em termos de emprego por parte do Governo, o Censo de 2010 sugere que o Governo emprega[8] actualmente 15% da população, comparativamente com 6% em 2004, o que parece também destacar a cada vez maior importância do Sector Público na Economia. O Censo de 2010 estima também um aumento na proporção de população empregada por firmas privadas (11,5%, comparativamente com 3% em 2004) e uma redução na proporção de população empregada por conta própria fora da agricultura (6,1% comparativamente com 10% em 2004). Por fim, o Estudo da População Activa sugere que 5,2% e 17,7% da população activa estava empregado nos sectores da 'Construção Civil' e do 'Comércio Grossista e de Retalho', respectivamente. Estes estudos sugerem duas tendências importantes. Em primeiro lugar, o sector público tornou-se mais proeminente em termos de emprego desde 2004. Em segundo lugar, o sector privado parece estar a assumir uma maior importância, já que se estima que a fatia do emprego (medida como % da população activa) no sector privado tenha quase quadruplicado em seis anos. Deste modo, estes estudos parecem também corroborar o facto de que Timor-Leste assistiu a uma diversificação em termos da composição sectorial do seu emprego entre 2004 e 2010 e que o sector privado se está a tornar um sector cada vez mais importante ao nível de emprego em Timor-Leste.

[8] Este total inclui administração pública, educação, saúde, serviços sociais, serviços comunitários e defensa

No que diz respeito ao sector privado, as publicações recentes da Direcção-Geral de Estatística, nomeadamente o "Estudo da Actividade Empresarial de 2010" e o "Estudo da Actividade Empresarial de 2011", permitem-nos investigar de forma mais detalhada a actual estrutura do sector privado em Timor-Leste. Estes estudos sugeriram a criação de quase 10.000 postos de trabalho em empresas não-petrolíferas entre 2010 e 2011. Todavia o emprego no sector privado continua a ser dominado pelos sectores da Construção Civil e do Comércio Grossista e de Retalho, os quais em 2010 empregaram juntos 42,1% da população a trabalhar em negócios. Esta percentagem aumentou ainda mais em 2011, devido a uma subida acentuada do emprego na construção civil. Em 2011, só o sector da construção civil empregava 31,9% de todas as pessoas empregadas em negócios de produção não-petrolíferos, ao passo que a percentagem de pessoas empregadas no sector do Comércio Grossista e de Retalho permaneceu relativamente constante (aproximadamente 23%). Temos assim que, embora o número de empregos criados seja encorajador, o emprego no sector privado parece ser dominado por dois sectores e alimentado por gastos do Governo.

Para lá disto, ainda que os dados pareçam sugerir que o emprego em Timor-Leste melhorou tanto em termos de dimensão como de estrutura, estima-se que 175.000 pessoas continuem em situação de "emprego precário" (Estudo da População Activa de 2010). Esta situação resulta em grande medida dos indivíduos empregados na agricultura e deverá diminuir à medida que o emprego no país se afasta da dependência da agricultura.

Relativamente às perspectivas de emprego a médio e longo prazo em Timor-Leste, existem vários desafios aparentes. Em primeiro lugar, de acordo com o Estudo da População Activa de 2010 existem actualmente 366.000 indivíduos com mais de 15 anos considerados "inactivos", sendo que grande parte são estudantes. Em segundo lugar, o mesmo documento indica que existem 458.000 pessoas com menos de 14 anos, o que implica que nos próximos 10 a 20 anos haverá um fluxo muito substancial de cidadãos à procura de trabalho em Timor-Leste.

O estímulo da actividade económica por via das despesas do Governo traduzir-se-á na criação de emprego em Timor-Leste. O Orçamento Geral do Estado para 2014 garante financiamento suficiente para os vencimentos pagos pelo Governo. Isto inclui vários funcionários públicos adicionais que serão contratados e / ou que passarão a efectivos em 2014, conforme detalhado na secção sobre despesas.

O Orçamento Geral do Estado contém igualmente um montante substancial destinado ao desenvolvimento de infra-estruturas através do país. Estes projectos têm potencial para criar, no cômputo geral, cerca de 16.000 empregos directos em 2014[9]. Serão ainda criados vários empregos indirectos, embora seja muito difícil calcular um número exacto devido à

[9] Estimativa da DNPE (com base em casos de estudo do país e em valores preliminares do Estudo de Recolha de Dados de Timor-Leste sobre o Plano de Estudo Pragmático da População Activa – JICA).

natureza imprevisível dos resultados das novas infra-estruturas e à escassez de dados disponíveis neste momento.

2.3.2.5: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) consistem em vários objectivos amplos medidos por uma série de indicadores económicos e sociais que acompanham de forma geral o percurso de desenvolvimento de um determinado país. Esta secção apresentará um panorama, utilizando os dados mais recentes sobre cada um dos ODMs, bem como estatísticas relacionadas.

Erradicação da Pobreza Extrema e da Fome

Em termos de pobreza, o Estudo dos Níveis de Vida em Timor-Leste de 2007 indicou que 49,9% dos timorenses viviam abaixo da linha nacional de pobreza de 0,88 dólares por dia. Segundo a medição do Banco Mundial em 2010, a incidência da pobreza desceu para cerca de 41%. Esta diminuição foi atribuída em grande medida ao esforço pós-2007. Estão a ser feitos esforços para obter uma estimativa mais recente da pobreza em Timor-Leste, a qual poderá ser comparada directamente com o valor derivado do ENVTL de 2007.

No que diz respeito à fome, o objectivo do Governo era conseguir segurança e sustentabilidade alimentares até 2014. Em 2012 registou-se um aumento acentuado na produção e produtividade do arroz e do milho, comparativamente com 2011. Todavia este valor permaneceu bem abaixo dos níveis de produção e produtividade de 2010.

Relativamente à prevalência da fome (falta de alimentos) e da má nutrição (deficiência em termos de nutrientes adequados) em Timor-Leste, o Estudo Demográfico e de Saúde de 2009 e 2010 indicou que 53% de todas as crianças com menos de 5 anos tinham um crescimento abaixo do normal para a idade, e que 33% tinham um crescimento muito abaixo do normal para a idade. O estudo indicou também que 52% das crianças com menos de cinco anos tinham um peso abaixo do normal para a idade. Não estão disponíveis dados mais recentes. Estas situações devem estar fortemente correlacionadas com a produção, distribuição e preço dos alimentos – questões que o Governo considera como sendo altamente prioritárias. Outros factores prováveis são a falta de educação quanto aos benefícios da nutrição e questões culturais, como a ênfase excessiva em alimentos base.

Matrícula Universal no Ensino Primário

Registou-se uma melhoria acentuada nas taxas de matrícula no ensino primário. Em 2007 o Estudo dos Níveis de Vida em Timor-Leste estimou uma taxa líquida de matrículas de 65,6%. Em 2009 o Ministério da Educação estimou uma taxa líquida de matrículas no ensino primário de 82,7%, com uma proporção de 0,92 raparigas por cada rapaz. O Estudo dos Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares de 2011 indicou uma taxa líquida de matrículas de 84,7%. Para lá disto, vale a pena referir que, segundo o Estudo dos Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares de 2011, as taxas líquidas de matrículas

são mais elevadas para as raparigas do que para os rapazes no ensino primário e especialmente no ensino secundário.

Promoção da Igualdade dos Géneros e Emancipação das Mulheres

No que toca a igualdade dos géneros, a percentagem de assentos parlamentares ocupados por mulheres ultrapassa actualmente o alvo governamental de 35% (situando-se nos 38,5%), sendo a 16ª percentagem mais elevada no mundo inteiro. Em termos de violência doméstica, as tendências da Unidade de Pessoas Vulneráveis da PNTL indicam uma diminuição no número de casos *reportados* de violência doméstica, tendo passado de 629 casos em 2010 para 530 em 2012.

Redução da Mortalidade Infantil

Timor-Leste já concretizou o seu objectivo de reduzir em dois terços a mortalidade de crianças até cinco anos. De acordo com o EDS de 2009 e 2010, a taxa de mortalidade infantil desceu para 64 por cada 1000 nados vivos, superando assim o alvo de 96 por cada 1000 nados vivos.

Melhoria da Saúde Materna

A saúde materna, porém, continua a ser uma questão séria, com o EDS de 2009 e 2010 a indicar 557 mortes por cada 100.000 nados vivos (contra um alvo de 252 mortes por cada 100.000 nados vivos). Ainda mais preocupante é o facto de o EDS ter destacado que aproximadamente 40% de todas as mulheres entre os 15 e os 49 anos falecidas nos sete anos anteriores ao estudo morreram devido a gravidezes ou complicações relacionadas com gravidezes. Ainda assim o cenário actual apresenta uma ligeira melhoria comparativamente com as estimativas de 2000, as quais indicavam uma mortalidade materna de 660 mortes por cada 100.000 nados vivos.

Combate ao VIH / SIDA, à Malária e a outras doenças

A malária é uma das principais preocupações ao nível de saúde pública, com mais de 80% da população a estar em situação de risco elevado e com uma grande percentagem de casos a dizer respeito a crianças.

Em termos de VIH / SIDA, embora a taxa de infecção seja bastante reduzida tem-se registado um aumento substancial no número de casos de VIH reportados, passando-se de 1 caso em 2001 para 317 em 2012.

Garantia de Sustentabilidade Ambiental

No que se refere à sustentabilidade ambiental, um estudo do PMC da OMS – UNICEF em 2011 indicou que 69% tinham acesso a melhores fontes de água.

A actualização do PMC indicou que apenas 39% da população tinham acesso a melhores instalações de saneamento.

O Censo de 2010 sugere que perto de 96% dos agregados familiares usam lenha como fonte de energia para cozinhar, o que pode estar a contribuir para a ligeira diminuição da cobertura florestal registada entre 2001 e 2009, a qual passou de 51% para 50%. Isto implica que é pouco provável que Timor-Leste consiga atingir o alvo de ter 55% da sua área terrestre coberta por floresta até 2015.

Desenvolvimento de uma Parceria Global para o Desenvolvimento

Timor-Leste registou melhorias muito acentuadas em termos de acesso a novas tecnologias de informação e comunicação, com aproximadamente metade da população a ter actualmente acesso a telemóveis. Há igualmente melhorias semelhantes no que toca ao acesso à internet, a qual chega actualmente a cerca de 25% da população.

2.3.3: Perspectivas no Curto a Médio Prazo (2013 a 2018)

As taxas de crescimento económico apresentadas na Tabela 2.3.3.1 mostram os alvos de crescimento económico a médio prazo do Governo.

Tabela 2.3.3.1: Alvos e Previsões Económicos para 2013 a 2018

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Crescimento Económico Real, Sector Não-Petrolífero (%)	8,0%	8,8%	9,4%	10,0%	10,2%	10,3%
Inflação (período de doze meses, %)	7,6%	7,7%	7,7%	7,7%	7,7%	6,0%
Receitas Domésticas (milhões de dólares)	146,3	166,1	181,0	196,1	211,2	226,4

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas, Unidade de Administração do Fundo Petrolífero e Direcção-Geral de Estatística

Está previsto um forte crescimento ao longo dos próximos cinco anos, com uma média de 9,3% ao ano. As taxas mais modestas reportadas para 2013 e 2014 são consequência da intenção do Governo de aumentar a efectividade e a eficiência ao nível dos gastos públicos, de orçamentar as despesas de forma mais efectiva e de regressar a um caminho fiscal sustentável. As taxas de crescimento mais elevadas entre 2015 e 2018 reflectem o cenário planeado em que o crescimento do sector privado será fomentado por fortes reformas políticas e por investimentos governamentais efectivos em capital humano e físico.

Caixa de Foco: Estudo dos Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares de 2011

A presente caixa de foco irá destacar alguns dos aspectos mais importantes do Estudo dos Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares de 2011 recentemente disponibilizado pela Direcção-Geral de Estatística. Esta publicação incide alguma luz em relação a decisões e padrões importantes sobre consumo, rendimentos e despesas em Timor-Leste.

O estudo destaca vários padrões de despesas, alguns dos quais parecem salientar um custo económico "cultural" não irrisório. Isto é ilustrado pela proporção de despesas (excluindo renda) alocadas a festividades e outras cerimónias, as quais se pensa que totalizem 21,2% em áreas urbanas e 25,9% em áreas rurais. Estes números indicam um custo económico considerável induzido por fenómenos socioculturais e pelas regras sociais implícitas que os sustentam. Vale a pena referir que cerca de 46% desta despesa é com funerais, os quais acontecem por norma em alturas incertas e imprevisíveis, deixando o agregado familiar numa posição vulnerável. Para lá disto, em virtude de esta despesa ser uma média, torna-se provável que o montante seja muito mais elevado nos agregados familiares que sofreram perdas recentes.

O estudo dá também uma ideia do cabaz de alimentos do cidadão timorense médio, o que é de longe a maior despesa recorrente dos agregados familiares em Timor-Leste. O estudo mostra que as principais categorias de despesa para o agregado familiar médio são cereais e vegetais, destacando ainda que, mesmo nas áreas rurais, a principal despesa é com arroz estrangeiro, possivelmente em resultado do preço elevado do arroz local. Contudo, é surpreendente notar que os timorenses parecem gastar muito pouco com milho, em comparação com arroz, apesar de várias partes do país serem propícias ao cultivo do milho.

Em termos de educação, o estudo dos agregados familiares revela também uma correlação muito acentuada entre rendimentos e educação. Em média as pessoas com estudos universitários ganham perto do dobro do vencimento das pessoas que apenas têm o ensino primário, o que sugere que pode haver um prémio ao nível de vencimentos resultante da educação.

Outro factor interessante destacado pelo relatório é que os agregados familiares cujos chefes falam português ou inglês ganham em média substancialmente mais do que os restantes. Isto reflecte provavelmente a elevada procura por indivíduos que possuam estas qualificações linguísticas, as quais são (relativamente) raras entre os timorenses.

Por fim, o estudo indica também uma disparidade acentuada entre áreas urbanas e rurais em termos de despesa em certos itens. O valor dos bens de consumo do agregado familiar urbano médio é mais de sete vezes superior ao dos agregados rurais. Isto é verificável em todas as categorias utilizadas no estudo, sobretudo em termos de "transportes", "informações e entretenimento" e "electrodomésticos de cozinha, lavagem e costura", onde o valor dos bens de consumo do agregado familiar urbano é pelo menos seis vezes superior ao dos agregados rurais.

O Governotem procurado de forma activa reduzir as disparidades entre áreas urbanas e rurais, bem como desenvolver as áreas rurais através de programas como o PNDS, o PDID, o programa de subsídio ao arroz e o PDD, o qual visa apoiar os alvos referentes ao crescimento inclusivo e sustentável.

2.4: Despesas e Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento

2.4.1 Despesas por Fundo

A Tabela 2.4.1.1 mostra as despesas por fundo. O FCTL, o Fundo das Infra-estruturas e o FDCH representarão 72,8%, 24,6% e 2,7% do total das despesas do Governo em 2014, respectivamente. Está previsto que as despesas gerais desçam, sobretudo devido a reduções no Fundo das Infra-estruturas. Isto corresponde à selecção dos melhores projectos e ao seu respectivo espaçamento ao longo dos anos, de forma a garantir que os projectos são executados com o maior grau de qualidade possível e respondendo à baixa capacidade de execução dos anos anteriores.. Com estes ajustamentos, o Governo prossegue políticas que conduzirão a um crescimento económico de elevada qualidade, inclusivo, equilibrado e sustentável. A tendência decrescente dos compromissos dos parceiros de desenvolvimento deverá continuar.

Tabela 2.4.1.1: Despesas por Fundo, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Orçamento de Fontes Combinadas	**1.451,2**	**1.892,3**	**1.684,9**	**1.969,1**	**2.060,7**	**1.715,8**	**1.576,8**
Despesas Governamentais por Fundo	**1.197,6**	**1.647,5**	**1.500,0**	**1.893,5**	**2.009,9**	**1.714,2**	**1.575,2**
FCTL	789,3	1.000,7	1.091,4	1.135,1	1.180,5	1.227,7	1.276,8
FDCH	32,2	42,4	40,0	45,0	45,0	49,0	49,0
Fundo das Infra-estruturas	376,1	604,4	368,6	713,4	784,4	437,5	249,4
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	**253,6**	**244,8**	**184,9**	**75,6**	**50,8**	**1,6**	**1,6**

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento

2.4.2 Despesas do FCTL

O FCTL providencia financiamento para a condução do Governo de Timor-Leste. Todos os orçamentos dos ministérios operacionais estão incluídos neste fundo, em cinco categorias de dotações distintas divididas entre despesas recorrentes e de capital. Isto está detalhado na Tabela 2.4.2.1. Embora as despesas globais do FCTL tenham aumentado de forma modesta entre 2013 e 2014 (em 9,1%), as categorias individuais são mais variáveis, com as despesas recorrentes a aumentar 19,3% e as despesas de capital a diminuir 31,3%. As categorias de dotações individuais serão discutidas nas secções seguintes.

O Governo reconhece que o aumento das despesas do FCTL, especialmente as despesas recorrentes, pode ser visto como um crescimento irreversível na dimensão da função

pública e do Governo, contrariamente à política de sustentabilidade fiscal. Contudo, uma parte significativa destas despesas pode ser classificada como investimento, com características sociais ou físicas. O Governo considera que este investimento está em linha com o objectivo dum elevado crescimento económico que seja inclusivo, equilibrado e sustentável; contribuindo para um aumento da produtividade e orientado para ajudar os sectores mais marginalizados da população. Porém, isto será explicado mais especificamente durante a discussão das diversas categorias de dotações.

Tabela 2.4.2.1: Despesas do FCTL por Categorias de Dotações, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	Orçam. para 2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total de Despesas do FCTL	**789,3**	**1.000,7**	**1.091,4**	**1.135,1**	**1.180,5**	**1.227,7**	**1.276,8**
Recorrentes	**659,0**	**798,6**	**952,5**	**990,6**	**1.030,3**	**1.071,5**	**1.114,3**
Salários e Vencimentos	130,9	160,5	176,8	183,8	191,2	198,8	206,8
Bens e Serviços	309,7	399,1	440,3	457,9	476,2	495,3	515,1
Transferências Públicas	218,5	239,0	335,5	348,9	362,9	377,4	392,5
Capital	**130,3**	**202,1**	**138,9**	**144,5**	**150,3**	**156,3**	**162,5**
Capital Menor	42,0	49,6	52,1	54,2	56,4	58,6	61,0
Capital de Desenvolvimento	88,3	152,5	86,8	90,3	93,9	97,6	101,5

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento

2.4.2.1: Salários e Vencimentos

Está previsto que os Salários e Vencimentos cresçam para 176,8 milhões de dólares em 2014, um aumento de 10,1% comparativamente com o Orçamento para 2013. Isto está em linha com a política governamental de desenvolver uma função pública dinâmica, efectiva e eficiente, sem no entanto deixar que a folha de pagamentos de Salários e Vencimentos se torne insustentável. As medidas principais são delineadas de seguida.

- 9,5 milhões de dólares para o Ministério da Educação, de modo a pagar salários aos 4.220 professores espalhados por todo o país no regime de transição do Ministério da Educação. Uma força de trabalho bem remunerada no sector da educação ajudará a encorajar e a motivar professores para a criação de uma população instruída e capaz de ajudar Timor-Leste a crescer e a desenvolver-se.

- 4,7 milhões de dólares para o Ministério da Saúde destinados ao estatuto especial de carreira para profissionais médicos. Tal como acontece no sector da educação, o Governo acredita que é importante motivar os profissionais no sector da saúde para desenvolver rapidamente padrões de cuidados de saúde no país.

- 1,0 milhões de dólares para o Ministério dos Negócios Estrangeiros a fim de contratar funcionários para as novas embaixadas no Laos, Camboja, Brunei e Myanmar. O Governo acredita que o estabelecimento de embaixadas nestes países é essencial para aumentar a reputação e influência de Timor-Leste na região, em especial numa altura em que Timor-Leste está a procurar aderir à ASEAN.

2.4.2.2: Bens e Serviços

Está previsto que a despesa com Bens e Serviços aumente para 440,3 milhões de dólares em 2014, um aumento de 10,3% relativamente ao total de 399,1 milhões em 2013. Esta continua a ser de longe a maior categoria no FCTL. De seguida apresentam-se as principais medidas e detalhes sobre investimentos.

Medidas Políticas

- 100,8 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas e para a EDTL destinados às centrais eléctricas de Hera e Betano, a qual foi aberta recentemente. Esta despesa diz respeito a custos operacionais e de manutenção, bem como a custos com o fornecimento de combustível para os geradores. O Governo considera que a provisão consistente de energia eléctrica é fundamental para o desenvolvimento do país, dado que permite melhorar o nível de vida dos cidadãos e atrair investimento estrangeiro.

- 25,8 milhões de dólares para o Ministério da Educação destinados ao programa de alimentação nas escolas. Este programa reflecte o facto de que a má nutrição é um problema grave em Timor-Leste, sobretudo para cidadãos mais jovens. Como tal, o montante gasto com este programa irá aumentar de 0,15 para 0,25 dólares por aluno por dia.

- 19,0 milhões de dólares para a Reserva de Contingência, o qual é utilizado pelo Governo caso ocorram despesas não planeadas durante o ano.

- 13,0 milhões de dólares para o Ministério da Saúde, a fim de comprar medicamentos essenciais. O Governo considera que isto é fundamental para melhorar os cuidados de saúde e as condições dos cidadãos doentes e inválidos.

- 11,0 milhões de dólares para o Ministério da Justiça destinados a compensações relativas a terras e ao programa 'Ita nia Rai' ('A Nossa Terra').

- 10,0 milhões de dólares para o Governo destinados ao pagamento de serviços jurídicos.

- 8,5 milhões de dólares para o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente, a fim de importar arroz e comprar produtos locais a partir de fontes domésticas. Esta despesa contribui para a segurança alimentar de Timor-Leste, providenciando igualmente

uma ligação vital entre agricultores e vendedores locais. Isto encorajará o desenvolvimento agrícola e o crescimento de um sector privado doméstico.

- 5,0 milhões de dólares para o Fundo de Contrapartidas. Esta despesa permitirá uma colaboração mais estreita entre o Governo e os parceiros de desenvolvimento.

- 3,9 milhões de dólares para financiar a presidência timorense da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o grupo de trabalho do Ex-Secretário Geral e programas Ministeriais relativos à CPLP. A presidência da CPLP constitui uma grande honra para Timor-Leste e dará ao país a oportunidade de se promover num palco internacional.

- 3,5 milhões para o Ministério da Justiça para o Programa de Trabalho Agrícola nas prisões. Este programa permitirá aos prisioneiros sustentarem as suas famílias assim como adquirir habilitações que ajudarão à sua reintegração social.

- 3,5 milhões de dólares para o Ministério da Agricultura, com vista à compra de sementes. Isto é essencial para o desenvolvimento do sector agrícola e para providenciar nutrição e segurança alimentar.

- 3.0 milhões de dólares para o Ministério da Agricultura destinados ao programa 'Suku Ida Produtu Ida' ('Uma Aldeia, Um Produto). Este programa pretende encorajar as aldeias a especializarem-se na produção de um determinado bem que será depois comprado pelo Governo.

- 3.0 milhões de dólares para o Ministério da Saúde a fim de providenciar alimentos para pacientes nos hospitais. Isto é importante para assegurar nutrição adequada a cidadãos doentes e para melhorar os padrões dos cuidados nos hospitais.

- 2,5 milhões de dólares para cobrir a adesão de Timor-Leste a várias instituições. Esta despesa ajudará Timor-Leste a promover-se internacionalmente e a continuar a colaborar estreitamente com essas instituições de modo a promover o seu desenvolvimento económico.

- 1,8 milhões para o Gabinete do Primeiro Ministro destinados a cobrir os custos operacionais do SNI. Através destas despesas, o Governo está a trabalhar no sentido de reafirmar a independência de Timor-Leste enquanto país que é capaz de enfrentar as ameaças crescentes do terrorismo, sabotagem, crime organizado e espionagem.

- 1,0 milhões de dólares para conduzir estudos estatísticos como parte de um esquema piloto para o Censo de 2015.

- 1,0 milhões para o Ministério da Administração Estatal para as celebrações da Independência Nacional e Heróis em Aileu. O Governo deseja comemorar este dia importante na história de Timor-Leste e honrar os que lutaram pela independência.

- 1,0 milhões para o Ministério da Justiça destinado a Passaportes Biométricos. Esta despesa garantirá que os passaportes de Timor-Leste cumprem as normas internacionais e facilitará as viagens para o estrangeiro dos cidadãos Timorenses.

Investimentos

O Governo acredita que é importante providenciar um contexto para os valores elevados apresentados no FCTL. Acredita ainda que uma parte significativa pode ser classificada como investimentos e não como aumentos na dimensão da função pública ou do sector governamental. Em termos de Bens e Serviços há 179,6 milhões de dólares, ou 40,8% do total dos gastos com Bens e Serviços, que podem ser classificados como investimento em capital humano, investimento social ou investimento físico. Falando em termos gerais, o investimento em capital humano refere-se aos programas que têm o objetivo de melhorar a qualidade e a quantidade da educação. O investimento social diz respeito a programas concebidos para melhorar directamente as condições de vida dos cidadãos, enquanto o investimento físico se refere a investimentos essenciais em objectos palpáveis essenciais para o bom funcionamento do país em grande e em pequena escala.

Investimentos em Capital Humano

761.000 dólares (ou seja, 0,2% do total de Bens e Serviços) podem ser considerados investimentos em capital humano. O investimento em capital humano é um dos pilares do OGE deste ano e permitirá uma população mais preparada e produtiva que, no futuro, contribuirá para um crescimento económico melhor e mais elevado. Os investimentos em Capital Humano que estão sob a categoria de Bens e Serviços destinam-se a bolsas de estudo directas da UNTL.

Investimentos Sociais

66,5 milhões de dólares (ou 15,1% do total da despesa com Bens e Serviços) podem ser considerados investimentos sociais. Estão aqui incluídos o programa de alimentação escolar, a compra de arroz e produtos locais e a comida para pacientes nos hospitais, tal como é discutido nas secções anteriores. Há também 750.000 dólares para o controlo dos crocodilos, 500.000 dólares para o Ministério da Saúde para a luta contra o cancro, 520.000 dólares para o Ministério da Agricultura a fim de financiar actividades de investigação na Universidade Charles Darwin assim como os projetos para o leite karau.

Investimentos Físicos

Existem ainda outros 112,4 milhões de dólares (ou 25,5% do total) que podem ser classificados como investimento físico. Aqui englobam-se sobretudo os pagamentos elevados às centrais eléctricas, mas também se incluem o programa de sementes e o

programa 'Suku Ida Produ Ida' no Ministério da Agricultura, tal como referido anteriormente. Há também pagamentos adicionais por parte do Governo relativamente a custos de adesão e Fundo de Contrapartidas (7,5 milhões de dólares) e 91.000 dólares destinados à SEAPRI para apoiar o Centro de Bambu.

2.4.2.3: Transferências Públicas

O orçamento para Transferências Públicas vai aumentar de 239,0 milhões de dólares em 2013 para 335,5 milhões em 2014, um aumento de 40.4%. Este é o maior aumento em qualquer categoria de dotação do FCTL e é motivado sobretudo pela expansão de diversos programas incluindo vários projetos sociais, a reabilitação de todas as escolas nos 13 distritos, o projecto da Zona Económica Especial Social de Mercado (ZEESM) e a recapitalização do Banco Central de Timor-Leste.

Medidas Políticas

- 136,8 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social destinados a pagamentos a veteranos, a idosos, a mães solteiras sob o programa 'Bolsa de Mãe' e a vítimas de desastres naturais. O Governo considera que é importante recompensar os cidadãos que serviram Timor-Leste no passado, bem como apoiar aqueles que possam precisar actualmente de ajuda.

- 25,0 milhões de dólares com vista à reabilitação de todas as escolas nos 13 distritos. Isto inclui novo mobiliário, instalações de água e saneamento e electricidade.

- 20,5 milhões de dólares para o projecto da Zona Económica Especial Social de Mercado (ZEESM). Esta medida irá contribuir para os esforços de diversificação económica e de desenvolvimento de mercado. Para além disso, irá promover a inclusividade e ajudará a reduzir a pobreza, através do desenvolvimento de mercados para os sectores mais marginalizados da população.

- 20,0 milhões de dólares para a recapitalização do Banco Central de Timor-Leste. Isto irá contribuir para facilitar o acesso ao crédito assim como para desenvolver o sector privado.

- 15,4 milhões de dólares para o Gabinete do Primeiro-Ministro a fim de apoiar as várias ONGs que desenvolvem trabalhos essenciais em Timor-Leste.

- 13,6 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal a fim de financiar o programa do PNDS de assistência a aldeias. A provisão de assistência local faz parte da política governamental de encorajamento do crescimento e desenvolvimento sustentáveis.

- 10,0 milhões de dólares para concessão de empréstimos a empresas locais do sector privado. O Governo considera que isto faz parte da sua estratégia de

desenvolvimento para fomentar um crescimento sustentável e de qualidade elevada no futuro.

- 10,0 milhões de dólares para a SEFOPE destinados ao programa de estradas rurais. Esta iniciativa visa melhorar as ligações de transportes entre aldeias e são construídas por mão-de-obra local.

- 7,5 milhões de dólares para a Agência de Cooperação de Timor-Leste a fim de apoiar a desmobilização e modernização do exército na Guiné-Bissau. O Governo compremete-se a ajudar outros países a alcançar a paz e a estabilidade. Sabemos, por experiência própria, que desenvolver um exército eficaz, disciplinado e eficiente é um elemento chave para reduzir a instabilidade. Esta despesa ajudará a Guiné-Bissau a desenvolver forças armadas eficazes.

- 7,2 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal para subsidiar o Conselho para a administração das aldeias. Ajudar a promover a responsabilização e administração irá ajudar as aldeias a terem uma voz mais forte e unida afim de se determinar o que é preciso para o desenvolvimento no país.

- 6,0 milhões de dólares para apoio à ANP, Timor GAP e Instituto de Petróleo e Geologia (IPG). O Governo está comprometido com o desenvolvimento do sector privado como forma de assegurar a diversificação da economia e um crescimento económico sustentável no longo prazo.

- 5,9 milhões de dólares para financiar as pensões de Primeiros-Ministros, Presidentes da República, Presidentes do Parlamento, Ministros do Governo e Membros do Parlamento.

- 5,0 milhões de dólares em donativos a outros países por razões humanitárias e de desenvolvimento e para auxílio a situações de desastre.

- 5,0 milhões de dólares para apoiar outros membros do g7+. O Governo, enquanto chefe do secretariado compromete-se em apoiar o desenvolvimento económico e social de outros membros do g7+. Esta despesa irá também fortalecer o g7+ enquanto actor Global, permitindo a Timor-Leste aumentar a sua influência em assuntos mundiais.

- 4,7 milhões para a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto a fim de financiar atividades de desporto nas comunidades. O Governo reconhece a importância dos eventos desportivos locais a fim de fortalecer o espírito da comunidade e fornecer atividades aos jovens, assim como para criar um sentimento de orgulho e unidade nacional.

- 4,5 milhões de dólares para o Ministério da Saúde a fim de apoiar tratamentos médicos no exterior. Esta despesa é necessária para melhorar o cuidado médico apesar das limitações médicas em Timor-Leste.

- 3,7 milhões de dólares para o Ministério da Saúde a fim de subsidiar várias clínicas de saúde espalhadas por Timor-Leste assim como enviar cidadãos Timorenses para o estrangeiro a fim de receberem tratamento médico, reforçando assim o compromisso do Governo em prol da melhoria dos cuidados de saúde.

- 3,6 milhões de dólares para o MCIA para financiar grupos de cooperativas e apoiar o desenvolvimento de pequenas indústrias.

- 3,1 milhões de dólares para o Ministério da Educação para apoiar universidades privadas. Este investimento irá melhorar a qualidade da educação e contribuir para uma melhor mão-de-obra no futuro.

- 2,2 milhões de dólares para a UNTL destinados para bolsas de estudo para estudos em Universidades no estrangeiro. Isto é uma despesa necessária a fim de se assegurar que os jovens em Timor-Leste alcançam o padrão mais alto possível em termos de educação, o que se traduzirá, no futuro, numa produtividade mais elevada dos trabalhadores.

- 2,0 milhões de dólares para a SEPFOPE a fim de desenvolver a indústria do Tejolu. A promoção das indústrias e mercados locais é essencial para a criação de novos mercados assim como para a diversificação da economia.

- 1,8 milhões de dólares para o Ministério do Turismo destinados a eventos nacionais e internacionais. Estes eventos incluem o Tour de Timor e outros eventos reconhecidos mundialmente, que irão promover uma imagem positiva de Timor-Leste internacionalmente. Estes eventos também irão aumentar o sentimento de união através da participação dos cidadãos.

- 1,5 milhões de dólares para a compra de painéis solares para comunidades sem acesso à rede nacional de electricidade.

- 1,0 milhões para a Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade destinados ao fortalecimento das mulheres. O Governo mantém um forte compromisso para assegurar a igualdade na sociedade e capacitar as mulheres a fim que estas possam tomar parte no desenvolvimento da nossa nação.

- 1,0 milhões de dólares para a Federação de Futebol de Timor-Leste. O Governo compromete-se a desenvolver o futebol em Timor-Leste por duas razões. Em primeiro lugar, as equipas de desporto nacionais contribuem para um sentimento de orgulho nacional e, consequentemente, contribuem indirectamente para a paz e a

estabilidade. Em segundo lugar, as actividades/instalações desportivas fornecem uma alternativa para os jovens subempregados, o que reduz a probabilidade de estes se envolverem em actividades antissociais ou violentas.

Investimentos

O Governo considera que a maior parte das despesas (308,9 milhões de dólares, ou 92,1% do total) na categoria de dotação de Transferências Públicas constitui investimento com características de capital humano, sociais ou físicas. Isto é assim já que muitas despesas nesta categoria pretendem melhorar as condições de vida de grande parte dos cidadãos mais desfavorecidos em Timor-Leste.

Capital Humano
31,8 milhões de dólares em despesas (9,5% do total das Transferências Públicas) podem ser classificadas como de Capital Humano. Estes investimentos incluem subsídios para universidades, bolsas de estudo no estrangeiro e a reabilitação e aquisição de mobiliário para as escolas.

Capital Social
197,1 milhões de dólares (58,7% do total) desta categoria podem ser classificados como de investimento social, com a maior parte do total a resultar do grande montante alocado a pagamentos a veteranos, idosos, mães solteiras e pessoas afectadas por desastres. O resto engloba apoio a ONGs, compensações relativas a terras, subsídios a clínicas de saúde, actividades desportivas e apoio a países estrangeiros (incluindo à Guiné-Bissau), conforme já foi aqui discutido.

Capital Físico
Outros 80,1 milhões de dólares (23,9% do total) são considerados despesas com infra-estruturas físicas. Aqui integram-se o PNDS, apoio a programas relativos a estradas rurais e fábricas locais, empréstimos ao sector privado, a recapitalização do Banco Central de Timor-Leste e o apoio a cooperativas e pequenas indústrias.

2.4.2.4: Capital Menor

Está previsto que o Capital Menor aumente de 49,6 milhões de dólares em 2013 para 52,1 milhões em 2014, o equivalente a 5,1%. Isto está em linha com o objectivo do Governo de controlar as despesas nesta categoria.

Medidas Políticas

- 6,8 milhões de dólares para financiar sistemas CCTV para as centrais de Betano e Hera.
- 5,0 milhões de dólares para o MTC destinados à compra de um novo ferry para Timor-Leste, de modo a suplementar o serviço actualmente prestado pelo 'Berlin-

Nakroma', bem como para suportar custos operacionais e de manutenção para ambos os barcos.

- 2,8 milhões de dólares para a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros a fim de financiar a gráfica nacional.
- 1,5 milhões de dólares para o Ministério da Educação investir em mobiliário para as escolas. Os investimentos na educação necessitam de melhor qualidade mas também de materiais para a aprendizagem.
- 1,2 milhões de dólares para o Ministério da Saúde a fim de comprar equipamentos médicos importantes. Isto vem uma vez mais reforçar a determinação do Governo para melhorar rapidamente os cuidados de saúde em Timor-Leste.
- 1,0 milhões de dólares para comprar veículos para a UPF, PNTL e carros para os sub-distritos e "sukus". Este é um investimento necessário que irá melhorar a qualidade e a quantidade dos bens disponíveis para estas instituições poderem executar as suas funções.
- 1,0 milhões de dólares para carros de emergência para o aeroporto. Esta despesa irá contribuir para melhorar as actividades crescentes no aeroporto.

Investimentos

Obviamente que toda a despesa com Capital Menor se refere a bens físicos. 17,5 milhões de dólares (33,6% da despesa em Capital Menor orçamentada para 2014) podem ser considerados investimentos exclusivos em Capital Menor. Todavia pode-se argumentar que alguns destes investimentos também podem ser considerados de Capital Humano ou Investimentos Sociais.

Capital Humano

1,5 milhões de dólares (2,9% do total da despesa em Capital Menor) podem ser considerados como um investimento em Capital Humano. Este montante corresponde à aquisição, pelo Ministério da Educação, de mobiliário para as escolas.

Investimentos Sociais

16,0 milhões de dólares destas despesas (30,7% do total) têm características sociais. O novo ferry, os sistemas de CCTV e o novo equipamento médico representam a maior parte destas despesas, tal como discutido. Há também 735.000 dólares para 13 novas ambulâncias destinadas ao Ministério da Saúde, 350.000 dólares para novos camiões de bombeiros destinados à Secretaria de Estado da Segurança e 160.000 dólares para carros funerários destinados ao Ministério da Solidariedade Social.

2.4.2.5: Capital de Desenvolvimento

A tabela seguinte mostra as despesas do FCTL com Capital de Desenvolvimento, as quais diminuíram 43,1% de 2013 para 2014. A maior parte das despesas diz respeito a programas de desenvolvimento distrital. Estes programas fazem uso do sucesso de projectos anteriores de desenvolvimento distrital, continuando a financiar o desenvolvimento de infra-estruturas em pequena escala de acordo com as necessidades das comunidades locais. Sob estes programas serão construídas estradas, instalações de educação, instalações de saúde, abastecimento de água e saneamento e sistemas de irrigação. Os projectos nestes programas são adjudicados a empresas de construção civil pertencentes a timorenses, impulsionando assim o desenvolvimento local e mantendo os lucros em Timor-Leste. Estes programas fornecem igualmente oportunidades de emprego a muitos trabalhadores timorenses e contribuem para o desenvolvimento, crescimento económico e redução da pobreza em todos os distritos de Timor-Leste.

Medidas Políticas

- 1,3 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social, 0,8 milhões de dólares destinados ao Memorial de 12 de Novembro e 0,5 milhões de dólares ao Jardim dos Heróis em Metinaro. O Governo pretende promover a memória e a honra daqueles que morreram no Massacre de 12 de Novembro. Este Memorial irá também servir de registo histórico dos acontecimentos que ocorreram em Timor-Leste, assim como promover um sentimento de orgulho nacional.

Tabela 2.4.2.5.1: Despesas do PDID e Outras Despesas de Capital de Desenvolvimento, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Total de Capital de Desenvolvimento	**88,3**	**152,5**	**86,8**	**90,3**	**93,9**	**97,6**	**101,5**
Programas de Desenvolvimento Distrital	45,2	87,0	39,4	40,9	42,6	44,3	46,0
Ministérios / Instituições	43,1	65,5	47,4	49,3	51,3	53,4	55,5

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento

O Governo está empenhado em conseguir uma distribuição justa e transparente dos Programas de Desenvolvimento Distrital de Timor-Leste. Assim sendo estão a ser organizadas reuniões com chefes de suco, cidadãos e líderes comunitários a fim de identificar a procura por diferentes projectos. Estes projectos são então compilados e analisados pelo Ministério da Administração Estatal para garantir que a despesa nestes programas está em linha com a sustentabilidade fiscal. O Ministério da Administração Estatal determina igualmente que as despesas estão em consonância com o limite máximo orçamental e com a distribuição justa dos programas entre vários distritos. A Comissão de Revisão Orçamental toma a decisão final relativamente à inclusão de projectos

no Orçamento Geral do Estado proposto ao Parlamento Nacional. O Governo está empenhado em mostrar a despesa nos vários distritos de forma transparente e clara. O Livro 3 do OGE mostra o total da despesa e a despesa per capita relativamente ao PDID e aos projectos contínuos do PDD1 e PDD2 em cada distrito.

As despesas do FCTL com Capital de Desenvolvimento para Ministérios e Instituições continuam a ser relativamente modestas. Isto vai de encontro à política governamental de dar predominância à construção de novas infra-estruturas através de projectos plurianuais de grande dimensão incluídos no Fundo das Infra-estruturas.

2.4.3: Fundo das Infra-estruturas

As infra-estruturas são extremamente importantes para o desenvolvimento de Timor-Leste. A existência de estradas, de um fornecimento fiável de electricidade e de sistemas de telecomunicações é necessária para o desenvolvimento de uma economia moderna e produtiva. As infra-estruturas actuais de Timor-Leste são inadequadas e podem estar a condicionar o crescimento do sector privado. O Governo está empenhado em melhorar esta situação através da construção das infra-estruturas essenciais necessárias para permitir níveis elevados de crescimento económico. Com vista ao estabelecimento destas instalações o Governo criou o Fundo das Infra-estruturas em 2011. O Secretariado dos Grandes Projectos (SGP), a Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA) e a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) foram igualmente estabelecidos para avaliar, aprovisionar e monitorizar projectos no Fundo.

A Tabela 2.4.3.1 mostra a distribuição do orçamento do Fundo das Infra-estruturas por programas. A Coluna A mostra o orçamento original para 2013. A Coluna B mostra o orçamento original para 2013 após o transporte de saldo de 2012. A Coluna C mostra o transporte de saldo de 2013 para 2014 e a Coluna D mostra as dotações dos novos projectos assim como dos projectos em curso. O orçamento final para 2014 relativamente a cada programa é indicado na Coluna E e equivale ao transporte de saldo de 2013 para 2014 (Coluna C) mais as dotações dos novos projectos, assim como dos projectos em curso (Coluna D). A Tabela 2.4.3.2 mostra as estimativas para os anos seguintes.

Tabela 2.4.3.1: Cálculo das Despesas do Fundo das Infra-estruturas por Programas em 2014, em milhões de dólares

	A	B	C	D	E
	Orçam. Original 2013	Orçam. Original 2013 após saldo 2012	Transporte de saldo 2013	Dotações 2014	Orçam. Final 2014 (C+D)
Total das Infra-estruturas	**604,4**	**659,1**	**221,0**	**147,6**	**368,6**
Total das Infra-estruturas (excluindo empréstimos)	**560,8**	**615,5**	**202,9**	**134,6**	337,5
Agricultura e Pescas	8,0	8,5	3,3	2,5	5,8
Água e Saneamento	10,1	12,1	3,8	2,9	6,7
Desenvolvimento Urbano e Rural	6,6	6,6	2,3	3,2	5,5
Edifícios Públicos	20,7	22,2	12,3	3,8	16,1
Financiamento e Apoio à Infrastructura	24,0	27,1	8,9	41,2	50,1
Juventude e Desporto	2,5	2,5	0,7	1,2	1,8
Educação	8,4	8,4	5,8	1,4	7,2
Electricidade	121,7	126,4	40,3	16,0	56,4
Tecnologias de Informação	4,0	4,0	3,8	0,4	4,2
ODMs	46,3	47,3	27,0	-12,0	15,0
Saúde	2,0	4,8	2,7	2,0	4,7
Segurança e Defesa	17,6	18,7	8,7	8,2	17,0
Solidariedade Social	1,7	2,4	0,3	0,5	0,8
Projecto de Tasi Mane	139,4	152,2	33,1	13,2	46,3
Estradas	80,2	96,0	19,2	30,7	49,9
Pontes	21,4	26,9	3,9	14,8	18,7
Aeroportos	7,0	7,0	6,0	-0,4	5,6
Portos	11,0	11,0	4,2	5,0	9,2
Desenvolvimento de Oecussi	9,0	12,1	5,2	1,6	6,8
Sector do Turismo	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0
Preparação, Concepção e Supervisão de Novos Projectos	19,4	19,4	11,6	-3,8	7,8
Programa de Empréstimos	43,6	43,6	18,1	12,9	31,1

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos

Foram feitos todos os esforços no sentido de prever as despesas no final do ano de forma precisa. O Ministério das Finanças previu as despesas separadamente para cada projecto, com base numa análise detalhada da sua etapa no ciclo de aprovisionamento e, caso se aplique, numa análise dos contratos relevantes e numa avaliação sobre quando deverão vencer os pagamentos a empreiteiros. Contudo os programas podem gastar menos ou mais do que o previsto, devido a factores impossíveis de antecipar e que estão fora do controlo do Governo. Por exemplo, o Governo pode prever que uma secção de estrada seja concluída em Novembro, com o pagamento ao empreiteiro a vencer em Dezembro, todavia chuvas mais fortes que o normal em Outubro e Novembro podem atrasar a construção e fazer com

que o empreiteiro deixe de ter direito a receber o pagamento em Dezembro. Isto por sua vez fará com que a despesa seja superior à despesa concreta.

A transição do saldo por gastar do Fundo das Infra-estruturas está de acordo com a melhor prática internacional e com as políticas do Governo. Em muitos grandes projectos do Fundo das Infra-estruturas são assinados contratos plurianuais entre o Governo e empreiteiros do sector privado. Por norma estes contratos especificam pagamentos múltiplos, com cada pagamento a depender da conclusão de um componente da construção / projecto. Atrasos nas construções devido a condições meteorológicas ou outros eventos fora do controlo do Governo podem causar atrasos nos pagamentos, fazendo com que o orçamento para um ano não seja utilizado na totalidade já que alguns pagamentos inicialmente cobertos sofrem atrasos e acabam transportados para o ano financeiro seguinte. O Governo, ao transportar o orçamento do Fundo das Infra-estruturas para cada projecto, está a garantir a protecção efectiva do dinheiro para pagar a empreiteiros em projectos plurianuais. Isto simplifica a orçamentação já que não é necessário estar a calcular de novo os orçamentos para projectos todos os anos. Pode também servir para melhorar a execução, já que o orçamento após o transporte deve ser suficientemente grande para cobrir os pagamentos que possam vencer. Ao proteger orçamentos ao longo de muitos anos, este sistema dá também um grau de segurança aos empreiteiros e reduz os seus medos relativamente ao risco de incumprimento por parte do Governo. Frequentemente as empresas estão preparadas para aceitar margens de lucro menores em projectos onde considerem que o risco de não virem a ser pagas pelo seu trabalho é baixo. A longo prazo a transição do orçamento do Fundo das Infra-estruturas pode contribuir para custos mais baixos com aprovisionamento e para despesas mais eficientes.

A Tabela 2.4.3.1 mostra também a distribuição das despesas do Fundo das Infra-estruturas através de diferentes programas. Os três maiores programas (excluindo empréstimos) em termos de despesa orçamentada são a Electricidade, as Estradas e o projecto de Tasi Mane, os quais representam respectivamente 15,3%, 13,5% e 12,6% da despesa total. Esta distribuição das despesas está em linha com as políticas governamentais, tal como estão definidas no PED e no programa do Governo, o qual destaca a importância destes sectores para o desenvolvimento de Timor-Leste.

Finalmente, importa tamvém salientar que as Tabelas 2.4.3.1 e 2.4.3.2 apresentam 6,8 milhões de dólares destinados ao desenvolvimento de infra-estruturas em Oecussi. A Zona Económica Especial deverá proporcionar um aumento das exportações e da produção industrial. Deverá também promover o desenvolvimento económico de um dos distritos mais marginalizados de Timor-Leste, assim como criar oportunidades de emprego para a população local.

Tabela 2.4.3.2: Despesas do Fundo das Infra-estruturas por Programa entre 2013 e 2018, em milhões de dólares

	Orçamento para 2014	2015	2016	2017	2018
Total das Infra-estruturas	**368,6**	**713,4**	**784,4**	**437,5**	**249,4**
Total das Infra-estruturas (excluindo empréstimos)	**337,5**	**596,1**	**625,9**	**270,0**	**212,4**
Agricultura e Pescas	5,8	16,1	26,6	19,2	2,3
Água e Saneamento	6,7	20,0	24,0	15,0	15,0
Desenvolvimento Urbano e Rural	5,5	9,3	5,0	0,0	0,0
Edifícios Públicos	16,1	68,4	80,7	22,4	3,0
Financiamento e Apoio à Infrastructura	50,1	16,6	7,5	4,3	4,3
Juventude e Desporto	1,8	6,0	8,1	6,0	1,1
Educação	7,2	49,9	51,8	30,7	4,5
Electricidade	56,4	48,4	37,4	5,7	3,5
Tecnologias de Informação	4,2	0,7	0,0	0,0	0,0
ODMs	15,0	54,6	55,5	22,0	22,0
Saúde	4,7	4,4	0,4	0,0	0,0
Segurança e Defesa	17,0	16,5	10,6	1,9	0,0
Solidariedade Social	0,8	5,7	1,7	0,5	0,0
Projecto de Tasi Mane	46,3	101,6	92,5	82,0	42,8
Estradas	49,9	49,5	10,6	4,0	4,0
Pontes	18,7	11,4	0,9	0,0	0,0
Aeroportos	5,6	60,0	71,1	30,8	100,0
Portos	9,2	21,9	112,2	10,2	0,0
Desenvolvimento de Oecussi	6,8	22,0	17,0	5,5	0,0
Sector do Turismo	2,0	3,4	2,5	0,0	0,0
Preparação, Concepção e Supervisão de Novos Projectos	7,8	9,9	9,9	9,9	9,9
Programa de Empréstimos	31,1	117,3	158,5	167,5	37,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos

2.4.4: Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

A Tabela 2.4.4.1 mostra o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano para 2014, composto por um pequeno transporte a partir de 2013, com base na despesa concreta estimada, mais novas dotações. Embora o montante total deste fundo seja semelhante ao do ano anterior, com uma redução relativamente pequena de 3,1 milhões de dólares, os montantes atribuídos aos diversos programas mudaram consideravelmente. Ainda que as bolsas de estudo continuem a dominar, com mais de metade do orçamento total, o montante alocado ao orçamento vocacional aumentou para mais do dobro, ao passo que o montante atribuído a 'Outra Formação' baixou consideravelmente. Esta alocação está em

linha com as metas do Governo de desenvolver rapidamente o capital humano em Timor-Leste.

O Governo considera a totalidade do FDCH como um investimento social.Para além disso, uma despesa mais elevada em Capital Humano está agora em linha com a política do Governo de "Frontloading", tendo em conta que o presente investimento em educação e formação irá aumentar a produtividade no futuro, o que resultará num crescimento económico mais elevado.

Tabela 2.4.4.1: Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano por Programa, em milhões de dólares

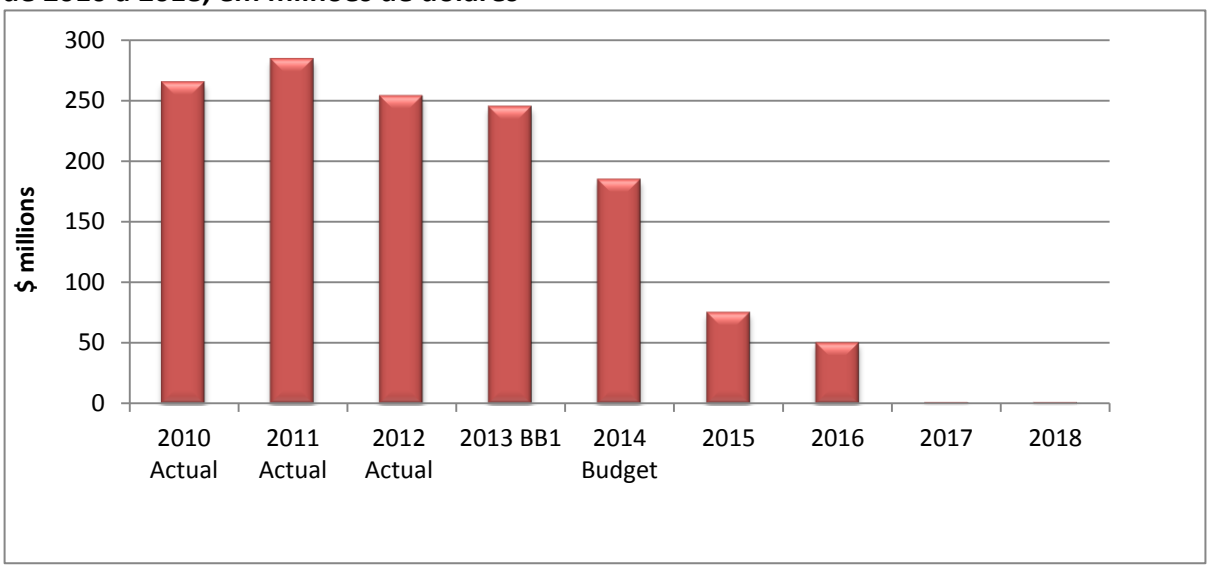
	Orçam. para 2013	Concreto previsto para 2013	Trans-porte de 2013 para 2014	Dotações Adicionais para 2014	Orçam. Final para 2014	2015	2016	2017	2018
Total do FDCH (por Programa)	**42,4**	**39,4**	**3,1**	**36,9**	**40,0**	**45,0**	**45,0**	**49,0**	**49,0**
Formação Vocacional	4,8	4,7	0,1	10,0	10,1	9,9	9,9	10,8	10,8
Formação Técnica	3,1	3,0	0,1	4,4	4,5	4,1	4,1	4,4	4,4
Bolsas de Estudo	23,3	21,2	2,1	20,1	22,2	23,0	23,0	25,0	25,0
Outra Formação	11,2	10,5	0,7	2,4	3,1	8,1	8,1	8,8	8,8

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos

2.4.5: Parceiros de Desenvolvimento

Os parceiros de desenvolvimento deverão contribuir com 184,9 milhões de dólares em 2014, continuando a recente tendência decrescente nesta categoria. O Livro 5 do OGE contém detalhes sobre estes compromissos. Deve-se notar que este gráfico não inclui empréstimos.

Gráfico 2.4.5.1: Compromisso Indicativo dos Parceiros de Desenvolvimento para o período de 2010 a 2018, em milhões de dólares



Fonte: Unidade de Gestão de Parceiros de Desenvolvimento

2.5: Receitas

2.5.1: Panorama de Projecções de Receitas

A Tabela 2.5.1.1 mostra projecções do total das receitas, que é a soma das receitas domésticas com as receitas petrolíferas, até 2018. O total das receitas projectadas em 2014 é consideravelmente inferior ao de 2013 (e fica significativamente aquém da projecção feita para 2014 nesse ano). Este declínio deve-se sobretudo à redução nas receitas petrolíferas em virtude das razões delineadas na secção 2.5.3. Este declínio geral acontece mesmo apesar de estar projectado que as receitas domésticas continuem na sua trajectória ascendente, ainda que a sua contribuição para o total das receitas vá continuar durante ainda algum tempo a ser muito inferior à contribuição prestada pelas receitas petrolíferas.

Tabela 2.5.1.1: Total das Receitas entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Projecção para 2014	2015	2016	2017	2018
Total das Receitas	**3.696,8**	**2.839,6**	**1.609,2**	**1.876,9**	**1.936,8**	**1.627,8**	**1.324,2**
Receitas Domésticas	137,7	146,3	166,1	181,0	196,1	211,2	226,4
Receitas Petrolíferas	3.559,1	2.693,3	1.443,1	1.695,9	1.740,7	1.416,6	1.097,8

Fontes: Direcção Nacional da Política Económica e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

2.5.2: Receitas Domésticas

2.5.2.1: Panorama

Tabela 2.5.2.1.1: Receitas Domésticas entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Projecção para 2014	2015	2016	2017	2018
Total das Receitas Domésticas	**137,7**	**146,3**	**166,1**	**181,0**	**196,1**	**211,2**	**226,4**
Impostos Directos	37,2	41,8	45,1	50,7	56,4	62,0	67,7
Impostos Indirectos	61,3	64,0	74,6	80,6	86,7	92,8	98,8
Outras Receitas Fiscais	0,1	0,0	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Taxas e Pagamentos	14,8	14,5	15,5	16,4	17,3	18,2	19,2
Receitas de Jogos Sociais	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Vendas de Arroz	4,4	2,5	6,4	7,4	8,5	9,5	10,5
Venda de Produtos Locais	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Juros	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Receitas da Electricidade	0,0	0,0	19,0	20,0	21,0	22,0	23,0
Serviços e Fundos autónomos	19,4	22,8	4,8	5,0	5,4	5,9	6,3

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas

As receitas domésticas constituem a maior fonte de financiamento para o Governo a seguir ao petróleo. São compostas sobretudo por impostos, taxas e pagamentos e receitas dos serviços e fundos autónomos, tendo-se registado um crescimento robusto na maior parte das categorias nos últimos anos. A tendência das receitas domésticas deverá continuar em 2014, conforme se pode ver na Tabela 2.5.2.1.1, estimando-se que seja superior em 13,6% ao valor atribuído para 2013 no Livro número 1 do Orçamento do ano anterior. O Governo está ciente da importância de aumentar as receitas domésticas para financiar despesas futuras à medida que as receitas petrolíferas vão descendo, estando a continuar a fazer esforços para eliminar as transferências superiores ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero.

2.5.2.2: Impostos

Os impostos são a base das receitas domésticas de qualquer país, e Timor-Leste não é excepção. Os impostos representaram 71,6% do total das receitas domésticas em 2012, sendo esperado que esta percentagem vá aumentar gradualmente ao longo dos próximos anos. A Tabela 2.5.2.2.1 apresenta projecções fiscais.

Tabela 2.5.2.2.1: Total das Receitas Fiscais entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Projecção para 2014	2015	2016	2017	2018
Total de Impostos	**98,6**	**105,8**	**120,0**	**131,7**	**143,4**	**155,1**	**166,8**
Impostos Directos	**37,2**	**41,8**	**45,1**	**50,7**	**56,4**	**62,0**	**67,7**
Imposto sobre os Rendimentos	7,4	8,9	9,4	10,2	11,0	11,8	12,6
Rendimentos Individuais	*0,8*	*1,1*	*3,7*	*4,0*	*4,3*	*4,6*	*4,9*
Rendimentos Individuais – outros	*6,6*	*7,8*	*5,7*	*6,2*	*6,7*	*7,2*	*7,6*
Imposto Colectivo	6,5	7,6	13,5	14,0	14,6	15,2	15,8
Imposto de Retenção	23,4	25,3	22,2	26,5	30,8	35,0	39,3
Impostos Indirectos	**61,3**	**64,0**	**74,6**	**80,6**	**86,7**	**92,8**	**98,8**
Imposto sobre Serviços	4,4	5,2	4,1	4,2	4,3	4,4	4,5
Imposto sobre Vendas	16,3	15,9	17,8	18,6	19,3	20,1	20,8
Imposto sobre o Consumo	27,1	31,7	37,3	42,3	47,2	52,2	57,1
Direitos de Importação	13,4	11,2	15,3	15,6	15,9	16,1	16,4
Outras Receitas Fiscais	**0,1**	**0,0**	**0,3**	**0,3**	**0,3**	**0,3**	**0,3**

Fonte: Direcção Nacional das Políticas Económicas

As receitas fiscais enquanto percentagem do PIB (não-petrolífero) são deveras baixas, situando-se nos 7,1% em 2012. Isto é típico de um país na etapa de desenvolvimento em que Timor-Leste se encontra (e também de muitos países produtores de petróleo). Todavia, em face dos planos ambiciosos de Timor-Leste a curto e médio prazo relativamente a infra-estruturas e outras iniciativas de desenvolvimento, como por exemplo a adesão à ASEAN, o Governo está concentrado em conseguir um crescimento mais rápido e em reformar as áreas das receitas fiscais e da cobrança fiscal.

Em termos de projecções têm sido feitos todos os esforços no sentido de utilizar todos os dados disponíveis, bem como tendências passadas, com vista a criar o retrato mais realista das receitas no futuro. Contudo, e dado que em Timor-Leste se registam com regularidade alterações significativas ao nível das despesas do Governo, novas reformas fiscais e actualizações dos métodos contabilísticos, é conveniente que os valores apresentados sejam vistos com cuidado. Isto aplica-se em especial aos anos futuros, os quais são frequentemente uma extrapolação das tendências recentes aplicadas à estimativa para 2014.

Em 2014 está previsto que os impostos aumentem para 120,0 milhões de dólares, o que representa uma subida de 13,5% relativamente aos valores de 2013. Esta evolução deve-se

em grande medida a aumentos ao nível de impostos indirectos, sobretudo imposto sobre o consumo e imposto sobre importações, bem como ao imposto sobre os rendimentos colectivos.

Os impostos indirectos estão a aumentar devido a maiores níveis de importações, reflectindo a dependência de Timor-Leste relativamente a bens e serviços provenientes do estrangeiro. Os aumentos nos níveis destes impostos não reflectem necessariamente o aumento do poder de compra por parte do cidadão médio, sendo mais provável que reflictam o aumento no que se refere a materiais importados para projectos de infra-estruturas de grande dimensão já em curso, assim como esforços melhorados por parte de agentes aduaneiros para aumentar a conformidade com estes impostos. É provável que os grandes projectos de infra-estruturas expliquem também os aumentos ao nível de imposto colectivo.

O declínio no imposto de retenção deve-se ao facto de que as execuções do Fundo das Infra-estruturas e do Orçamento foram inferiores ao esperado.

Prevê-se que o nível geral de imposto sobre rendimentos continue a aumentar gradualmente, ainda que devido ao reforço da aplicação das leis a proporção entre as categorias de 'Rendimentos Individuais' e de 'Rendimentos Individuais – Outros' se tenha alterado.

A redução ligeira projectada para os impostos sobre serviços em 2014 deve-se a projecções baixas sobre cobranças concretas em 2013. Embora esteja prevista uma recuperação gradual, isto salienta o estado frágil do sector privado em Timor-Leste, tal como se discutiu em secções anteriores, bem como possivelmente a retirada da ONU no final de 2012.

2.5.2.3: Taxas e Pagamentos

As taxas e pagamentos dizem respeito a uma vasta gama de categorias que contribuem para as receitas domésticas a partir de fontes não-fiscais. Estas incluem taxas administrativas, pagamentos referentes a serviços públicos e rendas para o Governo provenientes de recursos naturais que não o petróleo, conforme se pode ver na Tabela 2.5.2.3.1. A maior parte das categorias contribui com um montante muito baixo, possivelmente uns poucos milhares de dólares, o que explica a razão de em alguns casos as projecções estarem arredondadas para zero. Ainda assim, a lista – actualizada regularmente com novas categorias – reflecte o trabalho a ser realizado por diversos ministérios operacionais em termos do aumento da eficiência administrativa. Uma maior eficiência na cobrança destas taxas assegura igualmente que os cidadãos de Timor-Leste pagam pelos serviços que recebem do Governo e contribuem para as receitas domésticas.

Tanto quanto possível foram recolhidas informações a partir dos diversos ministérios operacionais responsáveis por cada categoria, as quais foram utilizadas para fazer projecções. Importa aqui destacar que muitas destas categorias têm uma dimensão muito

reduzidas e são altamente variáveis, pelo que o foco global deve incidir sobre a tendência: um crescimento lento, porém constante.

Tabela 2.5.2.3.1: Projecções ao nível de Taxas e Pagamentos entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Proj. para 2014	2015	2016	2017	2018
Total de Taxas e Pagamentos	**14,8**	**14,5**	**15,5**	**16,4**	**17,3**	**18,2**	**19,2**
Taxas de Registo de Empresas	1,4	2,2	1,5	1,6	1,6	1,7	1,8
Taxas Postais	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Rendas de Propriedades	2,7	2,9	3,1	3,3	3,4	3,5	3,7
Taxas de Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Taxas da Universidade Nacional	0,5	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8
Taxas de Registo de Veículos	0,7	0,7	1,3	1,5	1,8	2,0	2,3
Taxas de Inspecção de Veículos	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8
Inspecção de Veículos Importados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Taxas de Cartas de Condução	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Franchising de Taxas de Transportes Públicos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Coimas relativas a Transportes	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Outras Taxas relativas a Transportes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BI e Passaporte	0,6	0,6	0,9	1,0	1,1	1,2	1,3
Taxas de Vistos	1,0	1,0	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3
Taxas Hospitalares e Médicas	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Multas – Profissionais de Saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de Tribunal	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Dividendos, Lucros e Ganhos	5,1	4,3	4,5	4,6	4,8	5,0	5,2
Multas e Confiscos	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Extracção Mineira e Exploração de Pedreiras	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxas de Rádio e Televisão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Receitas de Documentos de Propostas	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Leilões	0,5	0,4	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Taxas de Embaixadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Coimas por Abate Ilegal de Árvores	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rendas de Propriedades do Governo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
EAIP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de Registo de Investimentos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Proj. para 2014	2015	2016	2017	2018
Total de Taxas e Pagamentos	**14,8**	**14,5**	**15,5**	**16,4**	**17,3**	**18,2**	**19,2**
Outras Receitas Não-Fiscais	1,0	0,2	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4

Fonte: Direcção Nacional da Política Económica

2.5.2.4: Outros Fluxos de Receitas

Existem ainda outras categorias com especial interesse no que se refere à sua contribuição para as receitas domésticas. A maior categoria aqui são as receitas provenientes da electricidade, que são agora cobradas pelo Ministério das Obras Públicas, tendo estas sido anteriormente cobradas pela EDTL. Utilizando as suas projecções internas temos um crescimento contínuo ao longo dos próximos anos em virtude da recente entrada em funcionamento da segunda grande central eléctrica em Betano e do número cada vez maior de contadores, assegurando que cada vez mais clientes pagam pela electricidade que recebem.

A venda de arroz varia de ano a ano com base na política governamental e na dimensão dos diversos programas de alimentos subsidiados. A venda de produtos locais é feita com o Governo a comprar os produtos a pequenos agricultores e a vendê-los posteriormente a mercados. Como é óbvio esta categoria oscila consoante o número de participantes no programa e outros factores, como por exemplo o clima.

As Receitas de Jogos Sociais assentam em jogos de sorte, estando previsto que cresçam nos próximos anos coma introdução e uma nova lotaria. Por fim, estima-se que os rendimentos totais provenientes de juros aumentem de forma modesta, embora isto esteja sujeito a condições financeiras internacionais que podem mudar.

2.5.2.5: Serviços e Fundos Autónomos

Os Serviços e Fundos Autónomos têm orçamentos independentes dos respectivos ministérios operacionais e são financiadas em parte pelas suas próprias receitas, tal como está indicado na Tabela 2.5.2.5.1.

Tabela 2.5.2.5.1: Receitas dos Serviços e Fundos Autónomos entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	LO1 de 2013	Proj. para 2014	2015	2016	2017	2018
Total dos Serviços e Fundos Autónomos	**19,4**	**22,8**	**4,8**	**5,0**	**5,4**	**5,9**	**6,3**
IGE	0,1	0,0	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5
Aviação	1,5	1,4	1,4	1,5	1,6	1,7	1,8
Portos	2,7	3,3	3,1	3,2	3,5	3,7	4,0
EDTL	14,9	17,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SAMES	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Direcção Nacional da Política Económica

Foi inaugurado, em Setembro, um novo porto em Oecussi, o que deverá conduzir a um maior crescimento nas receitas portuárias nos próximos anos, a partir de 2014. Um aumento nas taxas aeroportuárias deverá levar a uma recuperação no crescimento das receitas nessa área, em especial caso se consiga continuar a aumentar o número de passageiros. Tal como em anos recentes, a contribuição do Instituto de Gestão de Equipamentos continua a apresentar um crescimento lento, porém contínuo. Após uma restruturação nas suas funções é esperado que as receitas futuras do SAMES sejam muito pouco significativas em anos futuros. Como indicado na secção anterior, a partir de 2014, a EDTL cessará de ser uma agência Autónoma.

2.5.3: Receitas e Investimentos Petrolíferos

Actualmente as receitas petrolíferas financiam a maior parte do Orçamento Geral do Estado. O Fundo Petrolífero contribui para a boa gestão dos recursos petrolíferos em benefício das gerações actuais e das gerações vindouras.

2.5.3.1 Entrada de Receitas Petrolíferas

Panorama

Os factores que determinam a entrada de receitas petrolíferas são os preços, a produção e os custos. Comparativamente com o Orçamento Geral do Estado para 2013 a nova estimativa do preço do petróleo é ligeiramente mais baixa durante o período estimado. Os custos são ligeiramente mais elevados, registando-se também uma descida considerável na produção. É provável que as receitas do Bayu-Undan e de Kitan tenham atingido o seu pico nos 3.559,1 milhões de dólares em 2012 e que comecem agora a descer, primeiro lentamente em 2013 e depois mais significativamente para 1.443,1 milhões de dólares em 2014 (ver Tabelas 2.5.3.1.1 e 2.5.3.1.2).

Tabela 2.5.3.1.1: Receitas Petrolíferas Estimadas entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012 *	Estimativa para 2013 **	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Total das Receitas Petrolíferas	**3.959,9**	**3.070,2**	**2.213,4**	**2.570,7**	**2.682,9**	**2.423,8**	**2.156,4**
Juros recebidos a partir do Fundo Petrolífero	400,8	376,9	770,3	874,8	942,2	1.007,2	1.058,6
Total das Receitas Petrolíferas Excluindo Juros	**3.559,1**	**2.693,3**	**1.443,1**	**1.695,9**	**1.740,7**	**1.416,6**	**1.097,8**
FTP/Royalties do BU***	196,9	168,6	115,1	118,6	108,6	100,1	84,7
Petróleo de Lucro do BU	1.594,9	1.282,9	681,1	760,3	798,9	733,6	557,3
Imposto sobre Rendimentos do BU	508,0	444,8	303,2	296,2	276,7	254,3	189,7
Imposto sobre Lucros Adicionais do BU	533,9	436,5	204,5	335,8	304,7	286,2	217,2
Imposto sobre o Valor Acrescentado do BU	6,5	21,3	28,0	19,4	17,8	17,9	24,1
Imposto sobre Vencimentos do BU	11,7	17,0	17,9	18,7	15,6	16,0	16,4
Pagamentos do Gasoduto do BU	8,6	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4
Outros Pagamentos do BU	240,5	141,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto de Retenção do BU	15,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Kitan	443,0	172,0	84,9	138,4	210,0	0,0	0,0

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero
* Fluxo financeiro concreto para 2012
** Estimativa para 2013 em Junho de 2013. A partir de 2013 o Imposto sobre o Valor Acrescentado do BU passa a incluir o Imposto de Retenção do BU**.** ***BU: Bayu-Undan

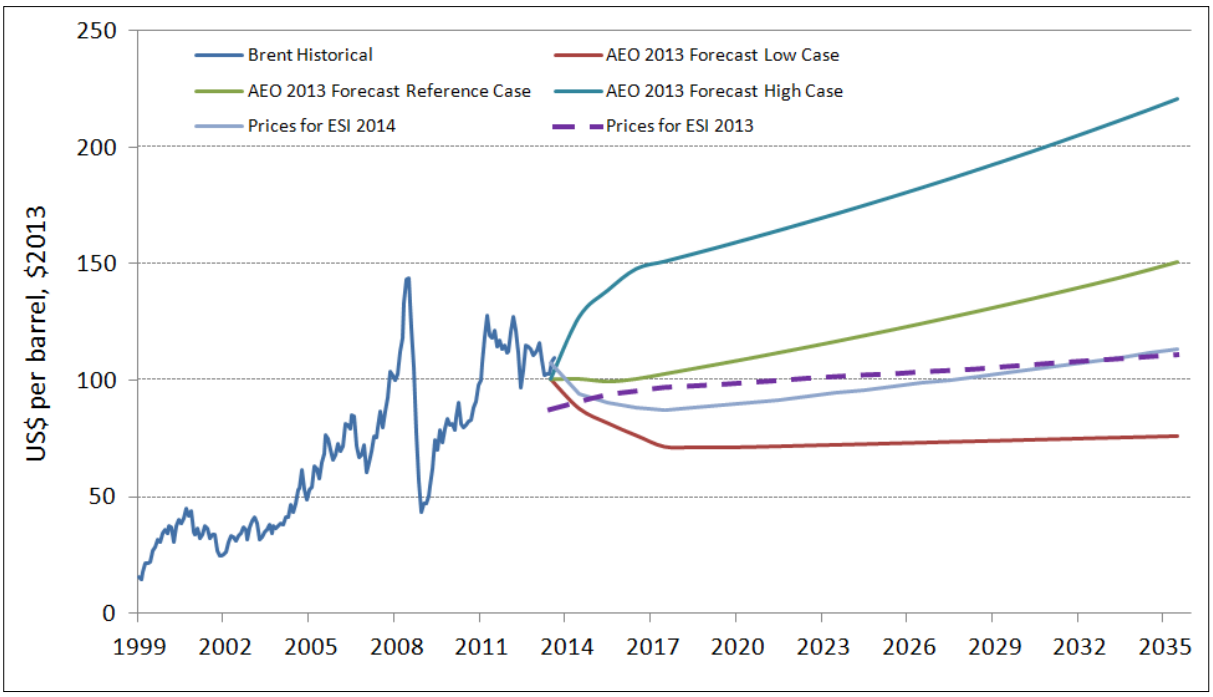
Preços do Petróleo

Em anos recentes o índice de referência do Brent tem sido um indicador melhor do preço dos produtos líquidos (condensado e GPL) do Bayu-Undan e de Kitan comparativamente com o índice de referência da WTI utilizado em anos anteriores. Para 2014 o preço de referência do petróleo utilizado nos cálculos da riqueza petrolífera passou assim a ser o do Brent.[10] A Secção 2.5.3.2 sobre a Riqueza Petrolífera e o Cálculo do RSE contém mais detalhes sobre esta alteração.

[10] Os preços futuros dos produtos líquidos (condensado e GPL) do Bayu-Undan e de Kitan são estimados com base em relacionamentos históricos com um preço de referência e uma estimativa de referência. Os preços do

As estimativas das Receitas Petrolíferas no Orçamento Geral do Estado para 2014 assentam num preço de referência do petróleo (Brent) de 107,5 dólares por barril em 2013, comparativamente com o preço de referência (WTI) de 86,6 dólares por barril no Orçamento para 2013. Todavia, nos anos seguintes a 2014 a actual previsão do preço do petróleo é ligeiramente inferior ao anteriormente estimado (ver Gráfico 2.5.3.1.1).

Gráfico 2.5.3.1.1: Alterações Históricas e Projecções Futuras no Preço do Petróleo da WTI, dólares por barril



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, dados da Administração de Informações de Energia (EIA)

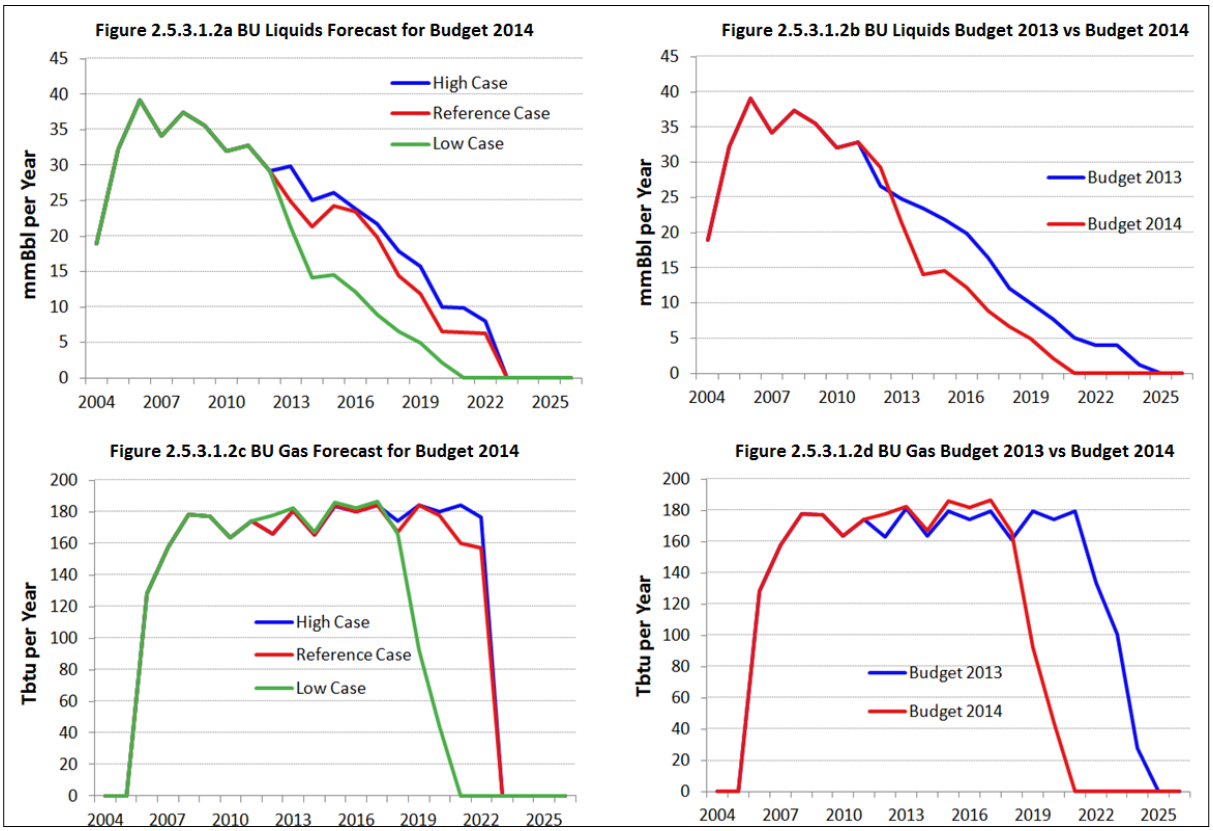
Produção de Petróleo

A estimativa de produção de líquidos (condensado e GPL) no Bayu-Undan foi revista em baixa de forma considerável em comparação com o Orçamento para 2013. Estima-se que a produção petrolífera total do Bayu-Undan (incluindo também GNL) tenha atingido o seu pico em 2011, com 59 milhões de barris de equivalentes a petróleo, devendo agora começar a diminuir até cessar em 2020. Esta data é quatro anos mais cedo do que o seu fim projectado em 2013 (ver Gráfico 2.5.3.1.2). De acordo com as informações prestadas pelo Operador do BU em Junho de 2013, o agravamento do panorama de produção resulta de uma inserção de gás seco superior ao esperado, de redução da pressão e da produção de água.

Gás Natural Liquefeito (GNL) são previstos utilizando a fórmula de preços provisória negociada entre vendedores e compradores. A fórmula de preços é renegociada a cada três anos.

O Gráfico 2.5.3.1.2 mostra as estimativas da produção de líquidos e gás no Bayu-Undan para 2014, comparativamente com 2013. Prevê-se que a produção de líquidos (gráficos A e B) no Orçamento para 2014 vá ser cerca de 13% inferior ao valor de 2013. Por outro lado, a estimativa da produção de gás para 2014 (gráficos C e D) projecta um declínio considerável de aproximadamente 23% em relação à previsão do ano anterior.

Gráfico 2.5.3.1.2 Estimativas da Produção do BU para o Orçamento para 2014



O Plano de Desenvolvimento de Campo relativamente ao campo de Kitan foi aprovado em 2010, com a produção a ter início no último trimestre de 2011. A produção total é modesta quando comparada com a do campo Bayu-Undan. O Orçamento para 2014 prevê que o Cenário Baixo de Kitan será 56,1 milhões de barris de petróleo ao longo da vida do projecto até 2016. O total do fluxo de receitas com base no Cenário Baixo de Produção está estimado nos 1.118,8 milhões de dólares, o equivalente a cerca de 5% do Bayu-Undan.

Tabela 2.5.3.1.2: Cálculos do Rendimento Sustentável – Pressupostos de Preços do Petróleo e Estimativas de Produção e Receitas entre 2002 e 2025

	Preço médio do petróleo em dólares por barril	Produção em milhões de barris de equivalentes a petróleo	Total das Receitas Petrolíferas com Descontos (Factor de 5,7%) em milhões de dólares	Total das Receitas Petrolíferas sem Descontos em milhões de dólares
Total	**0,0**	**779,7**	**7.017,8**	**26.050,5**
Total a partir de 1 de Janeiro de 2014	**0,0**	**249,7**	**7.017,8**	**8.096,0**
para 2002	0,0	0,0	0,0	14,8
2003	0,0	0,0	0,0	10,2
2004	41,5	16,9	0,0	172,4
2005	56,6	29,0	0,0	332,6
2006	66,1	57,1	0,0	611,9
2007	72,3	57,7	0,0	1.258,5
2008	99,7	64,2	0,0	2.284,2
2009	62,0	61,8	0,0	1.660,2
2010	79,5	57,3	0,0	2.117,2
2011	94,9	61,7	0,0	3.240,1
2012	111,6	68,0	0,0	3.559,1
2013	107,5	56,4	0,0	2.693,3
2014	95,3	45,9	1.405,8	1.443,1
2015	93,0	51,6	1.563,3	1.695,9
2016	92,3	48,5	1.517,5	1.740,7
2017	92,3	39,7	1.167,4	1.416,6
2018	94,9	34,2	855,3	1.097,8
2019	97,6	20,2	393,5	534,0
2020	100,7	9,6	77,5	111,1
2021	104,0	0,0	37,5	56,8
2022	107,5	0,0	0,0	0,0
2023	111,1	0,0	0,0	0,0
2024	114,8	0,0	0,0	0,0
2025	118,7	0,0	0,0	0,0

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

Custos

Os custos estimados para os projectos do Bayu-Undan e de Kitan são ligeiramente mais elevados no Orçamento para 2014 do que em 2013. A alteração nas projecções de custo entre um ano e outro deve-se sobretudo a despesas de capital relacionadas com corrosão, novos programas de perfuração e outras questões operacionais.

2.5.3.2 Riqueza Petrolífera e Cálculo do RSE

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é o montante máximo que pode ser retirado do Fundo Petrolífero num determinado ano fiscal de modo a permitir a retirada de um montante de valor real idêntico em todos os anos seguintes. O RSE está estabelecido nos 3,0% do total da Riqueza Petrolífera. Não obstante isto, o Governo pode levantar a partir do Fundo Petrolífero um montante superior ao RSE caso consiga justificar que isso serve os interesses a longo prazo de Timor-Leste e caso o Parlamento Nacional autorize esta transferência.

A Riqueza Petrolífera, englobando o saldo do Fundo e o Valor Actual Líquido das receitas petrolíferas futuras, está estimada em 21.076,3 milhões de dólares a 1 de Janeiro de 2014. Deste modo o RSE está estimado em 632,3 milhões de dólares para 2014. Isto representa uma redução de 165,6 milhões comparativamente com o RSE de 2014 previsto no orçamento do ano anterior. A Tabela 2.5.3.2.1. indica os principais pressupostos por detrás dos cálculos.

Tabela 2.5.3.2.1: Principais Pressupostos por detrás do RSE

Reconhecimento de Activos	Só são incluídas estimativas de receitas petrolíferas para projectos com planos de desenvolvimento aprovados. Isto inclui o campo Bayu-Undan e o campo Kitan.
Reservas petrolíferas e estimativas de produção	As estimativas de produção são fornecidas pelos operadores dos projectos. Utiliza-se o cenário de produção baixa, o que significa que há 90% de probabilidade de a produção concreta ultrapassar a estimativa.
Estimativa do preço do petróleo	O RSE referente ao OGE para 2014 é preparado utilizando a média do cenário baixo da Agência de Informações sobre Energia (EIA) e do cenário de referência para o Brent.
Preços para produtos petrolíferos específicos	Bayu-Undan produz condensado, Gás Petrolífero Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL), ao passo que Kitan produz apenas condensado. Os pressupostos das estimativas para cada produto são derivados dos diferenciais históricos observados no Brent. Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são estimados utilizando a fórmula provisória de preços negociada entre a instalação de GNL de Darwin (DLNG) e os compradores japoneses de GNL. A fórmula de preços é renegociada a cada três anos.
Custos de produção	A estimativa central dos custos futuros com capital e operação é prestada pelos operadores do projecto.
Taxa de desconto	Segundo o Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero a taxa de juro utilizada para descontar as receitas petrolíferas futuras é a taxa de retorno esperada da carteira de aplicações financeiras do Fundo.

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

A Tabela 2.5.3.2.2 mostra a Riqueza Petrolífera estimada e o RSE de 2013 em diante, assumindo que as transferências a partir do Fundo estão em linha com a projecção orçamental na Tabela 2.1.1.2.

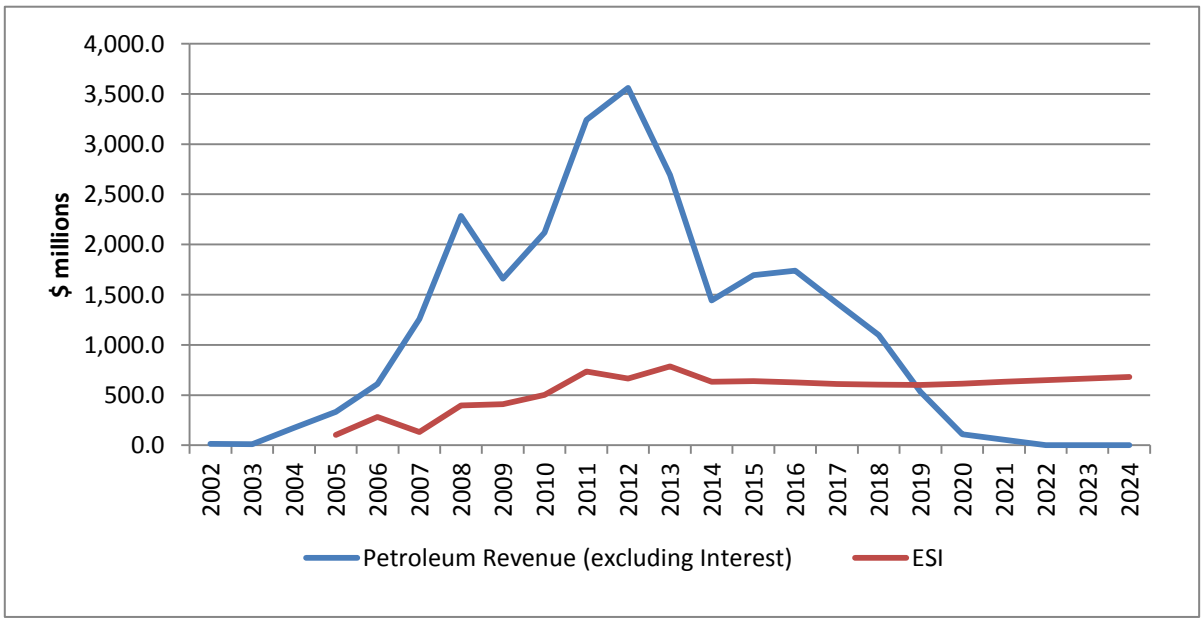
Tabela 2.5.3.2.2: Riqueza Petrolífera e Rendimento Sustentável Estimado (RSE), em milhões de dólares

	LO1 de 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Rendimento Sustentável Estimado (RPx3%)	**787,0**	**632,3**	**638,7**	**625,8**	**610,8**	**604,9**
Total da Riqueza Petrolífera (RP)	**26.231,7**	**21.076,3**	**21.291,0**	**20.860,7**	**20.358,4**	**20.162,3**
Saldo de Abertura do FP	10.776,7	14.058,5	15.369,0	16.344,4	17.372,0	18.460,3
Valor Actual Líquido das Receitas Futuras	15.455,0	7.017,8	5.922,0	4.516,3	2.986,4	1.702,0

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

O Gráfico 2.5.3.2.1 apresenta a principal justificação para o uso do RSE como ferramenta de política fiscal, isto é, facilitar o gasto de rendimentos petrolíferos temporariamente elevados. O caminho de extracção de um recurso não-renovável tem habitualmente forma de sino, com oscilações consideráveis a curto prazo. O RSE pretende oferecer protecção contra esta volatilidade e salvaguardar um uso sustentável das finanças públicas.

Gráfico 2.5.3.2.1: Receitas Petrolíferas e Rendimento Sustentável Estimado de Timor-Leste entre 2002 e 2025



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

Alterações no RSE entre 2013 e 2014

Panorama

O Gráfico 2.5.3.2.2 mostra as principais alterações incrementais no RSE de 2014 desde o Orçamento para 2013. Os principais factores determinantes incluem o preço do petróleo, os diferenciais de preços, a produção petrolífera e os custos.

Dados Concretos de 2012

O actual RSE para 2014 incorpora o desenvolvimento concreto em 2012, o que aumenta o RSE de 2014 em 34,0 milhões de dólares. A alteração deve-se sobretudo aos preços do petróleo acima do esperado.

Transferências concretas a partir do Fundo Petrolífero em 2013

Em 2013 o Governo tenciona levantar do Fundo Petrolífero um montante igual ao RSE de 2013, o qual foi estabelecido em 787,0 milhões de dólares, conforme aprovado pelo Parlamento Nacional. Deste modo não haverá impacto sobre o RSE de 2014.

Produção de Líquidos e de Gás

Tal como foi discutido e como é mostrado no Gráfico 2.5.3.1.2 na secção anterior, estima-se que a produção de líquidos e gás será inferior no Orçamento para 2014 comparativamente ao Orçamento para 2013. O Operador indicou igualmente que a produção irá terminar em 2020, o que é 4 anos mais cedo que o que tinha sido previsto anteriormente. Estas revisões consideráveis em baixa reduzem o RSE de 2014 em 160,0 milhões de dólares.

As causas principais para a revisão em baixa nas estimativas de produção são a inserção de gás seco, as pressões baixas e a produção de água no reservatório. Está igualmente prevista uma suspensão acentuada para 2014.

Preços do Petróleo

O RSE actual para 2014 pressupõe um preço de referência do petróleo nos 107,5 dólares por barril em 2013, com base no desenvolvimento concreto durante a primeira metade do ano e das estimativas da EIA para o futuro[11]. O Orçamento para 2013 assumiu um preço de referência do petróleo de 86,6 dólares por barril em 2013. Embora se estime que a trajectória dos preços do petróleo de ora em diante vá ser ligeiramente mais baixa do que no ano anterior, o efeito líquido envolve uma revisão em alta do RSE de 2014 no valor de 5,0 milhões de dólares.

Diferenciais dos Preços de Líquidos (Condensado e GPL)

O preço para os produtos de condensado do Bayu-Undan é previsto com base no relacionamento histórico com um preço de referência. Este relacionamento histórico, o chamado diferencial de preços, é então projectado para o futuro segundo a previsão de referência (conforme determinada pela EIA) de modo a dar uma estimativa do preço futuro

[11] Estas estimativas são reportadas pela EIA e estão disponíveis a partir do Panorama Anual de Energia de 2013: http://www.eia.doe.gov/oiaf/aeo/index.html.

dos produtos vendidos no Mar de Timor. A mudança do índice de referência da WTI para o Brent teve impacto nos diferenciais de preços e reduziu o RSE de 2014 em 20,0 milhões de dólares.

Custo

Está previsto que os custos de produção a partir dos dois operadores (COP e ENI) sejam ligeiramente superiores no Orçamento para 2014 em comparação com o Orçamento para 2013. O aumento nas estimativas de custos reduz o RSE de 2014 em 14,0 milhões de dólares.

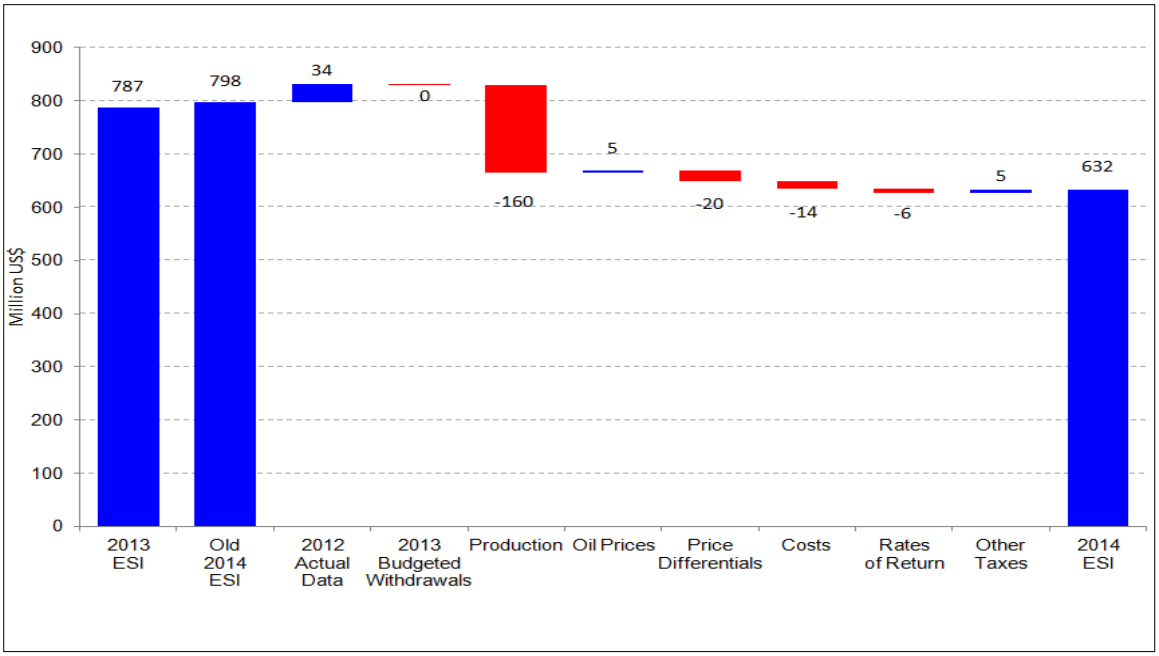
Taxa de desconto

Segundo a lei de Timor-Leste a taxa de desconto utilizada no cálculo do Valor Actual Líquido (VAL) das receitas petrolíferas futuras deve ser igual à taxa de retorno esperada da carteira do Fundo Petrolífero. O retorno nominal esperado a longo prazo é de 5,7 porcento. A ligeira alteração na taxa de desconto do VAL resulta numa diminuição no RSE de 2014 no valor de 6,0 milhões de dólares.

Outros Impostos

A categoria de 'Outros Impostos' inclui impostos sobre vencimentos, cobranças de impostos a partir de subempreiteiros e perfurações de exploração. Estes impostos são previstos no Orçamento para 2014 com base numa análise das cobranças recentes e levando em conta os compromissos ao nível de trabalho de exploração indicados pela Autoridade Nacional do Petróleo (ANP). A alteração na estimativa de outros impostos aumenta o RSE de 2013 em 5,0 milhões de dólares.

Gráfico 2.5.3.2.3: Alterações no RSE de 2014 (do Orçamento para 2013 para o Orçamento para 2014), em milhões de dólares

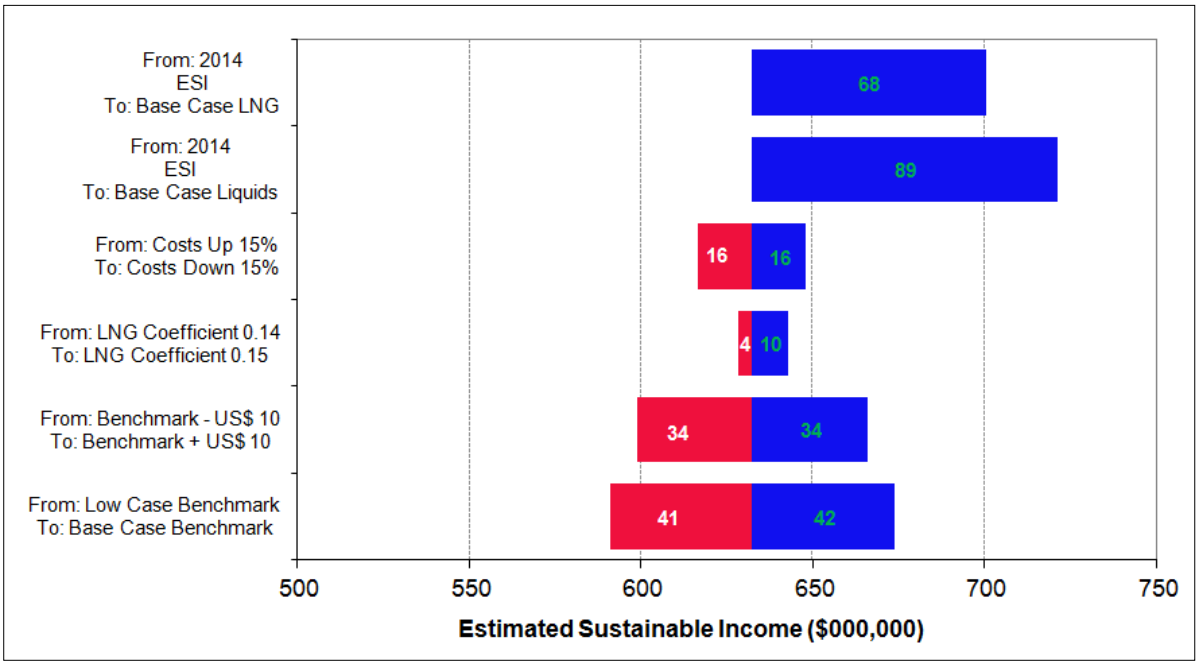


Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

Análise de Sensibilidade

O objectivo do Governo é preparar um cálculo do RSE que seja prudente, conforme exigido pela Lei do Fundo Petrolífero. Embora os cálculos assentem nas melhores informações disponíveis e em pareceres dos peritos, cada contribuição está por inerência sujeita a incertezas consideráveis. O Gráfico 2.5.3.2.3 mostra como o RSE muda quando os principais pressupostos são alterados individualmente.

Gráfico 2.5.3.2.4: Análise de Sensibilidade – Rendimentos Sustentáveis Estimados, em milhões de dólares



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

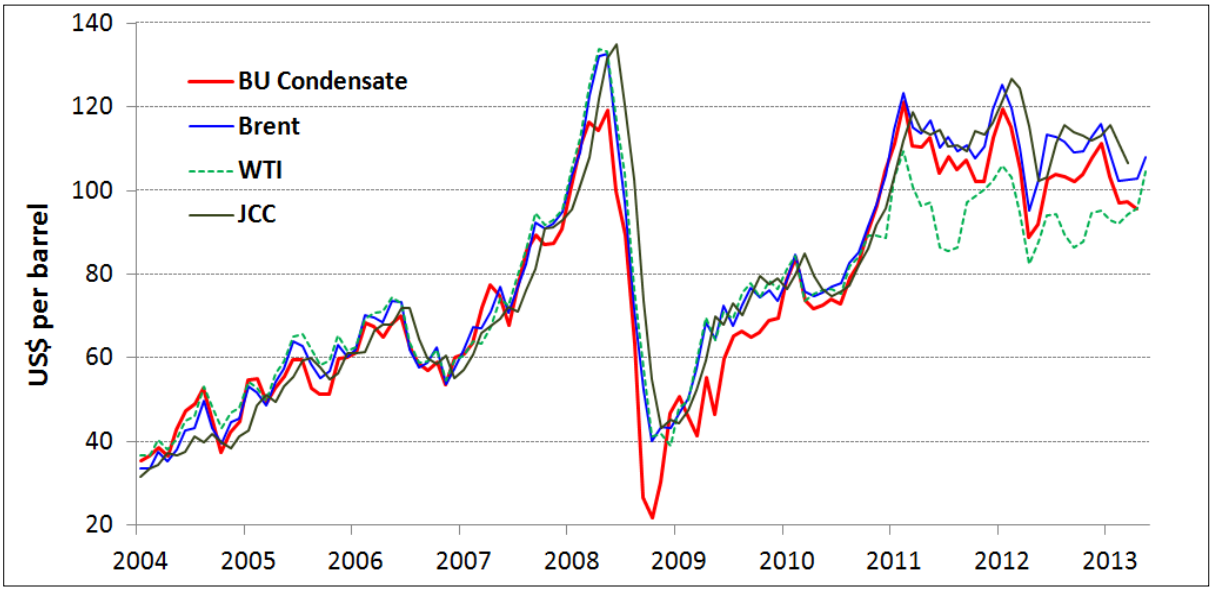
A análise de sensibilidade começa com o RSE de 2014 no valor de 632,3 milhões de dólares e mostra em quanto mudaria o RSE caso se utilizasse um pressuposto diferente em cada uma das principais variáveis. A análise mostra que o preço do petróleo é de longe o factor com maior impacto sobre o RSE.

Revisão da Metodologia

O Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero requer que o RSE seja estimado utilizando pressupostos prudentes que reflictam a melhor prática internacional e que assentem em padrões internacionais reconhecidos. O Ministério das Finanças levou a cabo uma revisão abrangente da metodologia para o RSE calculado no Orçamento para 2011 com assistência técnica do FMI. Não obstante, importa ressalvar que estas projeções são fornecidas pelos operadores e estão sujeitas a alterações após a auditoria. A alteração deste ano na metodologia de previsão do preço do petróleo é a primeira alteração com alguma importância desde então.

A nova metodologia envolve uma alteração do índice de referência do preço do petróleo da WTI para o Brent, uma vez que este último acompanhou melhor os produtos do Bayu-Undan em anos recentes (ver Gráfico 2.5.3.2.4). O Auditor Independente do Fundo Petrolífero, a Deloitte Touche Tohmatsu, levantou esta questão na Carta à Administração datada de 14 de Março de 2013 como parte da sua certificação do RSE de 2013. Sem dispor de índices de referência prontamente disponíveis que satisfaçam os requisitos da Lei do Fundo Petrolífero, o Ministério das Finanças viu-se obrigado a continuar a utilizar a WTI como índice de referência no Orçamento para 2013.

Gráfico 2.5.3.2.5: Preço do Condensado do BU comparado com Preços Mundiais do Petróleo



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

2.5.3.3 Gestão do Fundo Petrolífero

Modelo do Fundo Petrolífero

A Lei do Fundo Petrolífero visa contribuir para a boa gestão dos recursos petrolíferos de Timor-Leste em benefício das gerações actuais e das gerações vindouras. O Fundo Petrolífero é uma ferramenta que facilita uma política fiscal sólida que dê a devida consideração e peso aos interesses a longo prazo dos cidadãos timorenses. O Fundo Petrolífero ajuda os decisores políticos a tomar decisões bem informadas num ambiente de rendimentos petrolíferos flutuantes que se encontram temporariamente num nível elevado. A decisão sobre *quanto gastar e quanto poupar* (para gastar mais tarde) é tomada anualmente no Orçamento Geral do Estado, o qual pesa todas as prioridades governamentais umas contra as outras.

O mecanismo do Fundo Petrolífero implica que as receitas petrolíferas são transferidas na totalidade para o Fundo e investidas no estrangeiro em aplicações financeiras. A política de

investimento do Fundo pretende maximizar os retornos ajustados aos riscos. O único dinheiro que sai do Fundo é através de transferências para o Orçamento Geral do Estado, mediante aprovação por parte do Parlamento Nacional. O montante que pode ser transferido para o orçamento é orientado pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), o qual está definido como 3,0% do total da riqueza petrolífera. Deste modo o objectivo de investimento implícito do Fundo está estabelecido nos 3,0% de retorno real, como condição necessária para garantir a sustentabilidade do lado da despesa em termos de manter o poder de compra da riqueza petrolífera quando a despesa é condicionada pelo RSE.

Governação do Fundo Petrolífero

Assente nos "Princípios de Santiago"[12], o modelo de governação do Fundo Petrolífero apresenta um elevado grau de transparência e divulgação de informações. Isto ajuda a granjear o apoio do público relativamente à boa gestão das receitas petrolíferas, bem como a reduzir o risco de má governação. A *transparência* garante que é possível utilizar informações para medir o desempenho das autoridades e evitar possíveis usos indevidos de poderes. Um dos elementos fundamentais da estrutura de governação do Fundo é que não existe uma só pessoa ou instituição responsável por tomar e implementar decisões ao nível de investimento, uma vez que cada parte é formalmente responsável perante outra pelo seu papel no processo decisório. Este grau de transparência serve para encorajar *consenso* e permitir *responsabilização*, o que significa que as autoridades e quem quer que manuseie dinheiros públicos podem ser responsabilizados pelas suas acções.

Na qualidade de poder Executivo, o Governo, através do Ministério das Finanças, é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero em nome do povo de Timor-Leste. A Lei do Fundo Petrolífero torna o Governo responsável perante o Parlamento Nacional através de diversos requisitos de reporte. A gestão operacional é conduzida pelo Banco Central, que investe o capital do Fundo de acordo com directivas estabelecidas pelo Ministério das Finanças e mandatos desenvolvidos pelo Comité de Assessoria para o Investimento (CAI). O Ministério das Finanças é obrigado a solicitar o parecer do CAI antes de tomar decisões relativamente a qualquer questão relacionada com a estratégia de investimento ou com a gestão do Fundo Petrolífero.

Política de Investimento do Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero foi estabelecido em 2005 com uma estratégia de investimento simples que limitava em grande medida os investimentos a títulos de classificação elevada denominados em dólares americanos e emitidos ou garantidos por Governos. Isto foi considerado necessário para evitar a exposição a situações de risco e volatilidade numa

[12] Os "Fundos de Riqueza Soberana: Princípios e Práticas Geralmente Aceites" do Grupo de Trabalho Internacional, também conhecidos como Princípios de Santiago. Os Princípios identificam um quadro de princípios e práticas geralmente aceites que reflectem devidamente os acordos de governação e de responsabilização, bem como a condução de práticas de investimento por parte de Fundos de Riqueza Soberana (FRSs) numa base sólida e prudente.

altura em que se estava a criar capacidade. Foi também considerado importante dar tempo para gerar apoio do público e evitar turbulência em termos de perdas de mercado antes de a administração estabelecer um certo grau de integridade, credibilidade e reputação de profissionalismo.

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero em 2011, que se seguiram a um processo longo e rigorosos que envolveu todos os intervenientes, permitiram uma alocação até 50,0% para acções públicas, uma alocação não inferior a 50,0% em rendimentos fixos e um limite máximo de 5,0% em instrumentos alternativos. A justificação para estas alterações assentou em dois aspectos:

1. *Diversificação.* Este é o processo de expor uma carteira a um número de classes de aplicações diferentes (por exemplo títulos e acções) ao invés de a concentrar em apenas uma classe. A chave para o processo de diversificação é que no geral diferentes classes de aplicações não seguem os mesmos percursos. A combinação de aplicações com retornos correlacionados e forma menos que perfeita pode assim mitigar a volatilidade geral.

2. *Possibilitação de gastos sustentáveis*. O Governo acredita que uma alocação alvo de 40,0% de acções ao longo do tempo irá permitir ao Fundo gerar um retorno real de 3,0% com uma probabilidade razoável. Isto será uma condição necessária para garantir a sustentabilidade dos gastos públicos, os quais são orientados pelo Rendimento Sustentável Estimado, estabelecido nos 3,0% da Riqueza Petrolífera. O Governo nota ao mesmo tempo que uma alocação mais elevada para a tradicionalmente mais volátil classe de aplicações de acções públicas envolverá mais flutuações a curto prazo nos retornos de investimento do Fundo. Tendo um horizonte de investimento a longo prazo, o Governo está pronto a aceitar este risco acrescido a curto prazo e acredita que as acções terão um desempenho a longo prazo melhor do que os títulos.

Tabela 2.5.3.3.1 Carteira e Estrutura de Gestores do Fundo Petrolífero

Número	Gestores e Mandatos em Junho de 2013	Peso	Valores de Mercado, em milhões de dólares	Retorno desde o início *
Total da Carteira do Fundo Petrolífero		**100,0%**	**13.624,0**	**3,9%**
Carteira de Juros Fixos Internacionais (Títulos)		***69,9%***	***9.516,4***	***3,3%***
1	Banco Central de Timor-Leste – BCTL			
	(Títulos do Tesouro dos EUA de 1 a 3 anos)	9,2%	1.250,7	0,4%
	(Títulos do Tesouro dos EUA de 3 a 5 anos)	40,6%	5.534,1	0,2%
`2	Banco de Compensações Internacionais – BIS	20,1%	2.731,6	0,4%
	(Títulos do Tesouro dos EUA de 5 a 10 anos)			
Carteira de Acções Internacionais		***30,2%***	***4.107,6***	***9,8%***
3	Schroders Investment Management – Schroders	5,2%	709,8	10,1%
	(MSCI world)			
4	State Street Global Advisors – SSgA	17,6%	2.395,1	14,3%
	(MSCI world)			
5	BlackRock	7,4%	1.002,7	4,1%
	(MSCI world)			

Fonte: BCTL – Relatório do Fundo Petrolífero no 2.º Trimestre de 2013.
*As datas de início para gestores diferentes não são equivalentes, pelo que não é possível fazer uma comparação directa entre retornos desde o início.

Neste objectivo de investimento a primeira prioridade do Governo tem sido o aumento gradual da alocação de acções, passando de 5,0% no final de 2011 para 40,0% em Junho de 2014, procurando entre outras coisas contrabalançar quaisquer efeitos adversos que possam resultar de um mau timing de mercado. No final do 2.º trimestre de 2013 a alocação do Fundo para acções era de 30,0%, com o restante a permanecer em títulos do Tesouro dos EUA. O Governo está actualmente a explorar formas de diversificar a carteira de títulos. Como primeiro passo para reduzir a concentração de títulos do Tesouro dos EUA, 10,0% do Fundo foram alocados para títulos soberanos de investimento em mercados desenvolvidos fora dos EUA.

A evolução da alocação de investimento do Fundo Petrolífero envolve um processo sólido e responsável de introdução de novos mandatos de investimento e gestores externos. A Tabela 2.5.3.3.1 mostra a carteira e estrutura de gestores do Fundo Petrolífero em Junho de 2013. O Governo está consciente de que o aumento do número de classes de aplicações e de subaplicações requer um quadro de monitorização mais sofisticado para garantir que cada gestor tem um bom desempenho e que cumpre as orientações. Em termos gerais, o desenvolvimento gradual da estrutura e das capacidades de governação é um pré-requisito para o sucesso do desenvolvimento da estratégia de investimento.

Projecção do Desenvolvimento do Fundo Petrolífero

O saldo do Fundo é de 13.624,0 milhões de dólares em Junho de 2013. Isto representa um aumento de 1.848,8 milhões desde o início do ano. Prevê-se que o saldo do Fundo seja de 14.058,5 milhões no final de 2013, após deduzir a transferência de 787,0 milhões de dólares em 2013 aprovada pelo Parlamento Nacional.

A estimativa actual, indicada na Tabela 2.5.3.3.2, é de que o valor total do Fundo será de 14.058,5 milhões de dólares no final de 2013 e de 15.369,0 milhões no final de 2014, partindo do princípio que haverá transferências superiores ao RSE entre 2014 e 2018, conforme a Tabela 2.1.1.2.

Tabela 2.5.3.3.2 Estimativa das Poupanças do Fundo Petrolífero entre 2011 e 2016, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	Estimat. para 2013	Orçam. para 2014	2015	2016	2017	2018
Saldo de Abertura do FP	**9.310,3**	**11.775,3**	**14.058,5**	**15.369,0**	**16.344,4**	**17.372,0**	**18.460,3**
Receitas Petrolíferas (excluindo Juros do FP)	3.559,1	2.693,3	1.443,1	1.695,9	1.740,7	1.416,6	1.097,8
Juros do Fundo Petrolífero, Líquidos*	400,8	376,9	770,3	874,8	942,2	1.007,2	1.058,6
Total de Transferências	1.494,9	787,0	902,9	1.595,3	1.655,3	1.335,5	1.311,8
Saldo de Fecho do FP	**11.775,3**	**14.058,5**	**15.369,0**	**16.344,4**	**17.372,0**	**18.460,3**	**19.304,9**

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero
*líquidos de reavaliação ao nível de gestão e mercado

2.6: Financiamento

2.6.1 Introdução

A Tabela 2.6.1.1. apresenta o financiamento do Orçamento Geral do Estado para 2014. O financiamento é definido como as receitas domésticas menos o total das despesas. Os componentes são o RSE, as transferências superiores ao RSE a partir do Fundo Petrolífero, os empréstimos e a utilização do saldo de dinheiro.

O defice não petrolífero mostra a contribuição aproximada da procura agregada de gastos pelo Governo. Quando as despesas são financiadas sobretudo através de receitas domésticas o aumento nas despesas governamentais é proporcional à redução nos gastos por parte de empresas e indivíduos (já que têm de pagar impostos). Por outro lado, caso a despesa seja financiada através de transferências a partir do Fundo Petrolífero isso significa que se está a injectar mais dinheiro na economia, o que se pensa que possa fomentar a procura. Todavia, se não houver um aumento semelhante na oferta isso poderá resultar numa pressão inflacionária elevada.

Tal como se pode ver na Tabela 2.6.1.1, o RSE, as transferências a partir do Fundo Petrolífero, o uso do saldo de dinheiro e a contracção de empréstimos contribuem para o financiamento do orçamento para 2014. Em relação ao orçamento para 2014, os empréstimos continuam a representar uma proporção relativamente menor do financiamento geral, embora se preveja que este número vá aumentar no futuro.

Tabela 2.6.1.1: Financiamento de 2014 a 2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Total do Financiamento	**1.333,9**	**1.712,5**	**1.813,8**	**1.503,0**	**1.348,8**
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	632,3	638,7	625,8	610,8	604,9
Transferências superiores ao RSE a partir do FP	270,6	956,5	1.029,5	724,8	707,0
Uso do Saldo de Dinheiro	400,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	31,1	117,3	158,5	167,5	37,0

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento, Unidade de Administração do Fundo Petrolífero e Secretariado dos Grandes Projectos

A secção de financiamento está por sua vez subdividida em quatro secções. A primeira incide na explicação do RSE e do conceito de transferências superiores ao seu valor. A segunda e a terceira secções incidem respectivamente no uso de empréstimos e do Saldo de Dinheiro. Por fim, a última secção fala sobre as Parceiras Público-Privadas (PPPs).

2.6.2 RSE e Transferências Superiores ao RSE

Tal como descrito na secção 2.5.3.2, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) foi calculado nos 632,3 milhões de dólares para 2014. De acordo com a Lei de 2005, o RSE corresponde à quantidade máxima que pode ser retirada a cada ano fiscal de forma a preservar recursos suficientes no Fundo Petrolífero para os próximos anos e é calculado a 3% da riqueza petrolífera. O valor estimado do RSE em 2014 é inferior ao do RSE em 2013, o qual tinha sido previsto em 787,0 milhões de dólares. As razões principais que levaram a esta redução no RSE prendem-se com a diminuição na produção estimada e com um ligeiro aumento nos custos previstos.

Contudo, importa salientar que o RSE é baseado nos dados fornecidos pelo Operador, que serão sujeitos a auditoria em 2014.

2.6.3 Empréstimos

Esta secção começa por descrever a justificação subjacente à contracção de empréstimos, passando de seguida a descrever os empréstimos contraídos em 2014.

Aquando da decisão sobre o método de financiamento para as infra-estruturas necessárias e acordadas, o Governo tem duas alternativas caso a despesa necessária ultrapasse a soma do RSE e das receitas domésticas. A primeira alternativa é financiar a despesa através de transferências superiores ao RSE, todavia esta medida pode ter um custo de oportunidade

muito elevado, uma vez que se abdica de retornos de investimentos do Fundo Petrolífero, os quais vêm a ser cada vez mais significativos. A segunda alternativa é contrair empréstimos, caso estes tenham taxas de juro baixas e sejam utilizados para financiar projectos com qualidade e retorno elevados tanto de uma perspectiva económica como social.

A presente secção irá descrever dois empréstimos, nomeadamente o empréstimo do BAD para melhoria da estrada entre Manatuto e Natarbora e o empréstimo do Banco Mundial para tornar as estradas resistentes ao clima (a tabela 2.6.3.1 contém detalhes sobre ambos). Estes dois projectos fazem parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento, o qual pretende reabilitar todas as principais artérias rodoviárias até 2017, e apresentam Taxas de Retorno Económico Interno elevadas, sendo que esta taxa é uma medida utilizada para comparar a viabilidade de um investimento.

O valor total do projecto de reabilitação rodoviária de Manatuto a Natarbora, incluindo a contribuição governamental de 73 milhões de dólares, é de aproximadamente 123 milhões. Os 50 milhões em empréstimos são obtidos a partir de duas fontes, o Fundo Especial (6.672.000 DES, aproximadamente equivalentes a 10 milhões de dólares) e os RCO (40 milhões de dólares), com taxas de juro respectivamente de 2% e LIBOR + 50bps (+0,5 pontos percentuais). Para lá disto, ambos os empréstimos têm um período de carência de 5 anos (o que significa que a dívida só começa a ser amortizada passados 5 anos). Ambas estas taxas são inferiores ao que o Governo teria de pagar em juros caso pedisse emprestados estes valores a instituições privadas, sendo que a taxa de juro é também inferior ao rendimento previsto para os investimentos do Fundo Petrolífero, a qual se situou nos 4.07% este ano mas que deverá atingir os 5,7% a longo prazo. Note-se contudo que, uma vez que o componente do Fundo Especial do empréstimo é em DES (Direitos Especiais de Saque), um cabaz do FMI composto pelas moedas do euro, iene, dólar e libra esterlina, este empréstimo está exposto a algum risco cambial. Por fim, deve igualmente ser referido que a Taxa de Retorno Económico Interno estimada deste projecto é de 9%.

Durante o curso de 2013 o Governo assinou também o seu primeiro empréstimo junto do Banco Mundial, visando financiar o Projecto de Resistência das Estradas ao Clima entre Solerema e Ainaro. O valor total do projecto é de 87 milhões de dólares, incluindo a contribuição governamental de 47 milhões. Os restantes 40 milhões têm dois componentes. O primeiro componente é um empréstimo da AID no valor de 25 milhões de dólares, com uma taxa de juro de 2% e um período de carência de 5 anos. O segundo componente é um empréstimo do BIRD no valor de 15 milhões de dólares, com uma taxa de juro prevista de 3,7% e um período de carência de 8 anos. Note-se, contudo, que não é possível prever com exactidão a taxa de juro do empréstimo junto do BIRD, embora se saiba que esta deverá oscilar entre os 3,2 e os 3,8%. Por fim, dado que este empréstimo é totalmente em dólares americanos, não está sujeito a riscos cambiais.

Tabela 2.6.3.1: Informações sobre Acordos de Empréstimos Assinados

	Empréstimo 1: BAD Manatuto a Natarbora	Empréstimo 2: Banco Mundial Solerema a Ainaro
Valor Total do Empréstimo	**50,0 milhões de dólares**	**40,0 milhões de dólares**
Contribuição Contrapartida do Governo	73 milhões	47 milhões
Data de Assinatura	Ainda não assinado	18 Novembro 2013
Período de Carência	5 anos	AID 5 anos BIRD 8 anos
Período de Amortização	25 anos	AID 25 anos BIRD 28 anos
Taxa de Juro	SF: 2% OCR:LIBOR + 0.5 bps	AID: 2% BIRD: previsto nos 3,7%

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos

A Tabela 2.6.3.2. descreve o fluxo em termos do total de desembolsos com empréstimos. Deve-se notar porém que a amortização dos empréstimos só começa em 2017, ano em que termina o período de carência para parte do empréstimo do BAD assinado em Maio de 2012.

Tabela 2.6.3.2: Total de Desembolsos com Empréstimos, 2014 a 2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Total de Desembolsos com Empréstimos	31,1	117,3	158,5	167,4	37,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos

2.6.4 Uso do Saldo de Dinheiro

Prevê-se que as despesas concretas em 2013 fiquem aquém da estimativa orçamental. Isto implica um saldo financeiro não irrisório no FCTL, no Fundo das Infra-estruturas e no FDCH. O Governo tenciona utilizar o saldo de dinheiro para pagar despesas em 2014.

A discriminação do uso do saldo de dinheiro é apresentada na Tabela 2.6.4.1. 202,9 milhões de dólares provêm do Fundo das Infra-estruturas. O transporte proveniente do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano é muito menor, 3,1 milhões de dólares. Finalmente, um montante de 194,0 milhões de dólares será retirado da Conta do Tesouro.

Tabela 2.6.4.1: Uso do Saldo de Dinheiro 2014, em milhões de dólares

Total	**400,0**
Transporte do Fundo das Infra-estruturas (não inclui emprésimos) e líquido de deduções	202,9
Transporte do FDCH	3,1
Levantamento do Saldo da Conta do Tesouro	194,0

2.6.5 Parcerias Público-Privadas

As Parcerias Público-Privadas ("PPPs") são um relacionamento económico entre uma autoridade do sector público e uma empresa do sector privado, através do qual a empresa do sector privado presta um bem ou serviço de interesse público e partilha os respectivos riscos financeiros, técnicos e operacionais. A justificação subjacente para PPPs em Timor-Leste é que este tipo de acordo empresarial tem potencial para permitir ao Governo beneficiar dos conhecimentos especializados e do financiamento do sector privado, possibilitando assim a obtenção de resultados com maior qualidade e eficiência, ao mesmo tempo que os riscos suportados pelo Governo são menores. Todavia, no caso de Timor-Leste estes projectos só podem ser realizados se estiverem alinhados com os objectivos de desenvolvimento do Governo e se tiverem taxas elevadas de retorno económico e social.

Tendo concluído uma política e quadro legal de PPPs, Timor-Leste aprovou já uma PPP relativa ao Porto de Tibar.

O projecto do Porto de Tibar foi aprovado pelo Conselho de Ministros a 2 de Agosto de 2013, tendo ficado definido o dia 5 de Setembro de 2013 como prazo para apresentação de expressões de interesse. Espera-se que o Porto de Tibar cumpra os padrões internacionais em áreas tais como eficiência e operações de carga. Crê-se por conseguinte que o projecto irá aliviar o congestionamento e resolver algumas das limitações do Porto de Díli, cujas possibilidades de expansão são muito limitadas e que só consegue receber pequenas embarcações. Isto é visto como necessário em face do aumento esperado da procura por importações, resultante do crescimento económico previsto para Timor-Leste. Em termos de construção o projecto tem três componentes principais: preparação do local, assentamento das instalações portuárias e manutenção dessas mesmas instalações, tanto durante como após a sua implementação.

Parte 3: Lei do Orçamento Geral do Estado para 2014

3.1 Texto da Lei do Orçamento Geral do Estado

V GOVERNOCONSTITUCIONAL

Proposta de Lei n.º /2013

de.....de.....

DECRETO Nº 8/III

Orçamento Geral do Estado para 2014

O Orçamento Geral do Estado para 2014 engloba todas as receitas e despesas do Estado para o ano financeiro de 2014.

O Anexo I à Lei do Orçamento Geral do Estado para 2014, doravante designado por OGE, estabelece o total estimado das receitas do Estado de Janeiro a Dezembro de 2014 provenientes de todas as fontes: petrolíferas e não petrolíferas (fiscais, não fiscais e provenientes de empréstimos).

O total estimado de receitas é de 2.410,5 milhões de dólares.

O Anexo II à presente lei estabelece todas as dotações orçamentais, sistematizadas da seguinte forma:

1. 176,751 milhões de dólares para Salários e Vencimentos;
2. 480,277 milhões de dólares para Bens e Serviços;
3. 335,501 milhões de dólares para Transferências Públicas;
4. 52,122 milhões de dólares para Capital Menor;
5. 455,349 milhões de dólares para Capital de Desenvolvimento.

Excluindo os serviços e fundos autónomos, os fundos especiais e os empréstimos, o total das dotações orçamentais é de 1.074,522 milhões de dólares.

O OGE inclui todas as receitas e despesas a partir dos serviços e fundos autónomos, nomeadamente a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL), a Autoridade Portuária de Timor-Leste (APORTIL - incluindo Berlim-Nakroma), o Instituto de Gestão de Equipamento (IGE) e o Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES). As receitas dessas entidades estão incluídas na rubrica relativa às receitas próprias dos serviços e fundos autónomos no Anexo I, estando o orçamento de despesas inscrito no Anexo III.

O total das estimativas das despesas para os serviços e fundos autónomos em 2014 é de 16,927 milhões de dólares, dos quais 12,159 milhões de dólares são transferidos a partir do OGE, a fim de cobrir despesas superiores às suas receitas próprias.

O total da dotação orçamental para o Fundo das Infraestruturas é de 368,551 milhões de dólares, incluindo empréstimos, e de 337,501 milhões de dólares, excluindo empréstimos. O saldo transitado do ano de 2013, nos termos da lei, é de 221,013 milhões de dólares.

O total da dotação orçamental para o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano é de 40 milhões de dólares, dos quais o valor de 3,079 milhões de dólares corresponde ao saldo transitado do ano de 2013, nos termos da lei.

O total estimado das despesas do OGE é de 1.500 milhões de dólares.

O total máximo aprovado para financiamento com recurso ao endividamento público, em 2014, é de 31,1 milhões de dólares.

As receitas não petrolíferas estimadas, incluindo as dos serviços e fundos autónomos, são de 166,1 milhões de dólares.

Assim, o défice fiscal é de 1.333,9 milhões de dólares, o qual é financiado em 902,9 milhões de dólares, a partir do Fundo Petrolífero, em 31,1 milhões de dólares, através do recurso ao crédito público, em 206 milhões de dólares, a partir do saldo transitado dos Fundos Especiais (202,9 milhões de dólares do Fundo das Infraestruturas e 3,1 milhões de dólares do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano), e em 194 milhões de dólares, a partir do saldo da Conta do Tesouro.

O Parlamento Nacional decreta, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 95.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Capítulo I
Definições e aprovação

Artigo 1.º

Definições

Para os efeitos da presente lei, entende-se por:

a) "Categoria de Despesa" – O agrupamento das despesas sob as cinco categorias seguintes:

   i) "Salários e Vencimentos", o montante global que um Órgão pode gastar com Salários e Vencimentos para os titulares dos cargos políticos e os funcionários permanentes e temporários;

ii) "Bens e Serviços", o montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de Bens e Serviços;

iii) “Transferências Públicas”, o montante global que um Órgão pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;

iv) "Capital Menor", o montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor;

v) “Capital de Desenvolvimento", o montante global que um Órgão pode gastar em projetos de Capital de Desenvolvimento;

b) "Despesas Compensadas pelas Receitas", as despesas suportadas pelas receitas próprias cobradas pelos serviços e fundos autónomos, desde que o montante não exceda o valor total das receitas que deram entrada nas contas relevantes do Tesouro;

c) "Dotação Orçamental", o montante máximo inscrito no OGE a favor de um Órgão com vista à realização de determinada despesa;

d) "Órgão / Órgãos", o termo genérico adotado no OGE para indicar o setor público administrativo sujeito à disciplina orçamental e que, segundo a classificação orgânica, se pode dividir em títulos, tais como Gabinete do Presidente da República, Parlamento Nacional, Governo(Gabinete do Primeiro-Ministro, Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios e Secretarias de Estado), Tribunais e Procuradoria Geral da República, bem como outras instituições que constam do Anexo II;

e) "Rubricas de Despesa", as rubricas de despesa desagregada dentro de cada Categoria de Despesa, com base na estrutura de código de contas de despesa mantida pelo Tesouro.

Artigo 2.º
Aprovação

É aprovado o Orçamento Geral do Estado para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2014, incluindo:

a) O total das receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos serviços e fundos autónomos, dos fundos especiais e dos empréstimos, constantes do Anexo I à presente lei, dela fazendo parte integrante;

b) O total das despesas por agrupamentos, incluindo as verbas a serem transferidas do Orçamento Geral do Estado para os serviços e fundos autónomos em 2014, constantes do Anexo II à presente lei, dela fazendo parte integrante;

c) O total das despesas dos serviços e fundos autónomos a serem financiadas a partir das suas receitas próprias e do Orçamento Geral do Estado, constantes do Anexo III à presente lei, dela fazendo parte integrante;

d) O total das despesas correspondentes à dotação do Fundo das Infraestruturas para 2014, incluindo saldos transitados e despesas financiadas através do recurso ao endividamento público, constantes do Anexo IV à presente lei, dela fazendo parte integrante;

e) O total das despesas correspondentes à dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano para 2014, incluindo saldos transitados, constantes do Anexo V à presente lei, dela fazendo parte integrante.

Capítulo II
Receitas

Artigo 3.º
Impostos e taxas

Durante o ano de 2014, o Governo está autorizado a cobrar os impostos e taxas constantes da legislação em vigor.

Capítulo III
Autorização para transferência do Fundo Petrolífero

Artigo 4.º
Limite autorizado para financiamento do OGE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro (Lei do Fundo Petrolífero), o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2014 não excede 902,9 milhões de dólares e só se efetua após cumprimento do disposto no artigo 8.º da supracitada lei.

Capítulo IV
Constituição de dívida pública, parcerias público-privadas e garantia

Artigo 5.º
Montante máximo de endividamento autorizado

1. Com o objetivo de fazer face às necessidades de financiamento relacionadas com a construção de infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento do País, fica o Governo autorizado, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, alterada pelas Leis n^{os} 9/2011, de 17 de Agosto, e 3/2013, de 7 de Agosto, sobre Orçamento e Gestão Financeira, e do artigo 3.º da Lei n.º 13/2011, de 28 de Setembro, sobre o Regime da Dívida Pública, a recorrer ao endividamento externo concessional até ao montante máximo de 270 milhões de dólares, com um prazo máximo de 40 anos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em 2014 o financiamento proveniente de empréstimos não excede 31,1 milhões de dólares.

Artigo 6.º
Montante máximo autorizado para acordos de parcerias público-privadas

1. Em 2014, o Governo fica autorizado a assinar acordos de parcerias público-privadas até ao montante máximo de 500 milhões de dólares.

2. Para efeitos do número anterior e da administração e gestão das participações do Estado, é competente a entidade responsável para tal, nos termos da lei.

Artigo 7.º

Montante máximo autorizado para Quota de Membro de Organização Internacional

1. Em 2014, o Governo fica autorizado a assinar a garantia de pagamento da quota de membro do Fundo Monetário Internacional, caso a referida seja solicitada, até ao montante máximo de 3 milhões de dólares.
2. Qualquer pagamento relacionado com o referido no número anterior deve ser aprovado pelo Parlamento Nacional.

Capítulo V
Execução orçamental

Artigo 8.º

Regras complementares de execução orçamental

1. A execução orçamental pelos Órgãos deve obrigatoriamente ser feita com recurso ao Sistema Informático de Gestão Financeira.

2. Em 2014, a fiscalização da execução orçamental pelo Parlamento Nacional incide particularmente sobre todas as despesas recorrentes.

3. A contratação pública por ajuste direto apenas é permitida a cada Órgão até 10% do total das respetivas dotações orçamentais para 2014, sem prejuízo da observância das normas legais sobre a sua admissibilidade.

4. O Parlamento Nacional realiza um debate trimestral, sobre a execução orçamental de cada ministério, secretaria de Estado e serviço e fundo autónomo, com a presença dos respetivos membros do Governo e dirigentes máximos.

5. Se, até ao final do terceiro trimestre, a execução orçamental atingir 75%, o Governo pode recorrer à transferência do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado, informando previamente o Parlamento Nacional e assegurada uma reserva de 200 milhões de dólares na Conta do Tesouro.

6. Caso, durante o terceiro trimestre, se preveja que a taxa de execução orçamental até ao final do ano venha a ser inferior a 80%, deve o Orçamento ser retificado, diminuindo-se o respetivo montante total, entre os meses de Julho e Setembro.

7. Os pedidos de uso da reserva de contingência devem ser devidamente justificados nos termos do nº 3 do artigo 7.º e do artigo 37.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, alterada pelas Leis n^{os} 9/2011, de 17 de Agosto, e 3/2013, de 7 de Agosto, sobre Orçamento e Gestão Financeira, e devem conter a descrição detalhada das atividades a realizar.

Artigo 9.º

Pagamento de impostos sobre importações

O Tesouro fica autorizado a estabelecer e implementar um mecanismo de contabilidade para o registo e controlo das receitas e despesas, correspondente ao pagamento de impostos sobre importações efetuadas pelos Órgãos ou em seu nome.

Artigo 10.º
Dotações para todo o Governo

De acordo com os critérios claros e precisos estabelecidos relativamente às despesas públicas, o Governo inscreve no orçamento das Dotações para Todo o Governo as seguintes dotações, cuja gestão fica a cargo do Ministério das Finanças:

a) Fundo de Contrapartidas;
b) Auditoria Externa;
c) Reserva de Contingência;
d) Quotas de Membro de Instituições Internacionais;
e) Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania;
f) Construção dos Postos Integrados na Fronteira;
g) Fundo de Contribuição às Instituições de Caráter Social;
h) Provisão para g7+, Secretariado e Fundação;
i) Serviço de Registo e Verificação Empresarial;
j) Secretariado dos Grandes Projetos;
k) Provisão para Serviços Legais;
l) Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP;
m) Provisão para Linha de Crédito Através de Instituição Bancária;
n) Contribuição Financeira;
o) Provisão para Atividades de Pesquisa Estatística;
p) Provisão para Diagnóstico dos Recursos Humanos;
q) Debate sobre Legislação Fiscal e Macroeconomia;
r) Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste.

Capítulo VI
Serviços e fundos autónomos e fundos especiais

Artigo 11.º
Receitas próprias

1. As previsões das receitas a serem cobradas pelos serviços e fundos autónomos constam do Anexo I.

2. As despesas resultantes das transferências a partir do OGE para os serviços e fundos autónomos e para os fundos especiais, bem como a previsão das respetivas despesas, constam do Anexo II.
3. Os orçamentos por categoria de despesa relativos aos serviços e fundos autónomos parcialmente financiados por receitas próprias constam do Anexo III.
4. A dotação do Fundo das Infraestruturas consta do Anexo IV.
5. A dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano consta do Anexo V.
6. Os Avisos de Autorização de Despesa a favor dos serviços e fundos autónomos, a partir das receitas próprias, só podem ser autorizados após receção, por parte do Estado, das respetivas receitas, sendo as referidas autorizações obrigatoriamente de valor igual ou inferior.

Capítulo VII
Disposições Finais

Artigo 12.º
Financiamento através de doadores independentes

1. Cada Órgão só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas afetações orçamentais na presente lei mediante parecer prévio obrigatório do ministro responsável pela área das Finanças.
2. A gestão do financiamento previsto no número anterior deve ser feita de acordo com as diretivas emitidas pelo Ministério das Finanças e com os requisitos dos doadores.

Artigo 13.º
Responsabilidade

1. A assinatura de contratos sem cabimento orçamental gera responsabilidade política, financeira, civil e criminal, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, alterada pelas Leis n^{os} 9/2011, de 17 de Agosto, e 3/2013, de 7 de Agosto, sobre Orçamento e Gestão Financeira.
2. Para efeitos de efetivação da responsabilidade financeira prevista no número anterior, considera-se que o titular do cargo político procede, com tal conduta, a um pagamento indevido, sujeito a condenação em reposição da quantia correspondente, nos termos dos artigos 44.º e seguintes da Lei n.º 9/2011, de 17 de Agosto, que aprova a Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3/2013, de 7 de Agosto.

Artigo 14.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014.

Aprovada em 24 de Janeiro de 2014.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Vicente da Silva Guterres

Promulgada em

Publique-se.

O Presidente da República,

Taur Matan Ruak

ANEXO I

Estimativa de receitas a serem cobradas e financiamento das despesas do Orçamento Geral do Estado para 2014 (US $ milhões)*

Tabela I - Estimativa de receitas

1	**Receitas Totais**	**2,410.5**
1.1	**Receitas Petrolíferas**	**2,213.4**
1.1.1	Impostos sobre lucros petrolíferos	681.1
1.1.2	Impostos do Mar de Timor (incluindo Kitan)	200.1
1.1.3	Impostos sobre o Rendimento	303.2
1.1.4	Impostos sobre Lucros Adicionais	204.5
1.1.5	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	54.2
1.1.6	Juros do Fundo Petrolífero	770.3
1.2	**Receitas Não Petrolíferas**	**161.4**
1.2.1	Impostos Diretos	45.1
1.2.2	Impostos Indiretos	74.6
1.2.3	Outras Receitas e Taxas	0.3
1.2.4	Taxas e Encargos	15.5
1.2.5	Receitas dos Jogos Sociais	0.2
1.2.6	Vendas de Arroz	6.4
1.2.7	Vendas de Produtos Locais	0.1
1.2.8	Juros da Conta do Tesouro	0.2
1.2.9	Receitas de Eletricidade	19.0
1.3	**Doações**	**0.0**
1.4	**Receitas Próprias dos Serviços e Fundos Autónomos**	**4.8**
1.5	**Empréstimos**	**31.1**

Tabela II – Financiamento das despesas

Receitas não petrolíferas incluindo receitas próprias dos serviços e fundos autónomos	166.1
Transferência do Fundo Petrolífero	902.9
Empréstimos	31.1
Saldo da Conta do Tesouro	194.0
Saldo do Fundo das Infraestruturas	202.9
Saldo do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	3.1
Total	**1,500.0**

*Valores arredondados

ANEXO II
Dotações Orçamentais para 2014 (US$'000)

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Incluindo Serviços e Fundos Autónomos, Fundos Especiais e Empréstimos	**176,751**	**480,277**	**335,501**	**52,122**	**455,349**	**1,500,000**
Excluindo Serviços e Fundos Autónomos, Fundos Especiais e Empréstimos	**174,706**	**432,373**	**335,501**	**45,944**	**85,998**	**1,074,522**
Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	**176,751**	**440,277**	**335,501**	**52,122**	**86,798**	**1,091,449**
Total Serviços e Fundos Autónomos	**2,046**	**7,904**	**-**	**6,178**	**800**	**16,927**
Total Fundos Especiais	**-**	**40,000**	**-**	**-**	**368,551**	**408,551**
Fundos Especiais (Excluindo Empréstimo)- Nova Dotação	**-**	**36,921**	**-**	**-**	**134,595**	**171,516**
Fundos Especiais (Excluindo Empréstimo)- Saldo Transitado de 2013	**-**	**3,079**	**-**	**-**	**202,905**	**205,984**
Empréstimo - Nova Dotação	**-**	**-**	**-**	**-**	**12,943**	**12,943**
Empréstimo - Saldo Transitado de 2013	**-**	**-**	**-**	**-**	**18,108**	**18,108**
Presidência da República	**774**	**6,492**	**-**	**1,772**	**500**	**9,538**
Gabinete do Presidente da República	-	750	-	-	-	750
Casa Civil	774	4,808	-	1,362	500	7,444
Casa Militar	-	551	-	342	-	893
Secretariado Técnico Post CAVR	-	383	-	68	-	451
Parlamento Nacional	**4,337**	**8,168**	**748**	**1,625**	**472**	**15,351**
Parlamento Nacional	3,347	1,789	-	115	-	5,250
Gabinete do Presidente do Parlamento	73	731	-	-	-	804
Bancadas Parlamentares	-	-	748	-	-	748
Secretariado do Parlamento Nacional	917	3,775	-	1,494	472	6,659
Comissão A	-	150	-	-	-	150
Comissão B	-	141	-	-	-	141
Comissão C	-	175	-	-	-	175
Comissão D	-	151	-	-	-	151
Comissão E	-	153	-	-	-	153
Comissão F	-	237	-	-	-	237
Comissão G	-	68	-	-	-	68

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Conselho de Fiscalização SNI	-	283	-	9	-	293
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	375	-	7	-	382
Grupo Mulheres Parlamentares de Timor Leste	-	139	-	-	-	139
Primeiro-Ministro	**842**	**11,448**	**41,960**	**9,193**	**39,360**	**102,803**
Gabinete do Primeiro-Ministro	92	-	-	-	-	92
Secretariado do Primeiro-Ministro	24	2,446	-	-	-	2,470
Gabinete da Inspeção-Geral (IG)	288	969	-	29	-	1,286
Direção-Geral	17	7	-	-	-	24
Direção Nacional de Administração e Finanças	69	1,188	-	165	-	1,422
Direção Nacional de Recursos Humanos	73	41	-	-	-	114
Assessoria da Sociedade Civil	31	123	15,460	-	-	15,614
Residência Oficial do Primeiro-Ministro	-	82	-	-	-	82
Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN)	-	1,920	26,500	1,615	-	30,035
Programa Desenvolvimento Integrado Distrital (PDID)	-	-	-	-	39,360	39,360
Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA)	-	2,506	-	194	-	2,700
Serviço Nacional de Inteligência (SNI)	211	1,867	-	7,150	-	9,228
Agência de Planeamento Estratégico Investimento (APEI)	37	298	-	40	-	375
Vice Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais	**165**	**861**	**590**	**13**	**-**	**1,629**
Gabinete do Vice Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais	165	861	590	13	-	1,629
Ministro de Estado da Presidência do Conselho dos Ministros	**354**	**6,110**	**20,500**	**229**	**-**	**27,193**
Gabinete do Ministro	79	931	-	-	-	1,010
Direção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	183	1,199	-	198	-	1,580
Direção Nacional dos Serviços de Tradução	67	76	-	31	-	174
Unidade de Apoio Jurídico	26	504	-	-	-	530
Projeto de Zona Especial de Economia Social de Mercado	-	2,400	20,500	-	-	22,900
Comissão Ad hoc Trilateral Timor-Leste, Austrália & Indonésia	-	1,000	-	-	-	1,000
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	**152**	**792**	**-**	**3,000**	**-**	**3,944**
Gabinete do Secretário de Estado	67	469	-	200	-	736
Gráfica Nacional	85	324	-	2,800	-	3,208
Secretaria de Estado Assuntos Parlamentares	**89**	**153**	**-**	**-**	**-**	**241**

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete da Secretária de Estado	89	153	-	-	-	241
Secretaria de Estado da Comunicação Social	**248**	**1,364**	**300**	**126**	**-**	**2,037**
Gabinete do Secretário de Estado	63	522	200	39	-	824
Direção de Disseminação de Informação	82	452	100	74	-	708
Centro de Rádio Comunitárias	60	390	-	13	-	463
Direção Nacional Administração e Finanças	43	-	-	-	-	43
Secretário de Estado do Fortalecimento Institucional	**114**	**1,095**	**750**	**19**	**-**	**1,978**
Gabinete do Secretário de Estado	114	1,095	750	19	-	1,978
Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Setor Privado	**509**	**2,108**	**100**	**274**	**-**	**2,991**
Secretaria de Estado	67	1,307	-	140	-	1,514
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	432	495	100	94	-	1,121
Agência Especializada de Investimento	10	306	-	40	-	356
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade	**277**	**1,268**	**1,000**	**61**	**-**	**2,606**
Gabinete da Secretária de Estado	65	202	-	-	-	267
Direção-Geral	51	167	-	5	-	223
Direção Nacional da Administração, Logística e Finanças	55	359	-	36	-	450
Direção Nacional de Política e Desenvolvimento do Género	92	523	1,000	19	-	1,634
Inspetor e Auditor	14	17	-	1	-	32
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	**472**	**1,431**	**6,527**	**29**	**-**	**8,459**
Gabinete do Secretário de Estado	66	540	400	-	-	1,006
Direção-Geral	12	21	-	-	-	32
Direção Nacional de Administração e Finanças	176	648	-	29	-	852
Direção Nacional da Juventude	42	17	624	-	-	683
Direção Nacional da Educação Física e Desporto	39	23	4,591	-	-	4,653
Direção Nacional da Política do Desenvolvimento	30	39	456	-	-	525
Direção Nacional de Comunicação	47	113	-	-	-	159
Direção Nacional de Arte	30	11	456	-	-	497
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	34	20	-	-	-	53
Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego	**1,447**	**1,665**	**12,023**	**187**	**-**	**15,322**
Gabinete do Secretário de Estado	69	278	-	3	-	350

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Inspeção Geral do Trabalho	189	181	-	149	-	519
Direção-Geral	147	40	-	7	-	194
Direção Nacional de Administração e Finanças	246	503	-	9	-	758
Direção Nacional do Aprovisionamento	21	16	-	-	-	37
Direção Nacional da Condição do Trabalho	34	63	-	-	-	97
Direção Nacional da Prevenção de Risco Profissional	28	56	-	-	-	84
Direção Nacional da Colocação, Emprego e Proteção do Desemprego	28	30	-	4	-	62
Direção Nacional da Segurança e Proteção Social	24	18	-	5	-	47
Direção Nacional da Formação Profissional	114	69	-	3	-	186
Direção Nacional de Emprego	101	76	12,014	2	-	12,193
Direção Nacional das Relações de Trabalho	82	62	9	6	-	159
Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional de Trabalho	41	25	-	-	-	66
Gabinete de Assistência Jurídica	8	9	-	-	-	17
Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão de Obra	19	65	-	-	-	84
Gabinete do Fundo de Emprego e Formação Profissional	10	22	-	-	-	32
Adido do Trabalho na Coreia do Sul	204	104	-	-	-	308
Centro de Formação SENAI	81	48	-	-	-	129
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	**11,442**	**16,676**	**7,507**	**1,446**	**-**	**37,071**
Gabinete do Ministro	34	947	-	-	-	981
Gabinete de Inspeção-Geral e Auditoria	-	220	-	-	-	220
Instituto Diplomático	-	272	-	295	-	567
Ordenador Nacional (NAO)	-	84	-	65	-	149
Agencia de Cooperação Internacional de Timor-Leste-ACTIL	-	432	7,068	-	-	7,500
Gabinete do Vice Ministro	27	252	-	-	-	279
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos da ASEAN	23	899	-	-	-	922
Direção Geral para os Assuntos ASEAN	-	100	-	-	-	100
Secretário Geral	11,358	4,299	439	419	-	16,515
Desvalorização do Dólar	-	489	-	30	-	519
Celebração dos Dias Nacionais	-	123	-	-	-	123
Direção Geral Protocolo	-	27	-	-	-	27

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Geral para os Assuntos Bilaterais da Ásia e Pacífico	-	100	-	-	-	100
Direção Geral para os Assuntos Bilaterais da América, Europa e África	-	200	-	-	-	200
Direção Geral para os Assuntos Multilaterais	-	200	-	-	-	200
Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Timorenses	-	640	-	45	-	685
Missão Permanente em Nova Iorque	-	435	-	-	-	435
Embaixada - Lisboa	-	271	-	9	-	280
Embaixada - Jacarta	-	221	-	-	-	221
Cônsul Geral - Denpasar	-	137	-	23	-	160
Consulado - Kupang	-	36	-	-	-	36
Demarcação da Fronteira Terrestre	-	380	-	90	-	470
Embaixada - Washington	-	424	-	53	-	477
Embaixada - Canberra	-	233	-	-	-	233
Cônsul Geral - Sidney	-	101	-	-	-	101
Consulado - Darwin	-	222	-	-	-	222
Embaixada - Kuala Lumpur	-	228	-	5	-	233
Embaixada - Bruxelas	-	328	-	-	-	328
Embaixada - Banguecoque	-	124	-	-	-	124
Embaixada - Tóquio	-	453	-	20	-	473
Embaixada - Pequim	-	232	-	-	-	232
Embaixada - Maputo	-	176	-	-	-	176
Embaixada - Havana	-	149	-	22	-	171
Embaixada - Manila	-	136	-	-	-	136
Missão Permanente em Genebra	-	224	-	-	-	224
Embaixada - Vaticano	-	216	-	10	-	226
Embaixada - Brasília	-	231	-	-	-	231
Embaixada - Seul	-	137	-	-	-	137
Embaixada - CPLP/Unesco	-	225	-	5	-	230
Embaixada Pretória	-	224	-	-	-	224
Embaixada - Luanda	-	234	-	2	-	236
Embaixada Singapura	-	447	-	6	-	453

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Embaixada - Vietname	-	167	-	22	-	189
Agente Consulado Atambua	-	43	-	-	-	43
Embaixada Londres	-	271	-	-	-	271
Embaixada Nova-Zelândia	-	219	-	-	-	219
Embaixada Laos	-	106	-	81	-	187
Embaixada Myanmar	-	116	-	81	-	197
Embaixada Camboja	-	107	-	81	-	188
Embaixada Brunei	-	139	-	82	-	221
Ministério da Defesa e Segurança	**25,550**	**35,506**	**300**	**7,266**	**825**	**69,447**
Ministro da Defesa e Segurança	**72**	**2,469**	**-**	**1,000**	**-**	**3,541**
Gabinete do Ministro	72	2,469	-	1,000	-	3,541
Secretaria de Estado da Defesa	**762**	**2,440**	**300**	**681**	**350**	**4,532**
Gabinete do Secretário de Estado	58	824	180	490	-	1,551
Direção-Geral	13	54	120	-	-	187
Gabinete de Inspeção e Auditoria	24	51	-	-	-	74
Direção Nacional de Administração e Finanças	50	829	-	153	350	1,381
Direção Nacional de Planeamento e Intercâmbio Internacional	518	420	-	14	-	952
Direção Nacional de Aprovisionamento	35	100	-	-	-	136
Direção Nacional do Património	42	84	-	-	-	126
Direção Nacional de Recursos Humanos	22	78	-	25	-	125
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	**7,645**	**11,306**	**-**	**2,600**	**-**	**21,551**
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	-	10,357	-	2,600	-	12,957
Quartel Geral das F-FDTL	7,645	949	-	-	-	8,594
Secretária de Estado de Segurança	**3,725**	**5,293**	**-**	**972**	**475**	**10,465**
Gabinete do Secretário de Estado	65	61	-	-	-	126
Direção-Geral	53	169	-	-	-	222
Gabinete de Inspeção e Auditoria	49	95	-	-	-	144
Direção Nacional de Administração	111	745	-	251	475	1,582
Direção Nacional de Finanças	57	23	-	-	-	80
Direção Nacional de Proteção Civil	1,006	685	-	383	-	2,073

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos	1,817	2,416	-	65	-	4,298
Direção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários	110	193	-	3	-	306
Direção Nacional de Aprovisionamento	68	40	-	-	-	108
Serviços de Migração - Civil	388	868	-	270	-	1,526
Polícia Nacional de Timor-Leste	**13,201**	**12,789**	**-**	**1,859**	**-**	**27,849**
Direção Nacional de Administração e Finanças	13,201	5,000	-	1,459	-	19,659
Unidade Especial da Polícia	-	1,760	-	100	-	1,860
Unidade de Patrulhamento das Fronteiras	-	855	-	161	-	1,016
Unidade Marítima	-	1,297	-	10	-	1,307
Comando Nacional de Operações	-	910	-	94	-	1,004
Centro da Formação da Polícia	-	922	-	34	-	956
Região I	-	904	-	3	-	907
Região II	-	522	-	-	-	522
Região III	-	518	-	-	-	518
Região Oecusse	-	101	-	-	-	101
Instituto de Defesa Nacional	**145**	**1,210**	**-**	**154**	**-**	**1,509**
Instituto de Defesa Nacional	145	1,210	-	154	-	1,509
Ministério das Finanças	**4,063**	**12,203**	**-**	**1,103**	**97**	**17,466**
Gabinetes da Ministra e da Vice-Ministra	95	-	-	-	-	95
Direção-Geral dos Serviços Corporativos	688	12,203	-	1,103	97	14,092
Direção-Geral de Finanças do Estado	381	-	-	-	-	381
Direção-Geral do Tesouro	353	-	-	-	-	353
Direção-Geral de Impostos	313	-	-	-	-	313
Direção-Geral das Alfândegas	1,328	-	-	-	-	1,328
Direção-Geral de Estatística	760	-	-	-	-	760
Unidades Orgânicas do Ministério	145	-	-	-	-	145
Dotações para todo o Governo	**-**	**44,000**	**48,691**	**-**	**245**	**92,935**
Fundo de Contrapartidas	-	5,000	-	-	-	5,000
Auditoria Externa	-	1,500	-	-	-	1,500
Reserva de Contingência	-	19,000	-	-	-	19,000

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	2,500	-	-	-	2,500
Pensões aos Ex. Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania	-	-	5,991	-	-	5,991
Construção de Postos Integrados na Fronteira	-	807	-	-	-	807
Fundo Contribuição às Instituições de Caráter Social	-	-	200	-	-	200
Provisão para g7+, Secretariado e Fundação	-	-	7,500	-	-	7,500
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	-	482	-	-	245	727
Secretariado dos Grandes Projetos	-	1,175	-	-	-	1,175
Provisão para Serviços Legais	-	10,000	-	-	-	10,000
Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP	-	2,086	-	-	-	2,086
Provisão para Linha de Crédito através de Instituição Bancária	-	-	10,000	-	-	10,000
Contribuição Financeira	-	-	5,000	-	-	5,000
Provisão para Atividades de Pesquisa Estatística	-	1,000	-	-	-	1,000
Provisão para Diagnóstico dos Recursos Humanos	-	150	-	-	-	150
Debate sobre Legislação Fiscal e Macroeconomia	-	300	-	-	-	300
Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste	-	-	20,000	-	-	20,000
Ministério da Justiça	**3,379**	**15,490**	**500**	**621**	**1,350**	**21,340**
Gabinete do Ministro	78	52	-	-	-	130
Gabinete do Vice Ministro	65	44	-	-	-	109
Gabinete do Secretário de Estado de Terras e Propriedades	63	39	-	-	-	102
Direção Geral	38	9	-	6	-	52
Gabinete de Inspeção e Auditoria	63	76	-	6	-	144
Direção Nacional de Administração e Finanças	270	11,199	-	431	-	11,900
Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	96	51	-	5	-	152
Direção Nacional dos Direitos Humanos da Cidadania	90	52	-	6	-	148
Direção Nacional dos Registos e do Notariado	563	1,862	-	38	200	2,663
Direção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	734	924	-	13	1,150	2,821
Centro de Formação Jurídica	92	69	-	13	-	175
Defensoria Pública	673	218	-	26	-	917
Direção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	530	809	500	71	-	1,910
Comissão Nacional dos Direitos da Criança	23	87	-	7	-	117

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Ministério da Saúde Incluindo serviços e fundos autónomos	**27,283**	**28,994**	**8,850**	**2,077**	**-**	**67,204**
Ministério da Saúde Excluindo serviços e fundos autónomos	**26,967**	**28,476**	**8,850**	**1,937**	**-**	**66,230**
Gabinete do Ministro	44	530	-	5	-	578
Gabinete da Vice-Ministra da Ética e Prestação de Serviços	43	161	-	4	-	207
Gabinete da Vice-Ministra para Gestão, Apoio e Recursos	43	162	-	4	-	209
Gabinete de Inspeção, Fiscalização e Auditoria	157	104	-	-	-	261
Direção-Geral	92	268	-	-	-	360
Direção Nacional de Administração, Recursos Humanos	633	1,281	4,550	195	-	6,659
Direção Nacional de Gestão, Finanças e Aprovisionamento	476	865	150	52	-	1,543
Direção Nacional de Saúde Pública	476	1,415	150	52	-	2,092
Direção Nacional da Política de Planeamento e Cooperação	114	439	-	2	-	554
Direção Nacional de Apoio Serviços Hospitalares	449	13,242	3,750	42	-	17,482
Laboratório Nacional	228	298	-	37	-	563
Hospital Nacional Guido Valadares	5,422	2,632	-	443	-	8,496
Hospital Referência de Baucau	1,733	793	-	193	-	2,718
Hospital Referência de Maliana	1,091	660	-	93	-	1,843
Hospital Referência de Maubisse	1,088	630	-	103	-	1,820
Hospital Referência de Oecusse	1,064	600	-	103	-	1,766
Hospital Referência de Suai	1,351	594	-	103	-	2,047
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	681	196	-	3	-	879
Serviços Distritais de Saúde de Ainaro	658	256	-	63	-	976
Serviços Distritais de Saúde de Baucau	1,163	212	-	3	-	1,378
Serviços Distritais de Saúde de Bobonaro	887	241	-	3	-	1,131
Serviços Distritais de Saúde de Covalima	905	224	-	63	-	1,192
Serviços Distritais de Saúde de Díli	1,159	257	-	3	-	1,419
Serviços Distritais de Saúde de Ermera	1,067	310	-	48	-	1,425
Serviços Distritais de Saúde de Lautém	1,013	310	-	3	-	1,326
Serviços Distritais de Saúde de Liquiçá	722	166	-	3	-	890
Serviços Distritais de Saúde de Manatuto	1,083	342	-	63	-	1,488
Serviços Distritais de Saúde de Manufahi	815	262	-	63	-	1,140

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Instituto de Ciências da Saúde	242	360	-	42	-	644
Serviços Distritais de Saúde de Oecusse	726	205	-	63	-	993
Serviços Distritais de Saúde de Viqueque	1,225	354	-	48	-	1,626
Gabinete da Ética e Controlo de Qualidade	126	115	250	38	-	529
SAMES (Serviço e Fundo Autónomo)	317	518	-	140	-	974
Ministério da Educação	**57,026**	**52,382**	**3,060**	**4,058**	**-**	**116,525**
Gabinete do Ministro	75	108	-	-	-	183
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Básico	65	52	-	-	-	117
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Secundário	65	52	-	-	-	117
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Superior e Ciência	65	50	-	-	-	115
Instituto Nacional Ciências Tecnologia	75	-	-	-	-	75
Gabinete do Inspetor - Geral	112	47	-	-	-	159
Gabinete da Média Educativa e Serviço Técnico Especial	162	36	-	-	-	198
Direção-Geral dos Serviços Corporativos	57	21	-	-	-	78
Direção-Geral do Ensino Superior	30	33	-	-	-	63
Direção Nacional de Finanças e Logística	336	9,596	-	2,774	-	12,705
Direção Nacional dos Recursos Humanos	10,942	185	-	-	-	11,128
Direção Nacional de Aprovisionamento	52	16	-	-	-	68
Direção Nacional do Ensino Superior Universitário	88	828	2,560	48	-	3,524
Direção Nacional do Ensino Superior Técnico	79	71	-	-	-	150
Direção Nacional de Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias	80	82	-	-	-	162
Direção Nacional de Ação Social Escolar	120	22,109	-	-	-	22,229
Direção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar	114	5,221	-	118	-	5,453
Direção Nacional de Educação Pré-Escolar	1,281	184	-	-	-	1,465
Direção Nacional do Ensino Básico	31,927	4,145	-	22	-	36,094
Direção Nacional do Ensino Secundário Geral	5,944	328	-	400	-	6,672
Direção Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional	1,526	1,844	500	674	-	4,544
Direção Nacional do Ensino Recorrente	169	2,051	-	-	-	2,220
Direção Regional Oecusse	230	41	-	-	-	271
Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDOPE)	387	3,765	-	-	-	4,152

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviços Distritais de Educação de Díli	427	39	-	-	-	466
Serviços Distritais de Educação de Baucau	205	50	-	-	-	255
Serviços Distritais de Educação de Aileu	191	48	-	-	-	239
Serviços Distritais de Educação de Ainaro	228	41	-	-	-	269
Serviços Distritais de Educação de Bobonaro	286	54	-	-	-	340
Serviços Distritais de Educação de Ermera	198	60	-	-	-	258
Serviços Distritais de Educação de Lautém	196	61	-	-	-	257
Serviços Distritais de Educação de Liquiçá	188	51	-	-	-	239
Serviços Distritais de Educação de Manatuto	161	48	-	-	-	209
Serviços Distritais de Educação de Manufahi	213	52	-	-	-	265
Serviços Distritais de Educação de Covalima	251	54	-	-	-	305
Serviços Distritais de Educação de Viqueque	190	61	-	-	-	251
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)	21	65	-	-	-	86
Direção Geral Pré-Escolar e Ensino Básico	45	38	-	-	-	83
Direção Geral Ensino Secundário	21	32	-	-	-	53
Direção Nacional Biblioteca Escolar	49	62	-	-	-	111
Direção Nacional Media Educativa e Centro de Impressão	67	608	-	22	-	697
Direção Nacional do Currículo do Ensino Superior	82	74	-	-	-	156
Unidade de Infraestruturas	27	20	-	-	-	47
Ministério da Administração Estatal	**5,712**	**9,877**	**20,908**	**983**	**-**	**37,479**
Gabinete do Ministro	77	70	-	-	-	147
Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização Administrativa	64	1,286	-	170	-	1,520
Direção-Geral da Descentralização Administrativa	20	31	-	-	-	51
Direção Nacional do Planeamento e Finanças Municipais	27	39	-	-	-	66
Gabinete do Secretário do Estado do Desenvolvimento Local	64	80	-	-	-	144
Gabinete do Inspetor Geral	99	59	-	-	-	158
Direção-Geral	15	75	-	-	-	90
Direção Nacional da Administração e Finanças	144	4,174	-	813	-	5,131
Direção Nacional de Planeamento, Avaliação e Cooperação Externa	141	71	-	-	-	212
Unidade de Aprovisionamento	21	60	-	-	-	81

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de Gestão e Recursos Humanos	44	74	-	-	-	118
Direção Nacional de Protocolo e Comunicação Social (DNPCS)	34	48	-	-	-	82
Direção Nacional de Logística e Informática	55	158	-	-	-	213
Arquivo Nacional	125	88	-	-	-	213
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	413	380	-	-	-	793
Direção Nacional do Desenvolvimento Local	305	259	-	-	-	564
Secretariado Técnico do Programa Nacional Desenvolvimento de Sucos (STPNDS)	1,605	696	13,637	-	-	15,938
Direção-Geral do Desenvolvimento	10	31	-	-	-	41
Direção Nacional de Apoio a Administração de Sucos	60	147	-	-	-	207
Direção Nacional da Administração Local	308	49	-	-	-	357
Administração do Distrito de Díli	719	868	991	-	-	2,578
Administração do Distrito de Baucau	123	98	904	-	-	1,125
Administração do Distrito de Aileu	87	86	455	-	-	628
Administração do Distrito de Ainaro	97	86	370	-	-	553
Administração do Distrito de Bobonaro	117	98	684	-	-	899
Administração do Distrito de Ermera	106	92	833	-	-	1,031
Administração do Distrito de Lautém	100	92	498	-	-	690
Administração do Distrito de Liquiçá	73	81	389	-	-	543
Administração do Distrito de Manatuto	118	98	374	-	-	590
Administração do Distrito do Manufahi	91	92	437	-	-	620
Administração do Distrito de Oecusse	87	86	234	-	-	407
Administração do Distrito de Covalima	143	104	464	-	-	711
Administração do Distrito de Viqueque	113	92	640	-	-	845
Comissão Instaladora dos Municípios	107	28	-	-	-	135
Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente	**2,339**	**15,263**	**3,200**	**553**	**-**	**21,355**
Gabinete do Ministro	77	226	-	-	-	303
Gabinete do Vice-Ministro	65	193	-	-	-	258
Gabinete Secretário Estado do Comércio	63	150	-	-	-	213
Gabinete Secretário de Estado da Indústria e Cooperativas	63	172	-	-	-	235
Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente	63	174	-	-	-	237

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete de Auditoria Interna	42	39	-	-	-	81
Gabinete Jurídico	14	97	-	-	-	111
Direção-Geral Administração e das Finanças	452	2,100	1,150	553	-	4,255
Direção-Geral do Comércio	567	875	170	-	-	1,612
Direção-Geral da Industria e Cooperativas	342	1,064	1,600	-	-	3,006
Direção-Geral do Ambiente	426	1,122	280	-	-	1,828
Inspeção Alimentar e Económico	98	450	-	-	-	548
Fundo Segurança Alimentar	67	8,601	-	-	-	8,668
Ministério da Solidariedade Social	**1,850**	**3,523**	**137,552**	**1,172**	**3,027**	**147,124**
Gabinete da Ministra	78	131	1,109	-	-	1,318
Gabinete do Vice-Ministro	60	109	-	-	-	169
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	63	223	-	-	-	286
Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	63	65	-	16	-	144
Direção Nacional de Regime Não Contributivo de Segurança Social	107	12	34,900	20	-	35,039
Direção Nacional Regime Contributivo de Segurança Social	43	11	1,100	101	-	1,255
Inspeção e Auditoria Interna	40	55	-	23	-	118
Direção Geral	54	67	-	10	-	131
Centro Regional de Solidariedade Social de Díli	36	54	-	32	-	122
Centro Regional de Solidariedade Social de Baucau	113	113	-	31	-	256
Centro Regional de Solidariedade Social de Bobonaro	97	99	-	38	-	234
Centro Regional de Solidariedade Social de Ermera	78	60	-	33	-	171
Centro Regional de Solidariedade Social de Manatuto	44	36	-	42	-	122
Centro Regional de Solidariedade Social de Manufahi	71	71	-	72	-	214
Centro Regional de Solidariedade Social de Oecusse	76	77	-	26	-	179
Direção Nacional de Administração e Finanças	151	470	-	-	776	1,398
Direção Nacional de Administração e Recursos Humanos	83	849	-	24	-	956
Direção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	138	160	84,500	233	1,750	86,781
Direção Nacional da Assistência Social	164	131	1,659	249	501	2,703
Direção Nacional de Reinserção Social	137	130	10,504	12	-	10,783

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de Gestão de Desastres	133	174	3,780	44	-	4,131
Centro Nacional de Reabilitação	21	426	-	168	-	615
Ministério das Obras Públicas Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	**6,608**	**118,058**	**-**	**1,083**	**30,664**	**156,413**
Ministério das Obras Públicas Excluindo Serviços e Fundos Autónomos	**5,367**	**114,379**	**-**	**1,083**	**30,664**	**151,493**
Gabinete do Ministro das Obras Públicas	77	99	-	-	-	176
Secretaria de Estado Obras Públicas	63	31	-	-	-	94
Gabinete do Secretário de Estado da Eletricidade	63	57	-	-	-	120
Gabinete do Secretário de Estado de Água, Saneamento e Urbanização	63	20	-	-	-	83
Direção-Geral dos Serviços Corporativos	321	4,191	-	1,083	30,664	36,259
Direção-Geral das Obras Públicas	1,253	458	-	-	-	1,711
Direção-Geral da Eletricidade	2,258	108,437	-	-	-	110,695
Direção-Geral de Água, Saneamento e Urbanização	1,269	1,086	-	-	-	2,355
Instituto Publico Gestão Equipamento (Serviço e Fundo Autónomo)	1,241	3,679	-	-	-	4,920
Ministério dos Transportes e Comunicações Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	**1,700**	**7,317**	**-**	**7,419**	**2,830**	**19,266**
Ministério dos Transportes e Comunicações Excluindo Serviços e Fundos Autónomos	**1,212**	**3,610**	**-**	**1,381**	**2,030**	**8,233**
Gabinete do Ministro	73	56	-	-	-	129
Gabinete do Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações	94	82	-	10	-	186
Direção-Geral dos Serviços Corporativos	226	2,476	-	162	-	2,864
Direção-Geral dos Transportes e Comunicações	694	915	-	1,162	2,030	4,801
Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL)	125	81	-	47	-	253
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste (Serviço e fundo autónomo)	341	1,039	-	1,027	500	2,907
Autoridade Portuária de Timor-Leste (Serviço e fundo autónomo)	147	2,668	-	5,011	300	8,126
Ministério da Agricultura e Pescas	**6,504**	**15,085**	**750**	**2,493**	**3,121**	**27,954**
Gabinete do Ministro	78	76	-	-	-	154
Gabinete do Vice-Ministro	65	66	-	-	-	131
Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Conservação da Natureza	63	43	-	-	-	106
Gabinete do Secretário de Estado das Pescas	63	47	-	-	-	110
Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária	63	60	-	-	-	123
Gabinete do Diretor Geral	29	22	-	-	-	51
Direção Nacional da Administração e Finanças	1,049	1,550	-	1,906	-	4,505

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Inspeção e Auditoria	21	17	-	-	-	38
Gabinete do Jurídico	18	9	-	-	-	27
Gabinete do Protocolo e Comunicação Social	14	10	-	-	-	24
Direção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais	209	323	-	27	-	559
Direção Nacional de Quarentena e Biossegurança	84	173	-	-	-	257
Direção Nacional de Formação Técnica Agrícola	481	341	-	260	-	1,082
Direção Nacional de Política e Planeamento	113	2,511	-	-	-	2,624
Direção Nacional Agricultura e Horticultura	177	4,937	-	-	-	5,114
Direção Nacional de Plantas, Indústria e Agro-Comércio	185	515	-	-	-	700
Direção Nacional de Florestas	250	467	750	-	-	1,467
Direção Nacional de Irrigação e Gestão Utilização de Água	136	617	-	300	3,121	4,174
Direção Nacional das Pescas e Aquicultura	310	531	-	-	-	841
Direção Nacional de Pecuária e Veterinária	276	1,556	-	-	-	1,832
Direção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Agrícola	132	162	-	-	-	294
Serviços de Agricultura do Distrito Aileu	116	46	-	-	-	162
Serviços de Agricultura do Distrito Ainaro	153	64	-	-	-	217
Serviços de Agricultura do Distrito Baucau	275	94	-	-	-	369
Serviços de Agricultura do Distrito Bobonaro	308	115	-	-	-	423
Serviços de Agricultura do Distrito Covalima	258	107	-	-	-	365
Serviços de Agricultura do Distrito Ermera	165	62	-	-	-	227
Serviços de Agricultura do Distrito Liquiçá	163	71	-	-	-	234
Serviços de Agricultura do Distrito Lautém	257	99	-	-	-	356
Serviços de Agricultura do Distrito Manatuto	209	93	-	-	-	302
Serviços de Agricultura do Distrito Manufahi	252	97	-	-	-	349
Serviços de Agricultura do Distrito Oecusse	251	98	-	-	-	349
Serviços de Agricultura do Distrito Viqueque	281	106	-	-	-	387
Ministério do Turismo	**944**	**3,143**	**1,780**	**261**	**1,250**	**7,378**
Gabinete do Ministro	72	294	-	12	-	378
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	49	51	-	12	-	112
Gabinete do Secretária de Estado da Arte e Cultura	63	185	-	11	500	759

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção-Geral do Turismo	33	252	1,780	9	-	2,074
Direção-Geral da Cultura	74	379	-	32	150	635
Inspeção-Geral de Jogos	73	87	-	2	-	162
Direção Nacional dos Museus e Biblioteca	53	62	-	3	-	118
Direção Nacional do Património Cultural	61	97	-	-	-	158
Direção Nacional de Artes, Cultura e Industrias Criativas Culturais	54	89	-	-	-	143
Direção Nacional de Marketing do Turismo	46	126	-	-	-	172
Direção Nacional do Plano e Desenvolvimento Turístico	35	177	-	-	600	812
Direção Nacional de Empreendimentos, Atividades e Produtos Turísticos	56	140	-	5	-	201
Direção Nacional dos Museus	46	74	-	3	-	123
Academia de Arte e Industrias Criativas Culturais	-	37	-	3	-	40
Gabinete do Direção-Geral da Administração e Finanças	52	216	-	109	-	377
Direção Nacional de Administração dos Recursos Humanos	35	88	-	5	-	128
Direção Nacional de Gestão e Financeira	47	205	-	47	-	299
Direção Nacional de Aprovisionamento e Logística	44	537	-	3	-	584
Direção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	51	47	-	5	-	103
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	**253**	**1,843**	**9,700**	**104**	**-**	**11,900**
Gabinete do Ministro	60	589	-	-	-	649
Direção Nacional de Administração e Finanças	127	816	9,700	104	-	10,747
Direção Nacional de Minerais	66	438	-	-	-	504
Tribunais	**1,014**	**3,387**	**-**	**1,395**	**2,320**	**8,115**
Conselho Superior da Magistratura Judicial	31	7	-	-	-	38
Tribunal de Recurso	642	3,170	-	1,395	2,320	7,526
Tribunais Distritais	341	210	-	-	-	551
Procuradoria-Geral da República	**1,422**	**1,709**	**-**	**348**	**236**	**3,716**
Procuradoria-Geral da República	1,130	1,623	-	348	236	3,337
Procuradoria Distrital de Baucau	110	32	-	-	-	142
Procuradoria Distrital de Suai	91	36	-	-	-	127
Procuradoria Distrital de Oecusse	91	19	-	-	-	110
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	**520**	**771**	**-**	**221**	**-**	**1,512**

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	520	771	-	221	-	1,512
Rádio e Televisão de Timor-Leste – RTTL, E.P	**734**	**1,920**	**-**	**1,056**	**-**	**3,710**
Direção de Informação	234	152	-	-	-	386
Direção de Administração e Finanças	151	1,487	-	335	-	1,973
Direção de Programação	149	185	-	-	-	334
Direção de Apoio Técnico	200	96	-	722	-	1,018
Comissão Nacional de Eleições	**542**	**926**	**6,000**	**1,504**	**-**	**8,972**
Comissão Nacional de Eleições	542	926	6,000	1,504	-	8,972
Comissão Anticorrupção	**388**	**1,227**	**-**	**178**	**-**	**1,793**
Comissão Anticorrupção	388	1,227	-	178	-	1,793
Comissão da Função Pública	**1,003**	**2,790**	**-**	**-**	**-**	**3,793**
Comissão da Função Pública	684	2,675	-	-	-	3,359
Instituto Nacional de Administração Pública	319	115	-	-	-	434
Universidade Nacional de Timor Lorosa'e	**6,697**	**5,233**	**2,205**	**254**	**500**	**14,890**
Universidade Nacional de Timor Lorosae	6,697	5,233	2,205	254	500	14,890

ANEXO III

Serviços e Fundos Autónomos parcialmente financiados por receitas próprias dentro do Orçamento Geral do Estado para 2014 (US$'000)

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação do OGE
ANATL			
Salários e Vencimentos	341		
Bens e Serviços	1,039		
Capital Menor	1,027		
Capital de Desenvolvimento	500		
Transferências	-		
Total	**2,907**	**1,433**	**1,474**
APORTIL (Inc. Berlin-Nakroma)			
Salários e Vencimentos	147		
Bens e Serviços	2,668		
Capital Menor	5,011		
Capital de Desenvolvimento	300		
Transferências	-		
Total	**8,126**	**3,074**	**5,052**
IGE			
Salários e Vencimentos	1,241		
Bens e Serviços	3,679		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
Transferências	-		
Total	**4,920**	**260**	**4,660**
SAMES			
Salários e Vencimentos	317		
Bens e Serviços	518		
Capital Menor	140		
Capital de Desenvolvimento	-		
Transferências	-		
Total	**974**	**-**	**974**
Total dos Serviços e Fundos Autónomos	**16,927**	**4,768**	**12,159**

ANEXO IV – Dotações Orçamentais para 2014 (US$'000)
Fundo das Infraestruturas

Programa/Subprogramas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2013	Salário e Vencimento	Bens e Serviços	Transferências	Capital Desenvolvimento (reforço em 2014)	Total das Despesas
	$ 000	$ 000	$ 000	$ 000	$ 000	$ 000
Total Incluindo Empréstimos	**221,013**	**-**	**-**	**-**	**147,538**	**368,551**
Total Excluindo Empréstimos	**202,905**	**-**	**-**	**-**	**134,595**	**337,501**
Total Empréstimos	**18,108**	**-**	**-**	**-**	**12,943**	**31,051**
Programa de Agricultura e Pescas	3,341	-	-	-	**2,492**	**5,833**
Programa de Água e Saneamento	3,800	-	-	-	**2,900**	**6,700**
Programa Desenvolvimento Urbano e Rural	2,250	-	-	-	**3,250**	**5,500**
Programa de Edifícios Públicos	12,308	-	-	-	**3,819**	**16,127**
Programa de Sistema Financeiro e Infraestruturas de Suporte	8,870	-	-	-	**41,244**	**50,114**
Programa do Setor da Juventude e Desporto	650	-	-	-	**1,150**	**1,800**
Programa do Setor Educação	5,789	-	-	-	**1,383**	**7,172**
Programa de Eletricidade	40,323	-	-	-	**16,027**	**56,350**
Programa de Informática	3,792	-	-	-	**408**	**4,200**
Objetivo Desenvolvimento do Milénio	27,000	-	-	-	**(12,000)**	**15,000**
Programa do Setor Saúde	2,729	-	-	-	**2,013**	**4,742**
Programa de Defesa e Segurança	8,735	-	-	-	**8,219**	**16,955**
Programa de Solidariedade Social	267	-	-	-	**500**	**767**
Programa Desenvolvimento Tasi Mane	33,070	-	-	-	**13,230**	**46,300**
Programa de Estradas	19,159	-	-	-	**30,732**	**49,891**
Programa de Pontes	3,858	-	-	-	**14,801**	**18,659**

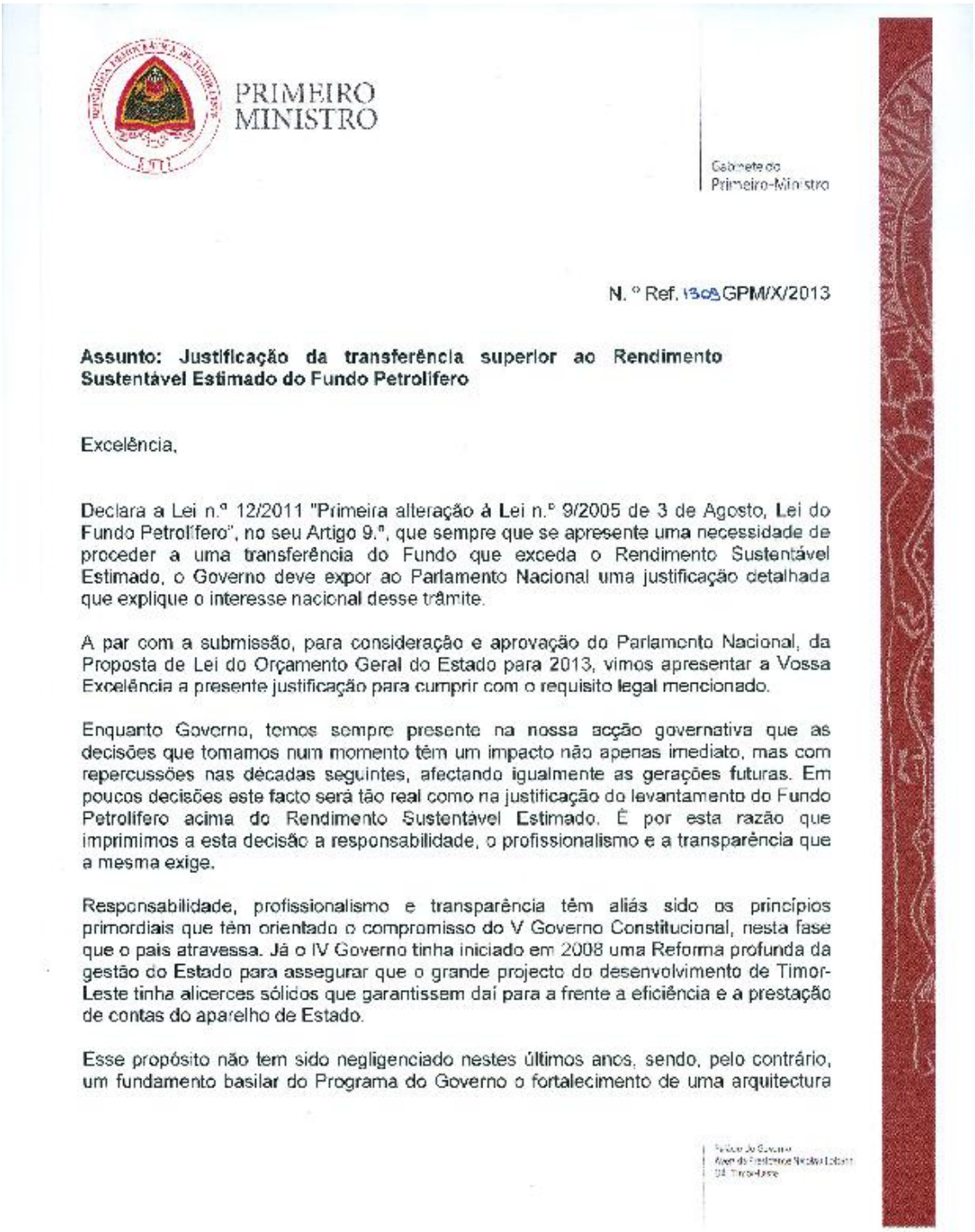
Programa do Setor Aeroportos	5,967	-	-	-	**(417)**	**5,550**
Programa do Setor de Portos	4,200	-	-	-	**5,025**	**9,225**
Programa de Desenvolvimento da Região de Oecusse	5,192	-	-	-	**1,617**	**6,809**
Programa do Setor do Turismo	-	-	-	-	**2,000**	**2,000**
Preparação de Desenhos e Supervisão-Novos Projetos	11,607	-	-	-	**(3,800)**	**7,807**
Programa de Empréstimos	18,108	-	-	-	**12,943**	**31,051**

ANEXO V – Dotações Orçamentais para 2014 (US$'000)
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

Programas	**Despesas financiadas por saldo transitado de 2013**	**Salários e Vencimentos**	**Bens e Serviços (reforço em 2014)**	**Transferências**	**Capital Desenvolvimento**	**Total das Despesas**
	$ 000	**$ 000**	**$ 000**	**$ 000**	**$ 000**	**$ 000**
Total	**3,079**	**-**	**36,921**	**-**	**-**	**40,000**
Formação Profissional	110	-	10,006	-	-	**10,116**
Formação Técnica	140	-	4,410	-	-	**4,549**
Bolsas de Estudo	2,082	-	20,132	-	-	**22,214**
Outros Tipos de Formação	748	-	2,373	-	-	**3,121**

Parte 4: Documentação de Apoio para 2014

4.1 Justificação para a Transferência a partir do Fundo Petrolífero



PRIMEIRO MINISTRO

Gabinete do Primeiro-Ministro

N.º Ref. 130/GPM/X/2013

Assunto: Justificação da transferência superior ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero

Excelência,

Declara a Lei n.º 12/2011 "Primeira alteração à Lei n.º 9/2005 de 3 de Agosto, Lei do Fundo Petrolífero", no seu Artigo 9.º, que sempre que se apresente uma necessidade de proceder a uma transferência do Fundo que exceda o Rendimento Sustentável Estimado, o Governo deve expor ao Parlamento Nacional uma justificação detalhada que explique o interesse nacional desse trâmite.

A par com a submissão, para consideração e aprovação do Parlamento Nacional, da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2013, vimos apresentar a Vossa Excelência a presente justificação para cumprir com o requisito legal mencionado.

Enquanto Governo, temos sempre presente na nossa acção governativa que as decisões que tomamos num momento têm um impacto não apenas imediato, mas com repercussões nas décadas seguintes, afectando igualmente as gerações futuras. Em poucos decisões este facto será tão real como na justificação do levantamento do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado. É por esta razão que imprimimos a esta decisão a responsabilidade, o profissionalismo e a transparência que a mesma exige.

Responsabilidade, profissionalismo e transparência têm aliás sido os princípios primordiais que têm orientado o compromisso do V Governo Constitucional, nesta fase que o país atravessa. Já o IV Governo tinha iniciado em 2008 uma Reforma profunda da gestão do Estado para assegurar que o grande projecto do desenvolvimento de Timor-Leste tinha alicerces sólidos que garantissem daí para a frente a eficiência e a prestação de contas do aparelho de Estado.

Esse propósito não tem sido negligenciado nestes últimos anos, sendo, pelo contrário, um fundamento basilar do Programa do Governo o fortalecimento de uma arquitectura

Palácio do Governo
Avenida Presidente Nicolau Lobato
Dili, Timor-Leste

institucional que aperfeiçoe os mecanismos de monitorização e de fiscalização do sector público.

Dessa arquitectura fazem parte instituições como a Comissão da Função Pública, a Comissão Anti-Corrupção, a Câmara de Contas ou a Inspecção-Geral do Estado, que por diferentes perspectivas observam e garantem a eficácia e o profissionalismo na gestão das contas públicas. O Ministério das Finanças reserva também um protagonismo essencial nesse âmbito pelo controlo da excução da despesa e seus resultados. Hoje contamos ainda com a Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional que conduz auditorias de desempenho e fiscalização, a todas as linhas ministeriais, corrigindo por dentro a capacidade da nossa administração pública.

A persistência e o compromisso determinado com a transparência e a responsabilidade da acção governativa em Timor-Leste têm sido reconhecidos internacionalmente. Inclusivamente no que concerne à gestão do Fundo Petrolífero, o relatório internacional do Instituto "Revenue Watch" que dá conta da transparência na gestão dos recursos valoriza muito positivamente o cumprimento exemplar de Timor-Leste da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas.

Com esse compromisso pela transparência e dentro do espirito da Lei, é o interesse nacional a longo prazo que hoje aqui apresentamos, num compromisso com um desenvolvimento que se quer inclusivo e imperativamente sustentável. Os nossos objectivos para 2014, não são senão parte de um quadro mais amplo de desenvolvimento integrado a médio e longo prazo, no âmbito da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

Aquilo com que ambicionamos para o curto prazo, os objectivos que queremos para 2014, são peça-chave no futuro das gerações vindouras.

Para melhor nortear a continuidade da estratégia nacional, em Março deste ano, foi aprovado em Conselho de Ministros um novo Mecanismo que visa melhorar o planeamento, coordenação e monitorização da implementação do Programa do Governo e do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. O Mecanismo de Coordenação de Politicas de Desenvolvimento tenderá a ser o principal instrumento de seguimento das politicas de desenvolvimento de Timor-Leste, favorecendo uma maior coordenação inter-ministerial, assim como entre o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento.

Através deste Mecanismo podemos assegurar uma melhor articulação entre os Planos Anuais dos próximos anos e aqueles que são os documentos orientadores da nossa estratégia de médio e longo prazo, respectivamente o Programa do V Governo Constitucional e o Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Neste quadro, o Orçamento Geral do Estado para 2014 é perfeitamente coerente com esta visão de médio e longo prazo. O Plano Estratégico de Desenvolvimento propõe que na primeira década da sua implementação seja o Estado a liderar o processo de desenvolvimento económico, assegurando as condições necessárias no país para que mais tarde o sector privado possa assumir esse protagonismo.

Essas condições passam pelo reforço de 4 pilares essenciais que, num espírito de continuidade com o Governo anterior, temos vindo a priorizar:

- Capital humano
- Desenvolvimento das infra-estruturas
- Governação e fortalecimento das Instituições
- Crescimento Económico.

O novo mecanismo monitorizará cada um destes sectores estratégicos de uma forma integrada, de forma a garantir a articulação dos princípios últimos do crescimento, da inclusividade, da resiliência e da sustentabilidade.

Em termos de crescimento económico, temos alcançado resultados muito esperançosos, com um crescimento médio desde 2008 de 11,9% e com a previsão de que se mantenha na ordem dos dois dígitos. Mas este crescimento só se poderá manter se for aliado a um compromisso com a inclusão social, à manutenção de instituições do Estado resilientes e a uma perspectiva de sustentabilidade a longo prazo.

Só a combinação destes princípios permitiu que superássemos juntos crises cíclicas e períodos de instabilidade, saindo destes reforçados porque nos obrigaram a olhar para dentro e a corrigir o caminho de construção nacional que queríamos fazer.

A paz e a estabilidade, conseguidas pela estreita colaboração de todos os órgãos de soberania, aliadas agora ao crescimento económico, começam a ter um impacto visível, mas também mais duradouro na vida da nossa comunidade. Esse impacto é tão mais relevante quando se reflecte não apenas numa maior capacidade de sonhar com o futuro, mas na sua concretização no dia-a-dia. Se o combate ao flagelo da pobreza continua a ser uma prioridade crucial do nosso Governo e nos indica que há muito

percurso pela frente, a verdade é que alguns sinais nos indicam que o caminho escolhido foi o acertado.

Em Junho deste ano, foi aberto o balcão único SERVE que veio facilitar o registo de empresas. Aliado ao apoio que que se tem vindo a prestar às pequenas e médias empresas, cooperativas e grupos industriais e comerciais, este veio dinamizar muito positivamente a nossa economia. Desde então e até à data, neste curto espaço de tempo, o número de empresas que iniciaram actividade ascende às 1470, sendo, destas, a imensa maioria – 1279 – empresas nacionais.

Este resultado é fruto das reformas cruciais que temos vindo a desenvolver e da estabilidade que conseguimos alcançar. Estamos a viver um período de paz continuada que permite aos nossos cidadãos não apenas sonhar, mas investir num futuro melhor.

A abertura de empresas por timorenses mostra que por um lado os nossos profissionais têm capacidades próprias para desenvolver novas actividades económicas e que o investimento na educação e na formação profissional começa a dar frutos. Mostra que as condições básicas para esse desenvolvimento começam a existir, ao nível das infra-estruturas que oferecem a logística de base e ao nível das instituições que enquadram o esforço individual num projecto colectivo. Mostra que o crescimento económico nacional está a gerar emprego e melhores condições de vida. Mas mostra também que existe confiança no nosso projecto de Nação que permite aos timorenses concretizar o seu futuro pelas próprias mãos. A estabilidade e a paz conseguidas foram fundamentais para este espírito de confiança. O papel do Estado como potenciador do crescimento económico começa então a contagiar o sector privado.

O empreendorismo nacional demonstra que o Plano que traçámos para o desenvolvimento de Timor-Leste está a funcionar.

Queremos por isso continuar este caminho, do qual vislumbramos por agora apenas o início.

Sabemos que tanto está ainda por fazer, que grandes desafios estão por ultrapassar, por isso queremos persistir neste projecto de crescimento inclusivo que é feito por todos e para todos.

O levantamento adicional do Fundo Petrolífero que aqui colocamos à vossa consideração será orientado fundamentalmente para infra-estruturas e desenvolvimento

do capital humano, ambas condições cruciais para que Timor-Leste possa continuar o momento de notável crescimento económico, de forma inclusiva e sustentável.

Queremos com esse investimento adicional continuar a investir na educação e na formação profissional com carácter de prioridade. Estamos a formar os jovens que serão os cidadãos e profissionais de Timor-Leste nas próximas décadas. Queremos fazê-lo com uma cada vez mais sólida articulação com as necessidades do mercado de trabalho, através de iniciativas como um sistema de estágios, atribuição de bolsas, centros nacionais de formação profissional em todo o país e a instalação de centros de auto emprego nos 13 distritos.

Queremos também assegurar que os nossos estudantes estão bem nutridos, com programas como os da merenda escolar.

Reforçaremos o atual pacote de prestação de cuidados de saúde primários fazendo chegar estes serviços a cada timorense, a cada mãe e a cada filho, aos nossos velhos e mais frágeis. Além destes serviços mínimos, queremos investir igualmente numa série de serviços especializados para elevar o quadro hospitalar em Timor-Leste respondendo às necessidades dos nossos cidadãos. Este esforço terá que incidir igualmente na formação de pessoal qualificado, e para isso prevemos que até 2016, haja mais de 1.000 graduados de medicina timorenses a trabalhar como médicos de pleno direito em Timor-Leste.

Este capital adicional será, assim, orientado para o desenvolvimento das infra-estruturas fundamentais que sirvam os timorenses em todos os aspectos da melhoria das suas condições de vida.

Em Agosto deste ano, foi inaugurada a Central Eléctrica de Betano o que melhorará consideravelmente o acesso à Electricidade em todo o país. Além da Electricidade, continuaremos a investir em água e saneamento com programas como a instalação de 27.000 casas-de-banho por todo o país, ou a construção e reabilitação de 80 sistemas de água potável nas áreas rurais.

Outra prioridade que continuaremos a reforçar é a da construção de uma infra-estrutura rodoviária, de nível internacional, combinada com um sector de transportes articulado, numa rede que é crucial para o desenvolvimento integrado de todos os sectores, da saúde à educação, do comércio ao turismo, numa visão compreensiva do país como um todo.

Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato
Dili, Timor-Leste

O investimento nas infra estruturas é basilar como capitalizador da actividade económica e concebêmo-lo também a pensar nos sectores de futuro, como o plano de desenvolvimento da Costa Sul, ou como uma série de instalações viradas para as nossas relações externas – como o Porto de Tibar e as melhorias no Aeroporto Internacional Nicolau Lobato.

Queremos igualmente investir na modernização dos nossos sectores económicos tradicionais, como a agricultura e a pesca. Nestes sectores continuaremos a apostar numa combinação entre formação, novos recursos técnicos – como sejam os sistemas de irrigação ou de processamento de peixe – e serviços de apoio com vista ao aumento da produtividade.

Das comunidades que vivem junto ao mar, às que se concentram nas montanhas, queremos que este projecto de desenvolvimento nacional seja integrado, chegando a todos os timorenses, para que possamos continuar o caminho do crescimento que agora começamos, mas de um crescimento inclusivo.

Dado que o potencial de crescimento deve ser equilibrado em todo o país, duas iniciativas tiveram também especial atenção em 2013 que merecem menção nesta reflexão: as consultas populares desenvolvidadas no âmbito do projecto de descentralização e os passos dados no estabelecimento das Zonas económicas especiais.

No primeiro caso, as consultas populares permitiram descortinar a vontade dos timorenses sobre o processo de descentralização, evidenciando um sentido entusiasmo com um maior envolvimento na tomada de decisões, assim como com a potencialidade de uma prestação de serviços públicos mais eficaz e adequada às suas necessidades. Este processo de auscultação foi crucial para definir com mais clareza a intenção que temos de estabelecer neste mandato 3 a 5 municípios no país.

No segundo caso, o projecto para o qual contamos com a experiência e profissionalismo do Dr. Mari Alkatiri, ensaia de forma pioneira, no Oecussi, um investimento que associa uma componente social profunda a uma outra de cariz económico, com vista a um impacto equilibrado e abrangente daquele distrito que pelas suas condições particulares apresenta desafios singulares no espaço de Timor-Leste. Com a criação da Zona Especial de Economia Social de Mercado, pretendemos dar um arranque integrado ao

desenvolvimento do Oecussi que tenha um impacto claro na melhoria da vida das populações pelo fomento da produtividade e do empreendedorismo local.

Finalmente, queremos continuar a pensar no desenvolvimento do país, olhando também para o exterior, fortalecendo as relações com os nossos parceiros mundiais. O OGE 2014 presta por isso especial atenção ao posicionamento de Timor-Leste no mundo, sendo um ano particularmente importante pela futura Presidência da CPLP e pelo nosso esforço de adesão à ASEAN.

No quadro internacional, queremos igualmente apostar nas potencialidades de uma abordagem sub-regional para o desenvolvimento, com o estabelecimento de uma parceria especial triangular com as províncias vizinhas da Indonésia e o Northern Territory da Austrália. Essa iniciativa tri-lateral, para o desenvolvimento económico regional integrado dos três Estados, pretende reforçar vínculos na área económica em sectores tão diversos como o turismo, a I&D, a energia ou a agricultura, alavancando o sector privado num novo quadro de cooperação multissectorial externa. Mas contará também com uma componente social e cultural fundamental articulada com a promoção de atividades comerciais, geradoras de riqueza, emprego e qualidade de vida para as comunidades locais.

Com projectos como os aqui mencionados, breves exemplos de um plano estratégico claro e coerente, pretendemos conduzir Timor-Leste a uma nova etapa de crescimento que se quer consolidado, inclusivo, sustentável. O Orçamento Geral do Estado para 2014 espelha na sua totalidade esta intenção de investir drásticamente na melhoria das condições de vida dos timorenses.

Se esse objectivo está manifesto na categoria de despesas de capital de desenvolvimento, está também plasmado na categoria de despesas recorrentes. Não servem essas últimas para manter simplesmente o aparelho de Estado em funcionamento como tal, mas antes congregam investimentos físicos e sociais que correspondem afinal a funções de serviço público basilar que assumimos como prioritárias. Destas podemos destacar a compra de medicamentos e equipamento médico ou de sementes, a prestação de subsídios aos Veteranos e as Bolsas de Mãe, programas como o da Merenda Escolar ou o de salários para professores voluntários.

Em perfeita articulação com o Programa do V Governo Constitucional e com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, este OGE para 2014 dá continuidade e

PRIMEIRO MINISTRO

Gabinete do
Primeiro Ministro

coerência a um projecto nacional abrangente que até aqui se tem feito com o compromisso notável de todos os timorenses.

Exposto isto. Senhor Presidente do Parlamento Nacional, o Governo está a dar cumprimento àquilo que se comprometeu, ou seja, dar continuidade às reformas e investimentos que têm comprovadamente obtido resultados satisfatórios para a Nação e para melhorar as condições de vida de todo o Povo.

Por outras palavras, estamos a investir o Fundo Petrolífero nos sectores produtivos do país, na diversificação da economia e na qualificação e dignidade dos timorenses. Por esta razão, consideramos que o levantamento do Fundo Petrolífero acima do RSE se justifica pelo seu interesse nacional de longo prazo.

Excelência,

Concluindo,

Para terminar, junto o "Relatório com a estimativa do montante em que ficará o RSE dos exercícios orçamentais subsequentes, por força de transferência a partir do Fundo Petrolífero de montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado", cumprindo assim o requisito legal, da alínea b) artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero. No que concerne à alínea c) do mesmo artigo, o "Relatório do Auditor Independente que certifique as estimativas de redução do rendimento sustentável estimado" será enviado com a maior brevidade possível, aguardando-se a certificação do Auditor independente.

Aceite Vossa Excelência a minha mais elevada consideração e estima.

Dili, 22 de Outubro de 2013

Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro

Sua Excelência
Presidente do Parlamento Nacional
Senhor Dr. Vicente Guterres
Dili

No: _____ / IV/GMF / 2013 17 de Outubro de 2013

Sua Excelência
Senhor Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste
Kay Rala Xanana Gusmão

ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Sua Excelência,

O presente relatório é elaborado de acordo com as alíneas a) e b) do artigo 8, da Lei n. 9/2005, de 3 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pela Lei n. 12/2011, de 28 de Setembro, Lei do Fundo Petrolífero. O Rendimento Sustentável Estimado é calculado nos termos do Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o Ano Financeiro de 2014	**Montante (USD)** $ 632,3 milhões
Estimativa do rendimento Sustentável para o ano anterior 2013	**Montante (USD)** $ 787,0 milhões

O Orçamento do Estado para 2014 inclui uma análise da metodologia na que se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado.

De acordo com a alínea c) do artigo 8 da Lei do Fundo Petrolífero, um Auditor Independente deverá certificar o montante da estimativa do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação encontra-se em anexo em à presente carta.

Com os melhores cumprimentos,

Emília Pires
Ministra das Finanças

No: _____ / V/GMF / 2013 17 de Outubro de 2013

Sua Excelência
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste
Kay Rala Xanana Gusmão

ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Vossa Excelência,

O presente relatório é apresentado nos termos da alínea b), do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero (Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, conforme a redacção que lhe foi ultimamente dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setembro).

Como requerido na alínea b) do artigo 9.º, a tabela abaixo demonstra a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos fiscais a partir de 2014, em resultado da proposta de tranferência do Fundo Petrolífero de um montante que excede o Rendimento Sustentável Estimado em 2014:

	Transferências a partir do Rendimento Sustentável Estimado em 2014	
Ano Fiscal	$632,3 milhões	$902,9 milhões
2015	647,1	638,7
2016	663,9	655,3
2017	681,6	672,8
2018	700,0	691,0
2019	718,8	709,5
2020	737,7	728,2
2021	757,2	747,5
2022	777,2	767,2
2023	797,5	787,2
2024	818,1	807,5
2025	839,2	828,4

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 9.º da supracitada Lei, o Auditor Independente deve confirmar as estimativas de redução do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação encontra-se em anexo.

Todos os cálculos foram executados por técnicos especialistas do Ministério das Finanças e com recurso a assistência profissional externa.

Sem mais de momento, subscrevo-me com a minha mais elevada consideração e estima.

Emília Pires
Ministra das Finanças

4.2 Relatório da Deloitte

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
ABN 74 490 121 060

Level 11
24 Mitchell Street
Darwin NT 0800
GPO Box 4296
Darwin NT 0801 Australia

Tel: +61 (0) 8 8980 3000
Fax: +61 (0) 8 8980 3001
www.deloitte.com.au

V. Excelência Emília Pires
Ministério das Finanças
República Democrática de Timor-Leste
Edifício N°. 5, Rés-do-Chão
Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

16 de Outubro de 2013

Estimada Ministra

Relatório de Conclusões Factuais relacionado com as estimativas da redução do Rendimento Sustentável Estimado (Artigo 9°)

De acordo com o Contrato RDTL 83683 e suas adendas subsequentes, executámos determinados procedimentos acordados unicamente com o propósito de fornecer ao Governo da República Democrática de Timor-Leste um relatório em conformidade com a alínea c) do Artigo 9° da Lei n° 9/2005 *Lei do Fundo Petrolífero*, tal como alterada pela Lei n° 12/2011 *Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero*. O nosso trabalho foi executado de acordo com a Norma Internacional Sobre Serviços Relacionados (ISRS) 4400 *Trabalhos Para Executar Procedimentos Acordados Respeitantes a Informação Financeira*. O presente relatório deve ser lido juntamente com o nosso contrato, o qual estabelece a base sobre a qual o nosso trabalho foi executado.

Âmbito do trabalho e declaração de responsabilidade

A pedido de V. Exas. e conforme acordado, executámos os procedimentos descritos na tabela abaixo. O âmbito do nosso trabalho limitou-se unicamente a esses procedimentos. V. Exas. são responsáveis por determinar se o âmbito do nosso trabalho é suficiente para os V. propósitos e não efectuamos quaisquer representações relativamente à suficiência destes procedimentos face aos V. propósitos. Caso tivéssemos efectuado procedimentos adicionais, outras matérias podiam ter chegado ao nosso conhecimento que teriam sido relatadas a V. Exas.

O presente relatório não deve dispensar quaisquer outras indagações e procedimentos que podem ser necessários para satisfazer os requisitos dos destinatários do relatório.

Os procedimentos executados não constituíram qualquer forma de revisão ou de auditoria e não expressámos qualquer opinião nem tirámos conclusões com base nos procedimentos executados. Não submetemos a informação constante no presente relatório ou que nos foi fornecida pelo Ministério das Finanças a procedimentos de conferência e verificação, excepto na medida do que é estritamente indicado abaixo. Isto é a prática normal na execução de tais procedimentos de âmbito limitado, contudo contrasta significativamente com, por exemplo, uma auditoria. Os procedimentos que executámos não foram desenhados com o intuito de identificar fraude ou representações incorrectas por parte do Ministério das Finanças e não é expectável que revelem tais situações. Consequentemente, não podemos aceitar responsabilidades pela detecção de fraude (quer por parte da administração, quer por parte de entidades externas) ou de representações incorrectas por parte da administração do Ministério das Finanças.

Responsabilidade limitada por regime aprovado no âmbito da legislação de Normas Profissionais.
Membro da Deloitte Touche Tohmatsu Limited

O presente relatório destina-se unicamente ao V. uso exclusivo e tem por finalidade única satisfazer os requisitos da alínea c) do Artigo 9º da Lei nº 9/2005 *Lei do Fundo Petrolífero*, tal como alterada pela Lei nº 12/2011 *Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero*. O nosso relatório não pode ser usado para qualquer outra finalidade, recitado ou referido em qualquer documento, copiado ou disponibilizado (total ou parcialmente) a qualquer outra pessoa sem o nosso consentimento escrito prévio. Não aceitamos qualquer dever, responsabilidade ou obrigação perante outros em resultado do presente relatório ou deste trabalho.

Procedimentos e Situações Detectadas

Procedimentos	Situações Detectadas
1. Obtenção dos cálculos de suporte subjacentes ao relatório do Governo a ser fornecido ao Parlamento no seguimento da alínea b) do Artigo 9º;	1. Os cálculos de suporte subjacentes ao relatório do Governo a ser fornecido ao Parlamento no seguimento da alínea b) do Artigo 9º foram obtidos do Ministério das Finanças no dia 7 de Outubro de 2013.
2. Concordar a metodologia de cálculo com os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado para o orçamento do ano fiscal de 2014, tal como previamente obtidos pela Deloitte;	2. A metodologia de cálculo foi concordada com os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado para o orçamento do ano fiscal de 2014, tal como previamente obtidos pela Deloitte.
3. Obtenção do valor proposto da transferência do Governo, que consiste num montante em excesso relativamente ao Rendimento Sustentável Estimado pelo Governo para efeitos do orçamento do ano fiscal de 2014, e concordar o valor com o cálculo subjacente actualizado, que incorpora a transferência do Governo proposta;	3. O Ministério das Finanças comunicou à Deloitte uma transferência do Governo de 902,9 milhões de dólares dos Estados Unidos, constatando-se que excede o Rendimento Sustentável Estimado de 632,3 milhões de dólares dos Estados Unidos, tal como previamente calculado pelo Governo para efeitos do orçamento do ano fiscal de 2014, em 270,6 milhões de dólares dos Estados Unidos. O montante de 902,9 milhões de dólares dos Estados Unidos foi incorporado no cálculo subjacente actualizado.
4. Re-execução dos cálculos da estimativa de redução do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal a iniciar-se em 1 de Janeiro de 2015, que resulta da proposta de transferência do Governo do Fundo Petrolífero no ano fiscal de 2014;	4. Foram re-executados os cálculos da estimativa de redução do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal a iniciar-se em 1 de Janeiro de 2015 sem terem sido detectadas excepções. A redução estimada em cada um dos anos futuros de 2015 a 2025 variou entre 8,4 e 10,8 milhões de dólares dos Estados Unidos, conforme estabelecido no Anexo A.
5. Fornecimento de um relatório ao Governo em conformidade com a Lei nº 9/2005 *Lei do Fundo Petrolífero*, tal como alterada pela Lei nº 12/2011 *Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero*.	5. O presente relatório.

Atenciosamente.

Deloitte Touche Tohmatsu

ANEXO A

Pagamentos futuros projectados

Excesso do Rendimento Sustentável Estimado em 2014:

	Levantamentos Estimados do Rendimento Sustentável em 2014	
Ano Fiscal	632,3 milhões de dólares	902,9 milhões de dólares
2015	647.1	638.7
2016	663.9	655.3
2017	681.6	672.8
2018	700.0	691.0
2019	718.8	709.5
2020	737.7	728.2
2021	757.2	747.5
2022	777.2	767.2
2023	797.5	787.2
2024	818.1	807.5
2025	839.2	828.4

Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças

Ministério das Finanças

Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

Phone - +670 3339510 Fax - +670 3331204

Website - www.mof.gov.tl